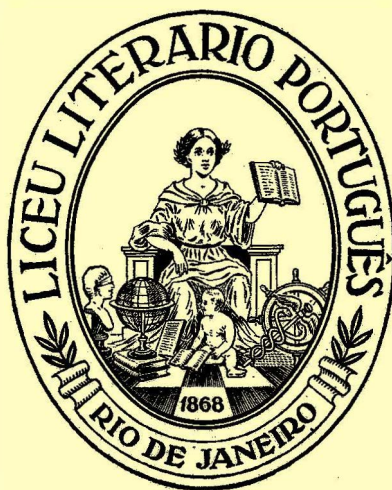


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 19 - 1.º semestre de 2000 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 19 - 1.º semestre de 2000 - Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO – 1999/2000

DIRETORIA

Presidente: Manuel Paulino
Vice-presidente: Francisco Gomes da Costa
1.º Secretário: Ronaldo Rainho da Silva Carneiro
2.º Secretário: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Tesoureiro: José Ferreira Jorge Neto
2.º Tesoureiro: Manuel José Vieira
1.º Procurador: Henrique Loureiro Monteiro
2.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
Diretora Bibliotecária: Maria Lêda de Moraes Chini
Diretor Cultural: Luiz Fernando Ribeiro Matos
Diretor Escolar: Arnaldo de Figueiredo Guimarães
Diretor de Divulgação: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Edison Chini
1.º Secretário: Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário: Carlos Jorge Airoso Branco

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: José Gomes da Silva
Paulo Valente da Silva
Rui Martins Castanheira

Suplentes: Antonio da Silva Correia
Afonso Henrique Saraiva Gomes da Costa
Agostinho da Rocha Ferreira dos Santos

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Gladstone Chaves de Melo

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

DIRETOR DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*

Prof. Evanildo Bechara

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (ANTÔNIO GOMES DA COSTA)	5
Homenagem a Epifânio Dias	7
Epifânio Dias: o Homem e a Obra (MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA)	9

ARTIGOS

Subsídios à <i>Sintaxe Histórica</i> de Epifânio Dias (EVANILDO BECHARA)	45
Fundamentos lingüísticos e pedagógicos para um ensino abrangente e produtivo da língua materna (CARLOS FALCÃO UCHOA)	62
O Renascimento e as línguas vernáculas (CASTELAR DE CARVALHO)	76
O tradutor implícito. Considerações acerca da translingualidade de <i>Os Sertões</i> (BERTHOLD ZILLY)	84
A herança parnasiana na obra de Camilo Pessanha (BARBARA SPAGGIARI)	107

NOTAS E COMENTÁRIOS	118
---------------------------	-----

NOTICIÁRIO	133
------------------	-----

COLABORADORES DESTE NÚMERO	141
----------------------------------	-----

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Manuel Paulino

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.
Manuel Paulino (Presidente)
Gladstone Chaves de Melo (Vice-Presidente)
Maximiano de Carvalho e Silva
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas

CONFLUÊNCIA
Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas

Produção Gráfica
Editora Lucerna
Cx. Postal 32054
CEP 21933-970 - Rio de Janeiro - RJ
<http://www.lucerna.com.br>

CONSELHO CONSULTIVO
Adriano da Gama Kury
Amaury de Sá e Albuquerque
Antônio Geraldo da Cunha
Carlos Alberto Short Nunes
Fernando Ozório
Jayr Calhau
Ricardo Cavaliere
Walmírio Macedo

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 - Centro
CEP 21031-201 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (021) 220-5495 / 220-5445 - Fax: (021) 533-3044

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da
Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das
Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da TAP – Air Portugal

EDITORIAL

Dr. Antônio Gomes da Costa

Uma Idéia em Marcha

Antes de ter sido criado em 1986, em S. Luís do Maranhão, o Instituto de Língua Portuguesa, no âmbito da CPLP, tivemos oportunidade de reformular a estrutura e o funcionamento do velho Liceu Literário Português – uma das mais tradicionais matrizes de ensino do Rio de Janeiro – procurando transformá-lo, também, num centro de excelência do Idioma e da História.

O “Liceu”, que desde a sua fundação na 2.^a metade do século XIX estava voltado para a instrução e o ensino profissional – o Imperador chegou a freqüentar as aulas de “Arte Náutica” nele ministradas – já procurava, nos anos 40, através do “Instituto de Cultura Portuguesa Afrânio Peixoto”, desenvolver as suas atividades para um nível pós-universitário, não ficando restrito ao ensino do 1.^o e 2.^o grau.

Dentro dessa mesma linha de pensamento, imaginamos que uma instituição de raízes portuguesas, precisava de ter uma dimensão científica que a tornasse referência em alguma de suas especialidades. Escolhemos a Língua e a História.

Por sorte, contamos, desde a primeira hora, com o concurso de vários mestres e especialistas brasileiros que se entregaram com entusiasmo e empenho exemplares a dar corpo à iniciativa.

Durante estes últimos anos e atendo-nos apenas ao Instituto de Língua Portuguesa – para comparar com o outro Instituto criado em nível oficial – foi notável o conjunto de projetos levados a bom termo. Basta referir a dezenas de cursos, cobrindo diversas vertentes da Língua e da Literatura; os congressos internacionais com filólogos e gramáticos de renome; a edição da revista *Confluência*, distribuída por Universidades e instituições culturais; as centenas de artigos publicados abordando questões lingüísticas; as aulas do vernáculo, de Latim, de Grego, etc.

Graças ao conhecimento e ao prestígio dos professores que têm colaborado com o Liceu Literário Português – de Sílvio Elia a Herculano de Carvalho, de Evanildo Bechara a Antonio Houaiss, de Maximiano de Carvalho a Antônio Basílio Rodrigues, de Gladstone Chaves de Melo a Adriano da Gama Kury, o Instituto de Língua Portuguesa tornou-se no que almejávamos: um centro de referência para estudiosos e pesquisadores. Tudo tem sido feito sem alarde e comprova a grande diferença que existe entre uma iniciativa que não depende dos governos, mas que se deve, tão-somente, à determinação e ao trabalho de quem procura enriquecer uma cultura e valorizar uma Língua.

No próximo dia 10 de setembro o Liceu Literário Português comemora 132 anos de existência. Decerto que já vai longe o sonho dos que pensavam transformá-lo numa “Universidade do povo”. Entretanto, em breve, poderemos ver nele a funcionar, através de seus Institutos, uma espécie de “Universidade das Nações Unidas”, onde, periodicamente, com os melhores especialistas do mundo, sejam tratados temas relacionados com a Língua, a História e a cultura dos povos lusófonos.

**NÚMERO EM HOMENAGEM A
EPIFÂNIO DIAS**



Augusto Epifânio da Silva Dias
(1841 – 1916)

EPIFÂNIO DIAS: O HOMEM E A OBRA

Maximiano de Carvalho e Silva
UFF

1 - O HOMEM

1.1 - Dados biográficos

Ao prestar a sua homenagem a Augusto Epifânio da Silva Dias em sessão solene da Universidade de Lisboa, realizada a 10 de dezembro de 1921, com a presença do Presidente da República, o grande humanista, filólogo e linguísta José Leite de Vasconcelos (*7/7/1858 – †17/5/1941) deixou-nos, em comovido depoimento pessoal sobre a vida do homenageado, e em erudita e extensa avaliação crítica da obra que nos legou, um ensaio biobibliográfico ainda hoje de consulta indispensável aos pesquisadores da evolução dos estudos e do ensino de Letras em Portugal e nos outros países de língua portuguesa¹.

Já no sumário do seu trabalho, divide Leite de Vasconcelos em quatro fases a vida de Epifânio: de 1841 a 1864, em Lisboa; de 1864 a 1867, em Santarém; de 1867 a 1881, no Porto; e de 1881 a 1916, novamente em Lisboa. E se propõe a tratar do seu labor científico como humanista (latinista e helenista), como romanista e como pedagogo. No correr da sua oração, reúne e comenta impressionantes dados relativos à profícua atividade desenvolvida incansavelmente por Epifânio em bem mais de setenta anos de uma existência marcada pela fidelidade aos ideais e por uma luta intransigente em favor de grandes causas, que muitos dissabores e aborrecimentos lhe acarretou, por ser um homem que não se dobrava diante de nenhuma conveniência ou ameaça.

Anos mais tarde, em 1937, outro grande admirador de Epifânio, e autor de nova análise da sua obra merecedora de toda a atenção, o humanista Francisco

¹ V. Leite de Vasconcelos, *Epifânio Dias: Sua Vida e Labor Científico* – “Oratio de Sapientia” Pronunciada na Sessão de Abertura Solene da Universidade de Lisboa em 10 de Dezembro de 1921, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922, 73 p.

Rebello Gonçalves (*15/11/1907 – †23/4/1982)², assinalaria que com a visão global da vida e obra do nosso homenageado “veremos sempre o professor onde virmos o homem de ciência”, pois a conjugação do exercício do magistério das aulas e do “magistério da pena” (expressão usada com tanta propriedade por Serafim da Silva Neto³) foi preocupação dominante na vida daquele professor que tanto desejou transmitir “saber riquíssimo a várias gerações, e assim realizou trabalho de grande extensão cultural”⁴. Em tudo o que fez sem a preocupação de granjear honrarias e manifestações exteriores de glorificação, percebe-se o intuito de divulgar os progressos da ciência, de ministrar dentro das possibilidades do tempo as suas lições de Pedagogia, de Cultura Clássica, de Linguística Portuguesa, de Crítica Textual – muitas das quais lhe asseguram, sem favor, lugar de proeminência entre os pioneiros da renovação científica nos campos em que atuou.

Augusto Epifânio da Silva Dias nasceu a 7 de abril de 1841, na cidade de Lisboa⁵.

Não teve uma infância e juventude muito propícias, e se atribui a isto o fato de se agravarem certos traços negativos da sua personalidade, como a tendência à misantropia e a irritabilidade de ânimo.

Revelou-se nele desde cedo “rara propensão para as letras” (p. 9), que o levou – nos anos de 1861-1862 – a frequentar o Curso Superior de Letras de Lisboa: foi a época da sua iniciação no grego, com o “eruditíssimo helenista Antônio José Viale” (p. 9). Já antes, aos treze anos de idade, começara os estudos latinos, com “o afamado professor do Liceu de Lisboa, José Maria da Silveira Almendro” (p. 9)⁶. Cedo, Epifânio já sabia inglês; e seguramente antes de 1864, o alemão.

1864 a 1867 é o período da vida de Epifânio da passagem pela cidade de Santarém, onde – pelo concurso que fizera – deveria lecionar português, mas na realidade exerceu o magistério de latim e de grego. Data de então o

² V. Rebello Gonçalves, “Epifânio Dias, Professor e Filólogo”, in *Filologia e Literatura*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937, p. 311-336.

³ In *Alfa-Ômega*, órgão dos alunos do Colégio Pedro II, ano II, novembro de 1945, nº 5, p. 8 [número dedicado ao Prof. Sousa da Silveira].

⁴ Rebello Gonçalves, op. cit., p. 313.

⁵ Para a apresentação dos dados biográficos seguintes, servimo-nos principalmente das informações de Leite de Vasconcelos no citado opúsculo *Epifânio Dias: Sua Vida e Labor Científico*. A muitas dessas informações não só demos redação própria, mas também acrescentamos novos elementos. As transcrições entre aspas neste tópico 1.1 indicam entre parênteses as páginas respectivas do opúsculo.

⁶ José Maria da Silveira Almendro não deixou obra nenhuma publicada. Quanto ao helenista Antônio José Viale, são de sua autoria: *Miscelânea Helênico-Literária*; *Seleção Camoniana*; e *Novo Epítome da História de Portugal*.

conhecimento que adquiriu dos “modernos métodos alemães da Filologia clássica, lendo a Gramática latina de Zumpt” (p. 10) – a *Lateinische Grammatik*, 11ª edição, Berlim, 1860.

A essa fase de três anos em Santarém, segue-se a de 1867-1881, como professor de latim, português e inglês no Liceu da cidade do Porto. No concurso a que se submeteu, impressionou vivamente os examinadores com vastos conhecimentos de latim e prodigiosa memória. Os anos no Porto foram para Epifânio “período cheio de labor científico, e ao mesmo tempo de tempestades” (p. 11): publicação dos primeiros trabalhos; atuação na reforma do ensino gramatical; incursões em outros campos do conhecimento (como o da Matemática); reações contra ele dos professores que “tinham orientação científica à antiga” (p. 12). Mas tudo terminou, quando o Decreto de 22 de março de 1881 o convertia em professor da Cadeira de Língua Grega do Liceu de sua cidade natal.

Até 1894, teve Epifânio Dias em Lisboa uma fase de relativa tranquilidade, benéfica às suas ocupações de professor de grego e também de latim, com mais recursos para os estudos, e – a partir de 1883 – com os proveitos que lhe traziam as viagens por vários países, feitas nos períodos de férias.

Todavia, Epifânio – que desde os últimos tempos do reinado de D. Luís (*1838 – †1889) se tornara adepto das idéias republicanas – começou a despertar a maior repulsa dos adversários políticos, pois não poupava críticas ásperas ao regime, “principalmente em matéria relacionada com o ensino” (p. 13). Os anos de 1896 e 1897 foram dos mais amargos da sua vida: extinguiu-se o ensino de grego no Liceu de Lisboa, e instituiu-se o mesmo no Curso Superior de Letras, para onde Epifânio foi transferido, mas numa situação subalterna de professor anexo, “que nem às sessões do conselho escolar podia assistir” (p. 13); no final do ano de 1896 – como ele próprio relata na justificativa da dedicatória da edição d’*Os Lusíadas* – em decorrência de um artigo do jornal *O País*, de 8 de novembro, baseado em informações suas, foi chamado a “responder em um processo de polícia correcional”, em virtude de queixa apresentada em juízo pelo Diretor Geral da Instrução Pública. Serviu-lhe de advogado o Dr. Eduardo Alves de Sá, que não aceitou remuneração alguma de Epifânio; e o julgamento do Tribunal da Relação de Lisboa se proferiu na sessão de 21 de dezembro de 1897. No dizer de Leite de Vasconcelos, “três fatos salvaram a honra da pátria: o discurso, sempre memorável, do advogado de defesa; a sentença do juiz, que, se não foi inteiramente absolutória, teve esse efeito; a manifestação dos estudantes de Lisboa, que, à porta do Tribunal, no momento em que o sábio Professor descia da bancada dos réus, ilibado do vilipêndio, irromperam em generosas e quentes palmas, para o glorificar” (p. 13-14). Curioso é verificar como o sentimento de gratidão ao advogado de defesa marcou profundamente Epifânio Dias, fazendo-o pensar numa publicação em sua

homenagem: datada de 30 de dezembro de 1908 e gravada nas páginas iniciais da edição crítica d' *Os Lusíadas*, foi todavia uma homenagem póstuma ao Dr. Eduardo Alves de Sá, que falecera dois anos antes, em 1906⁷.

Nada, porém, fez esmorecer o fervor intelectual de Epifânio, que em plena luta continuou a devotar-se aos estudos e pesquisas, até os derradeiros dias da existência.

Em 1911, criada a Universidade de Lisboa, a ela se agregou como Faculdade o Curso Superior de Letras. Não mudou, todavia, a posição do Mestre, que ali ficou apenas mais dois anos, jubilando-se em 1913.

Quando, ainda em 1911, o Governo da República, através do Ministro do Interior, Antônio José de Almeida, instituiu por atos de 15 de fevereiro e de 16 de março a Comissão encarregada de fixar as bases da ortografia portuguesa, a ela associou seu nome, por tantos títulos ilustre; mas, como informa o relatório de 23 de agosto do mesmo ano, Epifânio “se escusou, declinando o encargo”⁸.

Foram dramáticos os seus últimos anos de vida. A jubilação teve o efeito negativo de criar condições para que não se visse forçado a sair de casa; agravou-se a doença de que sofria – o chamado “mal de Parkinson” ou “paralisia agitante”; a certa altura, também já não saía da cama, e, impossibilitado de escrever, tinha de socorrer-se de quem pudesse copiar o que ainda queria publicar. “O doloroso estado durou quase três anos, três horríveis anos; e só um estóico, da têmpera do Sr. Epifânio, conseguiria suportá-lo, sem quase um franzimento de rosto, ou leve gemido” – como diz Leite de Vasconcelos, discípulo e amigo fiel de longos anos (p. 15).

Faleceu Epifânio Dias na manhã de 30 de novembro de 1916.

1.2 - Traços da Personalidade

Traços marcantes caracterizavam a personalidade de Augusto Epifânio da Silva Dias.

Era um homem de caráter firme, incapaz de um jogo de acomodações em proveito pessoal – como atestam os que o conheceram mais intimamente.

⁷ Há um verbete sobre o Dr. Eduardo Dally Alves de Sá (Lisboa, *1849 – †1906) no volume quarto, s/d, p. 950, da enciclopédia *Lello Universal*, editada no Porto sob a direção de João Grave e Coelho Neto, em que ele é apontado como notável advogado que “tomou parte nos processos mais célebres do seu tempo” e autor de trabalhos jurídicos de valor.

⁸ V. Ministério do Interior – Direção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, *Bases Para a Unificação da Ortografia que Deve Ser Adoptada nas Escolas e Publicações Oficiais – Relatório da Comissão Nomeada por Portaria de 15 de Fevereiro de 1911, Novamente Revisto Pelo Relator* [Aniceto dos Reis Gonçalves Viana], Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 7.

Não escondia as suas convicções, ainda que a sinceridade muitas vezes lhe causasse sérios aborrecimentos, como várias vezes sucedeu. Suas críticas, nem sempre justas, embora feitas de boa-fé, eram sem rodeios, francas, com frequência extremamente contundentes. Nas discussões, só em circunstâncias especiais abria mão das opiniões pessoais.

No exercício do magistério, era na verdade ao mesmo tempo bastante rigoroso e empenhado em que os alunos tivessem o melhor aproveitamento das aulas ⁹.

Não lhe agradava muito a convivência pessoal: eram poucos os amigos íntimos, e sempre evitou pertencer a agremiações políticas ou científicas. Gostava imensamente de viajar, e as viagens eram para ele motivo de recreação e oportunidade de ampliar os horizontes culturais. “Na vida particular influíam-no sentimentos de bom filho, de bom parente e de pessoa caridosa, pois protegeu seus pais, e outros membros da família, e dava muitas esmolas a necessitados. Era absolutamente sério no trato. A honradez tinha um altar no seu coração” ¹⁰.

2 - A ATIVIDADE INTELECTUAL DE EPIFÂNIO DIAS

2.1 - Um autêntico pioneiro

Na história da Cultura Portuguesa, situa-se inegavelmente Epifânio Dias, ao lado do pioneiro Francisco Adolfo Coelho (*1847 – †1919) e outros, entre os que mais contribuíram para a renovação científica nos campos da Pedagogia, dos Estudos Clássicos, da Crítica Textual e da Lingüística Portuguesa, de modo especial ¹¹.

Foram notáveis os serviços que prestou à instrução pública, quer como professor, quer como propugnador de reformas dos métodos de ensino de línguas em Portugal, a que deu excelente contribuição de latinista e helenista, e de conhecedor de algumas das principais línguas modernas.

Beneficiou-se grandemente a Lingüística Portuguesa não só com a propagação dos seus estudos gramaticais, mas também com as notas críticas que deixou a propósito da má orientação de tais estudos no ensino oficial de sua época.

⁹ O verbete “Epifânio (Augusto)” da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. IX, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s/d, p. 870), depois de o apresentar como “um dos mais notáveis latinistas e helenistas do seu tempo”, fala na “fama de grande severidade, descomedida exigência e severa irascibilidade” em que era tido, como professor.

¹⁰ Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 38.

¹¹ Ressalta muito bem o pioneirismo de Epifânio Dias o artigo de Mendes dos Remédios “A Filologia Portuguesa – Seus Atuais e Maiores Representantes”, na *Revista de Língua Portuguesa* de Laudelino Freire, n° 19, setembro de 1922, p. 107-121.

No terreno da Crítica Textual, a ação de Epifânio teve as características de pioneirismo indiscutível, como salientou Serafim da Silva Neto: “Não menor serviço prestou Epifânio ao meter ombros à difícil tarefa de empreender, pela primeira vez em Portugal, edições críticas de textos. Até que o Mestre publicasse os seus trabalhos, o que havia (a não ser tentativas feitas lá fora) era, salvo um ou outro esforço, de molde a desluzir a ciência filológica portuguesa”¹².

2.2 - Traços da personalidade do intelectual

Foi Epifânio um modelo perfeito de intelectual, que aliava à obsessão com os progressos da ciência uma rara probidade e seriedade comprovadas a cada passo na vida profissional e nos múltiplos trabalhos que realizou.

O Mestre, que “pensava muito pouco em si, em se notabilizar, em se imortalizar”¹³, sempre pôs o seu superior talento e cultura a serviço da grande causa da instrução pública, a que se consagrou em todos os graus, com espírito de verdade e de justiça. Por isso, disse dele com toda a razão, no discurso que pronunciou à beira da sepultura, um antigo e distinto aluno de Epifânio na Faculdade de Letras de Lisboa, Urbano Canuto Soares: “vincou em obras de imperecível merecimento as características do seu espírito profundamente analítico, a nunca desmentida probidade científica, o saber e erudição verdadeiramente formidáveis e o entranhado amor da sua pátria, que ele, como português de melhores eras, soube amar desveladamente, exteriorizando esse culto pelos serviços inesquecíveis que prestou em matéria de instrução pública e pelo afeto com que comentou as obras de algumas das grandes figuras literárias de Portugal”¹⁴.

2.3 - Atividade pedagógica

A rica e variada atividade pedagógica desenvolvida por Epifânio Dias se manifestou sob três aspectos principais: a ação do reformador dos métodos de ensino em Portugal; o exercício do magistério em variadas funções e graus; e a publicação de trabalhos de crítica e de obras didáticas.

Os anos passados na cidade do Porto fizeram-no perceber mais agudamente as deficiências e os erros dos métodos de ensino então em voga. A consciência da necessidade de renovação foi-se desenvolvendo nele cada vez mais, obrigando-o a participar de discussões azedas e a externar com franqueza rude os pontos de vista com os quais se solidarizara.

¹² Cf. *Manual de Filologia Portuguesa*, 2ª ed. melhorada e aumentada, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1957, p. 19-20.

¹³ Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 27.

¹⁴ “Necrologia – Epifânio Dias”, in *Revista Lusitana*, de Leite de Vasconcelos, vol. XIX, 1916, nº 1-2, p. 340.

Em 1894, já em Lisboa, quando se falou em “nova e larga reforma de instrução secundária”¹⁵, acendeu-se em seu espírito a esperança do apoio oficial à realização da reforma pedagógica que se impunha. Porém, o que veio foi a Lei de 1894 e o Regulamento de 1895: não eram o que Epifânio esperava, e despertaram nele exasperadas reações, como aquelas que, no ano seguinte, motivaram o processo em consequência da queixa apresentada pelo Diretor Geral da Instrução Pública.

No exercício do magistério – de português, latim, grego, francês ou inglês – teve Epifânio o campo experimental dos novos métodos de professor “solidamente inteirado dos princípios da Pedagogia”¹⁶. Das aulas, preparadas com carinho, resultaram muitas das publicações que mostram como foi ele capaz de harmonizar o rigor científico com a melhor apresentação didática da matéria lecionada. “Ainda que o seu ensino, pela força triste das coisas, tinha de ser elementar, ele armazenava constantemente conhecimentos, e estava equipado, como se houvesse de prelecionar de alta cátedra a alunos exigentes. Isto revela a probidade, o caráter do professor!”¹⁷.

Como ex-aluno, amigo íntimo e biógrafo que acompanhou de perto a trajetória do Mestre, Leite de Vasconcelos pôde relacionar os documentos que atestam o labor pedagógico de Epifânio¹⁸. Tais ensaios e pareceres, alguns dos quais ainda hoje inéditos, e mais as obras didáticas de sua autoria, escritas principalmente para o nível médio, foram uma contribuição de alto teor à renovação educacional em Portugal, e por muitos ensinamentos que contêm ainda são de grande atualidade. A exemplo do que se está fazendo com os dispersos, inéditos e trabalhos esgotados que ainda são de alto interesse, deveriam ser reeditados na íntegra, não apenas como homenagem ao autor da *Gramática Portuguesa Elementar*, mas sobretudo como valioso serviço aos estudiosos da história da cultura pedagógica no mundo de língua portuguesa.

2.4 - O cultor das Letras Clássicas

Epifânio Dias foi em Portugal um dos maiores e mais seguros cultores das Letras Clássicas. Nos mencionados estudos a ele dedicados por Leite de Vasconcelos e Rebelo Gonçalves está devidamente analisada a sua atuação como latinista e como helenista. Aos treze anos de idade, como vimos, já se iniciara nos estudos latinos, em Lisboa; e mais tarde, no Curso Superior de Letras, dera os primeiros passos para o conhecimento da língua e da cultura helênica.

¹⁵ Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 13.

¹⁶ Ibidem, p. 33.

¹⁷ Ibidem, p. 27.

¹⁸ Ibidem, p. 66-68.

Rebello Gonçalves acentua que foi como latinista que ele granjeou maior fama em Portugal: renovador e polemista em defesa do bom ensino do latim; defensor dos que se dedicavam com seriedade e boa orientação ao ensino da língua; autor de estudos latinos; editor de textos; dicionarista; epigrafista; tradutor.

Segundo Leite de Vasconcelos, era espantoso o seu conhecimento da língua e da literatura latina: “quando se lhe fazia uma pergunta, nunca ela ficava sem resposta e sem explicação”¹⁹.

Possuindo esse notável lastro de conhecimentos, lamentava “o estado lastimoso” em que se encontrava “o ensino gramatical do latim”, e assim, com a finalidade de melhorá-lo, “traduziu de uma edição alemã, e publicou em 1872, no Porto, a *Gramática Latina* do filólogo dinamarquês Ioham Nicolai Madvig” (*1804 – †1886)²⁰.

No “Prefácio” dessa edição da *Gramática* de Madvig, que trazia tantas inovações, Epifânio critica acerbamente os métodos de estudo e ensino do latim então adotados, especialmente por Joaquim Alves de Sousa, professor de língua hebraica no Liceu Nacional de Coimbra e autor de uma *Gramática Elementar da Língua Latina Para Uso das Escolas* que teve sucessivas reedições (a 8ª, de 1878). Essa crítica motivou a publicação da *Resposta a Um Crítico ou Exame de Algumas Asserções do Sr. Augusto Epifânio da Silva Dias Sobre Gramática Portuguesa e Latina*, impresso em Coimbra na Imprensa da Universidade em 1873 (4+160 p.). Pouco depois Epifânio replicou com o livro *O Latim do Sr. Alves de Sousa Examinado nas Suas Três Obras: Gramática Elementar da Língua Latina, Curso de Temas Graduados, Resposta a um Crítico*, impresso no Porto, Tipografia de Manuel José Ferreira, também em 1873, com 91 p. A polêmica de Epifânio e Joaquim Alves de Sousa oferece matéria de suma importância para o conhecimento e avaliação dos métodos e das condições do estudo e ensino do latim e do português naquela época.

Foi ainda o conhecimento da língua latina que permitiu a Epifânio fazer e publicar em 1901 a versão do latim para o português, com o título *Espelho da Vida Humana*, do ensaio autobiográfico de Uriel da Costa (*1585? – †1647?)

¹⁹ Ibidem, p. 21.

²⁰ Ibidem, p. 18. Na folha de rosto vema informação de que a gramática foi “trasladada do alemão para português”; na página IX do prefácio de Epifânio se diz que a tradução “reproduz, pode dizer-se, integralmente a terceira edição alemã”, apenas com a supressão de algumas observações e exemplos, como o próprio Madvig fez na edição abreviada. Todavia, anos mais tarde Nicolau Firmino, num estudo prévio da reedição do *Epítome* da Gramática de Madvig, por ele organizada, adaptada e publicada em 1942, sem pôr em dúvida a familiaridade de Epifânio com a língua germânica, levanta a estranha suposição de estar a tradução “decalcada” na que fizera N. Theil para o francês em 1878: é uma questão a esclarecer num estudo comparativo.

Exemplar Vitae Humanae, publicado pela primeira vez por Philip van Limborch na sua obra *De Veritate Religionis Christianae: Amica Collatio cum Erudito Judeo*²¹. Nesse relato, o autor, nascido na cidade do Porto, judeu de origem, rememora os longos anos de cristão-novo passados em Portugal, com destacada atuação na Universidade de Coimbra, a sua renúncia à condição de católico e ao nome adotado de Gabriel, e as ameaças de perseguição que o fizeram refugiar-se na Holanda (Amsterdam), onde no correr do tempo, convertido em livre-pensador, seria alvo de perseguições na própria comunidade judaica, o que lhe acarretou um fim trágico, levado ao suicídio por volta do ano de 1647²². Questões a serem elucidadas – o que não pudemos fazer por falta de elementos informativos mais seguros – dizem respeito ao que particularmente teria levado Epifânio a interessar-se pela figura de Uriel da Costa, e às razões que o associaram a Teófilo Braga – um como prefaciador do volume, o outro como tradutor do texto latino – nesse empreendimento editorial que para ambos terá tido algum significado especial²³. Leite de Vasconcelos, que na sua biografia registra sem comentários a tradução do livro de Uriel da Costa, nos diz que Epifânio, dotado de uma curiosidade intelectual insaciável, sempre gostava de ler “cousas de história religiosa”, entre elas certamente as que puseram em conflito católicos e judeus na época da Inquisição e os próprios judeus separados por divergências doutrinárias²⁴.

Como helenista, pode-se apontá-lo sem dúvida entre os maiores. São enfáticas as declarações de Leite de Vasconcelos e de Rebelo Gonçalves a

²¹ Uriel da Costa, *Espelho da Vida Humana*. Versão de A. Epifânio da Silva Dias, com Uma Introdução Sobre a Autobiografia de um Livre-Pensador por Teófilo Braga. Lisboa, Imprensa Lucas, 1901, 36 p.

²² Entre as fontes para obtenção de informações e apreciações sobre a atuação e os escritos de Uriel da Costa, podemos citar: verbete “Gabriel da Costa” [=Uriel da Costa] no tomo II da *Biblioteca Lusitana - Histórica, Crítica e Cronológica* por Diogo Barbosa Machado (Lisboa, 1747); verbete “Uriel da Costa” no *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva, tomo VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862, p. 392; prefácio de Teófilo Braga na versão de Epifânio; Carolina Michaëlis de Vasconcelos, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. VII, 1920, e in *Lusitânia*, fasc. 1, jan. 1924, p. 5-22; verbete “Uriel da Costa” do *Dicionário Universal de Literatura* de Henrique Perdigão, 2ª edição, Porto, Edições Lopes da Silva, 1940, p. 114, onde se diz que ele se tornou mais conhecido em Portugal pela tradução de Epifânio; José Pereira de Sampaio Bruno, in *Os Portuenses Ilustres*, tomo I, 1907, p. 379-384; no opúsculo *Exemplo da Vida Humana (Exemplar Vitae Humanae) por Uriel da Costa*, tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves (coleção Cadernos da “Seara Nova” – Textos Filosóficos, Lisboa, 1937); A. Moreira de Sá, introdução a Uriel da Costa, *Três Escritos*, Lisboa, 1963; I. S. Révah, verbete “Costa, Uriel da” do *Dicionário de Literatura*, direção de J. do Prado Coelho et alii, vol. I, ed. cit., p. 226.

²³ Ao colega e amigo Evanildo Bechara, de longa data um “devoto” de Epifânio Dias, estudioso de sua obra e colecionador de raridades bibliográficas a ele respeitantes, agradecemos valiosas indicações e o empréstimo do seu exemplar da edição de 1901 de *Espelho da Vida Humana* e do pequeno livro de Castelo Branco Chaves, há pouco referido.

²⁴ Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 43.

respeito da erudição helênica de Epifânio. Deixou no entanto pouca coisa publicada sobre o grego, e inéditos – como os manuscritos do Curso Elementar de Mitologia Grega, que ministrou em Santarém, nos anos de 1865-1866. Testemunha Leite de Vasconcelos que ele “lia no original inúmeros autores gregos”: “apresentava-se-lhe qualquer texto grego: e ele traduzia de repente, sem preparação, sem titubeamento, dando as razões de tudo, insuflando vida àquilo que parecia mumificado”²⁵.

“Epifânio era, com efeito, sem detrimento das suas especialidades, amante de todo o saber” – afirma Rebelo Gonçalves; “reconhecia que o espírito humano carece de alimento vário, para maior desenvolvimento das faculdades críticas”²⁶. Esse amplo domínio das Letras Clássicas ajuda-nos a compreender como, naqueles derradeiros tão sofridos anos da sua vida, pôde ele realizar a parte mais importante da monumental edição crítica d’*Os Lusíadas*: os riquíssimos comentários em notas de rodapé, que evidenciam admirável familiaridade com a cultura latina e a cultura helênica.

2.5 - Epifânio e as línguas estrangeiras modernas

Outro aspecto da vida intelectual de Epifânio Dias que deve ser ressaltado é o seu extraordinário interesse por bom número de línguas estrangeiras modernas, algumas das quais ele sabia muito bem, tendo-se dedicado ao seu ensino, quer através das aulas liceais, quer através de trabalhos que publicou.

Na cidade do Porto, lecionou inglês, e teve como aluno Leite de Vasconcelos, que lá fora fazer os seus preparatórios. Inglês era uma das línguas que Epifânio dizia “conhecer melhor, confessando sentido apreço da sua magnífica literatura”²⁷. A língua alemã, que Epifânio começou a aprender no Curso Superior de Letras, foi-lhe de grande utilidade para avaliar “os primores do método filológico alemão, ou para colaborar em revistas germânicas”²⁸.

Leite de Vasconcelos alude à colaboração recebida de Epifânio “pela *Seleção Inglesa* de Northway do Vale, e bem assim a um volumoso maço de apontamentos destinados a uma Sintaxe inglesa, da qual desistiu com o aparecimento da excelente *Gramática* de Júlio Moreira”²⁹.

Das línguas românicas, Epifânio interessou-se sobremaneira pelo italiano, pelo espanhol e pelo francês. Um dos seus mais notáveis trabalhos didáticos,

²⁵ Idem, p. 27.

²⁶ Rebelo Gonçalves, op. cit., p. 328.

²⁷ Idem, p. 329.

²⁸ Idem, p. 329.

²⁹ Leite de Vasconcelos, op. cit, p. 33.

em colaboração com J. Eduard von Hafe, é a *Gramática Francesa Para Uso das Escolas*, cuja 1ª edição veio a lume no Porto, em 1875. No prefácio esclarecem os autores que as duas primeiras partes da *Gramática* (fonologia e morfologia) pertencem a von Hafe, e a sintaxe a Epifânio (p. 114 a 370); e assim caracterizam os aspectos renovadores da obra publicada:

Serviu de base para a Morfologia a *Schulgrammatik der französischen Sprache* de Plötz e para a Sintaxe a *Nouvelle Grammaire Française Basée sur le Latin*, para uso dos alemães, do mesmo autor. Aqueles para quem não forem estranhas estas obras notáveis, reconhecerão facilmente que a muitos respeito o presente livro é trabalho novo, por exemplo, no tratado da pronúncia e nas observações relativas às diferenças que existem entre a língua francesa e a portuguesa. Em muitos lugares alterou-se o método, em outros ampliou-se o material e cortou-se o que era de interesse para alemães e não para portugueses, e afoutamente se pode dizer que esta obra quase nunca á mera tradução.

Por tudo isto, a leitura da *Gramática Francesa* de J. Eduard von Hafe e Epifânio, com as suas densas páginas de estudos comparativos e preciosos ensinamentos, muito beneficiaria os atuais professores de língua francesa, do ensino médio ou do ensino superior, que nela encontram observações numerosas para enriquecer as suas aulas.

E ainda: como eram de certa frequência as viagens pelo cantão dos Grisões, na Suíça, um dos seus lugares preferidos, a curiosidade de Epifânio se voltou para o dialeto do Vale da Engadina, a ponto de iniciar até um dicionário português-engadinês, que não concluiu.

2.6 - Estudos de Lingüística Portuguesa e Crítica Textual

O lingüista e filólogo – cujas atividades abrangeram área tão extensa, sem prejuízo da qualidade do que produziu – é de modo geral mais conhecido como ensaísta e editor de textos nos campos da Lingüística Portuguesa e da Crítica Textual.

Classificam-se seus trabalhos em três grupos:

ESTUDOS GRAMATICAI E ESTILÍSTICOS ³⁰

- 1) *Gramática Prática da Língua Portuguesa*, Porto, 1870.
- 2) *Gramática Portuguesa Elementar*, Porto, 1876.
- 3) *Sintaxe Histórica Portuguesa*, Lisboa, 1918.
- 4) Artigos na *Revista Lusitana* dirigida por Leite de Vasconcelos.

³⁰ V. indicações bibliográficas mais completas no item 5.3.

A *Gramática Prática da Língua Portuguesa*, publicada em 1870, e refundida em 1876 com o nome de *Gramática Portuguesa Elementar*, é ainda hoje “modelo de concisão e segurança” – como afirmou Serafim da Silva Neto no seu *Manual de Filologia Portuguesa* ³¹. É obra pioneira – essa visão metódica do sistema da língua, numa época em que só se podia deplorar o baixo nível dos estudos gramaticais em Portugal e no Brasil. Citava-a sempre com louvores, como ouvimos várias vezes, pensando até em reeditá-la com breves notas de atualização, o sábio filólogo Sousa da Silveira, que após ao seu exemplar da *Gramática* vários apontamentos e observações preciosas.

A *Sintaxe Histórica Portuguesa* – obra póstuma e incompleta, dos últimos anos de vida, e a que o autor não pôde “dar a última demão” – foi lançada pela Livraria Clássica Editora em 1918, como a melhor forma de homenagear o autor, que penosamente se empenhou em terminá-la, sem lograr por completo o seu intento. É outra obra de referência e de consulta obrigatória, cujos excelentes ensinamentos ainda são aproveitados pelos melhores tratadistas dos nossos dias. Saída “das mãos trêmulas de um moribundo” – como atesta Leite de Vasconcelos ³², era parte do plano de uma Gramática Histórica para a qual Epifânio deixou muitos apontamentos referentes a Fonologia e Morfologia. Para mais informações e dados sobre o livro convém ler: 1) a “Declaração do Editor” datada de 30 de novembro de 1917 – na 1ª edição; 2) a conscienciosa recensão de Augusto C. Pires de Lima publicada em 1918 na *Revista Lusitana*, onde a par de muitos louvores são apontadas falhas e deficiências nas lições do livro, explicáveis pelas circunstâncias em que foi preparado ³³; 3) a “Declaração Relativa à 2ª Edição”, de 1933, assinada por Rodrigo de Sá Nogueira; 4) e o estudo de Evanildo Bechara intitulado “As Fases Lingüísticas do Português na *Sintaxe Histórica* de A. E. da Silva Dias” ³⁴. Convém dizer que, ao publicar a primeira edição do seu *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonologia e Morfologia)*, José Joaquim Nunes (*1859-†1932) teve no Prefácio a humildade de fazer a seguinte declaração: “sabendo que o, há pouco falecido, professor Epifânio Dias preparava um estudo especial dessa parte da gramática [a sintaxe], desistira de ocupar-me dela, visto estar entregue a quem melhor do que eu podia desempenhar-se de tal tarefa”. Dizia Nunes em seguida que, lendo o “excelente” trabalho publicado por Epifânio, sentiu todavia que o autor “seguira processo

³¹ V. Serafim, *Manual*, ed. cit., p. 19.

³² V. Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 29.

³³ V. vol. 21, 1918, p. 204-208.

³⁴ In *Primeiros Ensaios Sobre Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1954, p. 129-146.

diferente” do seu, e por isso voltara à primitiva idéia de acrescentar uma parte de Sintaxe ao seu *Compêndio*, plano que as circunstâncias da vida não lhe permitiram realizar ³⁵.

Nos anos seguintes, aos ensinamentos de Epifânio, recorreram os autores dos principais estudos de Gramática Histórica no Brasil, como Said Ali, Sousa da Silveira, Cláudio Brandão, Serafim da Silva Neto, Ismael de Lima Coutinho e outros mais.

No artigo relativo a Epifânio Dias de *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* ³⁶, afirma com inegável autoridade o lingüista Herculano de Carvalho, numa síntese de apreciação dos seus estudos gramaticais: “Devem-se-lhe também duas gramáticas portuguesas (*Gramática Prática da Língua Portuguesa*, Porto, 1870; *Gramática Portuguesa Elementar*, Porto, 1876) – de caráter renovador, apesar das suas modestas proporções –, e sobretudo uma *Sintaxe Histórica Portuguesa* (Lisboa, 1918), publicada postumamente, inacabada mas rica de fatos e de criteriosas interpretações”.

CRÍTICA LINGÜÍSTICA E FILOLÓGICA ³⁷

1) Na *Revista Lusitana*: recensões sobre a edição de Tito de Noronha dos *Autos* de Antônio Prestes (1879), sobre a *Crônica de Guiné* editada pelo Visconde de Santarém, sobre os códices alcobacenses editados por Cornu; e mais “Versos de Bernardim Ribeiro”.

2) Recensões na *Zeitschrift für romanische Philologie* – sobre a edição do *Cancioneiro da Vaticana* de Teófilo Braga, sobre a edição de Alberto Pimentel dos *Autos* de Antônio Ribeiro Chiado, sobre o texto do *Cancioneiro Geral* na edição de Kausler, sobre o texto da lenda de Barlaão e Josafá editado por G. de Vasconcelos Abreu.

3) Nota crítica sobre a *Gramática* de Bento José de Oliveira, 1872 (inédita).

A crítica lingüística e filológica de Epifânio, ainda dispersa ou em parte inédita, não se pode pôr de lado, pelas noções de tratamento de problemas de texto e pelas inúmeras outras lições que encerra, orientadoras de futuras edições dos trabalhos recenseados.

Recomendava Serafim da Silva Neto, como um dos melhores meios de aguçar o espírito crítico, a leitura atenta de recensões e notas bibliográficas. No

³⁵ V. “Prólogo da 1ª edição” reproduzido nas páginas VII-VIII, da 8ª edição do *Compêndio*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1975.

³⁶ V. vol. 6, Lisboa, 1967, col. 1290-1291.

³⁷ V. indicações bibliográficas mais completas no item 5.3.

livro *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas* há um capítulo sobre os erros mais comumente observados na leitura para a preparação de textos, onde ele escreveu: “O melhor meio de evitar erros e descuidos é, como já dissemos alhures, ler as minuciosas críticas feitas a edições que não merecem integral confiança, ou que tenham obedecido a critérios discutíveis. A mesma utilidade apresentam as resenhas de grandes obras, escritas por especialistas do mesmo ramo”. Em seguida, cita Serafim como primeiros exemplos na lista que organizou as recensões de Epifânio sobre as edições acima citadas do *Cancioneiro da Vaticana*, da lenda de Barlaão e Josafá, dos códices alcobacenses, do *Cancioneiro Geral*, da *Crônica de Guiné* e dos *Autos* de Antônio Prestes e Antônio Ribeiro Chiado³⁸.

EDIÇÕES CRÍTICAS DE TEXTOS PORTUGUESES³⁹

- 1) *Obras de Cristóvão Falcão*, 1893.
- 2) *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, 1905.
- 3) *Os Lusíadas* de Luís de Camões, 1910 / 1916-1918.

Como observou Leite de Vasconcelos, foi “o manuseamento das belas edições alemãs de textos latinos e gregos” que levou Epifânio Dias “a aplicar ao português trabalho análogo de expungir erros de textos impressos, dando deles edições críticas, ou corrigindo-os em revistas”⁴⁰.

Antes de preparar as suas próprias edições, teve Epifânio a experiência da publicação de recensões críticas de edições de textos medievais e quinhentistas a que há pouco nos referimos. Preparando-as com a máxima preocupação do rigor científico, enfrentou todavia o grave problema das deficiências de uma época em que se firmavam os princípios das ciências da linguagem e em que se realizavam pesquisas em busca de desconhecidas fontes bibliográficas.

As edições críticas que publicou, quaisquer que sejam as restrições justas que possam sofrer em face do estado atual da pesquisa filológica, oferecem valiosos subsídios a quem se proponha a reexaminá-las à luz dos conhecimentos atuais. Nelas, o que há de mais expressivo são os comentários filológicos, entre eles as notas de exegese dos textos, que só pôde fazer por ter tão amplo domínio da cultura clássica e estar tão familiarizado com as obras dos autores greco-latinos e portugueses. Não há a menor dúvida de que tais edições, pelos motivos apontados, conferem a Epifânio lugar de relevo entre os grandes desbravadores dos caminhos que hoje palmilhamos com muito mais segurança

³⁸ Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1956, p. 33-34.

³⁹ V. indicações bibliográficas mais completas no item 5.4.

⁴⁰ Op. cit., p. 29.

e tranquilidade, – colocam-no pois, naquele período que vai da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX, ao lado de figuras oraculares como Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Leite de Vasconcelos, Sousa da Silveira e outros mestres da Crítica Textual em Portugal e no Brasil.

Obras de Cristóvão Falcão

A edição das *Obras de Cristóvão Falcão*, publicada no Porto em 1893, foi o primeiro exemplo completo que Epifânio Dias nos deu da sua capacidade de editar criticamente textos clássicos sobre os quais pairavam muitas dúvidas, segundo normas estabelecidas a partir de uma visão histórico-cultural mais apurada, de exaustivos dados biobibliográficos e da análise cuidadosa do que antes se fizera em relação a esses textos.

Tal edição compõe-se das seguintes partes: “Introdução”; relação de siglas; “Égloga” – o texto completo com numerosas notas de rodapé (divididas em notas sobre a fixação do texto e notas explicativas e exegeticas); “Carta”, também com notas de rodapé; “Excurso I/ Sobre a Metrificação Portuguesa”; “Excurso II / Sobre Pontos de Ortografia Antiga”; e “Excurso III/ Sobre “os erros numerosos que desfiguram as edições das obras de Cristóvão Falcão”; “Erratas”; “Quadro genealógico (segundo as melhores autoridades)”. A “Introdução” se divide em V partes. Como o título do livro deixa claro, Epifânio partiu na noção de que o autor das obras editadas era Cristóvão Falcão, e é dele que trata na primeira parte. Nas outras partes, refere-se a diversas questões, entre elas as relativas a outras composições atribuídas ao mesmo poeta, às impressões do *Crisfal*, e menciona e faz críticas a pontos de vista de Teófilo Braga (*1843-†1924). Desconhecendo a edição de Ferrara, de 1554⁴¹, da *História de Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro, que inclui a égloga *Crisfal* atribuindo-a a Cristóvão Falcão, Epifânio tomou como texto de base o da edição de Colônia, de 1559. Teve sempre em mira, entre outras edições anteriores, a de Teófilo Braga das *Obras de Cristóvão Falcão, Contendo a Égloga de Crisfal, a Carta, Cantigas Esparsas e Sextinas*, rotulada de edição crítica, com um estudo sobre a vida do autor e a época em que viveu (Porto, Imprensa Portuguesa Editora, 1871). Ao trabalho de Teófilo Braga fez muitas restrições e objeções.

Não é de admirar portanto que as novas propostas de texto crítico e de comentários de Epifânio tenham sido alvo das atenções de Teófilo Braga, que

⁴¹ Dessa edição têm hoje os estudiosos, em transcrição diplomática do texto: Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão, “*Obras*”, Nova Edição Conforme a Edição de Ferrara, Preparada e Re vista por Anselmo Braancamp Freire e Prefaciada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos. 2 volumes: I – Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, 322 p. / II – 2ª edição (com os erros tipográficos da 1ª corrigidos), 335 p.

sobre elas se manifestou duramente em mais de uma ocasião, desde o ano de 1897, inclusive para dizer que com as miudezas das suas notas “o gramático [que era Epifânio] abafa por todos os lados a obra literária”⁴². As críticas de Teófilo Braga também visaram à matéria do artigo de Epifânio “Fragmentos de um Cancioneiro do Século XVI” estampado no volume IV da *Revista Lusitana*. Informa Leite de Vasconcelos que o Mestre estava atento a essas críticas, e a respeito delas dá o seguinte depoimento⁴³: “Num exemplar que possuo das *Obras* pôs o Sr. Epifânio algumas notas manuscritas de acordo com algumas idéias da Sr^a D. Carolina”⁴⁴.

No julgamento geral, a edição de Epifânio, com o correr do tempo foi consagrada por expressões de altíssimo louvor, como melhor que “todas as edições anteriores” (Leite de Vasconcelos⁴⁵), “ainda hoje, modelo de crítica e método” (Serafim da Silva Neto⁴⁶), “excelente edição” (Rodrigues Lapa⁴⁷), tendo servido de base inclusive à edição de 1964 de F. Costa Marques⁴⁸. Ela não só está mencionada, como tem inúmeras notas comentadas na edição das *Trovas de Crisfal* preparada por Guilherme G. de Oliveira Santos⁴⁹. Cita-a também várias vezes Manuel da Silva Gaio num ensaio sobre Cristóvão Falcão em que se refere a Epifânio como “notável gramático, filólogo e professor”⁵⁰.

Sousa da Silveira, ao reexaminar o poema para preparar a sua edição comentada, editada em 1933 e incluída em 1945 como parte do livro *Textos Quinhentistas*, afirma que teve sempre diante dos olhos a edição de Epifânio, que “grandemente se distingue e a todos os estudiosos se impõe”. Em judiciosas explicações não deixou de mencionar os motivos que o levaram a pensar nessa nova edição do poema: a necessidade de se proceder à atualização de

⁴² V. Teófilo Braga, *Bernardim Ribeiro e o Bucolismo*, Porto, Livraria Chardron, 1897, p. 397-424. As palavras mais contundentes de Teófilo estão repetidas na página 187 da sua reedição das *Obras de Cristóvão Falcão* lançada em 1915 na cidade do Porto pela “Renascença Portuguesa”.

⁴³ Op. cit., p. 57.

⁴⁴ Essas notas manuscritas são comentários ao que diz Carolina Michaëlis de Vasconcelos da edição crítica de Epifânio em *Litteraturblatt für germanische und romanische Philologie*, nº 8, agosto de 1894.

⁴⁵ Op. cit., p. 30.

⁴⁶ V. Manual, ed. cit., p. 20.

⁴⁷ V. Cristóvão Falcão, *Crisfal*, com prefácio e notas de Rodrigues Lapa, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1943, p. XVII; 2ª ed., 1962, p. XVII.

⁴⁸ V. *Crisfal*, Notícia Histórica e Literária e Texto Fixado e Anotado por F. Costa Marques, Coimbra, Atlântida, 1964, p. 20.

⁴⁹ *Trovas de Crisfal*, Reprodução Fac-símile da Primeira Edição, Estudo, Variantes e Notas por Guilherme G. de Oliveira Santos. Lisboa, Livraria Portugal, 1965 [capítulo “Quem escreveu o Crisfal”].

⁵⁰ V. *Bucolismo - II - Cristóvão Falcão*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 162.

grafia, levando em conta o sistema ortográfico vigente, para tornar a leitura “mais acessível e mais regular”; o fato de querer seguir as lições da edição de Ferrara (1554), confrontadas com as soluções adotadas por Epifânio com base na de Colônia (1559), e de querer apresentar “interpretações novas” em suas notas que lhe pareceram “preferíveis às de Epifânio”⁵¹.

Pelos nomes mencionados, fica evidente a extraordinária importância da edição de Epifânio para o conhecimento e a interpretação do texto da famosa écloga. Serafim da Silva Neto dá relevo aos excursos que nela fez o filólogo sobre metrificação portuguesa, sobre pontos de ortografia antiga e sobre erros de leitura⁵². A questão da autoria, e da existência de um poeta com o nome de Cristóvão Falcão, no entanto, divide os estudiosos, a ponto de alguns deles, como Antônio José Saraiva, F. Costa Marques, Guilherme G. de Oliveira Santos, Antônio Salgado Júnior e outros, por maior cautela, preferirem até hoje tê-la como não resolvida em termos definitivos⁵³.

Esmeraldo de Situ Orbis

Outra notável contribuição de Epifânio Dias à Crítica Textual é a sua edição do *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira (*1465?-†1533?), publicada pela Sociedade de Geografia de Lisboa no ano de 1905. O volume apresenta uma “Introdução” datada de março de 1903, em seguida o texto estabelecido com numerosas notas de rodapé, e na parte final “Correções e Aditamentos”, um “Registo Filológico”, “Índice dos Nomes Próprios Geográficos e de Pessoas” e “Erratas”.

⁵¹ V. *Textos Quinhentistas*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 59-60.

⁵² V. *Manual*, ed. cit., p. 20.

⁵³ V. *Écloga de Crisfal*, Texto Fixado, Anotado e Explicado por Antônio José Saraiva. Lisboa, Livraria Popular, s/d, p. 5. / *Crisfal*, Notícia Histórica e Literária e Texto Fixado e Anotado por F. Costa Marques, Coimbra, Atlântida, 1964, p. 20. / *Trovas de Crisfal*, Reprodução Fac-símile da Primeira Edição, Estudo, Variantes e Notas por Guilherme G. de Oliveira Santos. Lisboa, Livraria Portugal, 1965 [capítulo “Quem escreveu o Crisfal”].

Salgado Júnior, no verbete “Falcão, Cristóvão” do *Dicionário de Literatura* dirigido por J. Prado Coelho *et alii*, afirma que “a mais prudente atitude” em relação à autoria “parece ser a de considerar esta écloga devida pura e simplesmente a autor desconhecido” (v. 2º ed. cit., 1969, vol. I, p. 325). José Augusto Cardoso Bernardes também diz do *Crisfal* que “o problema da sua autoria permanece ainda sem solução”, aceitando no entanto a hipótese de “um autor anônimo”, num muito deficiente verbete de *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa* (vol. I, col. 1363-1364, Lisboa, Editorial Verbo, 1995) em que não são sequer mencionados estudos importantes sobre a autoria como o de Raul Soares de Moura e o parecer de Salgado Júnior, e não se indicam ao leitor as melhores fontes para a leitura e conhecimento do texto da écloga, principalmente as edições mais completas de Epifânio, Sousa da Silveira e Guilherme G. de Oliveira Santos.

Na “Introdução”, Epifânio caracteriza com as próprias palavras do autor o livro como obra “de cosmografia e de marinharia”, cujo objetivo era descrever a costa africana a partir do estreito de Gibraltar na direção do sul até a costa meridional da Ásia até a Índia, mas que na realidade ficou inconcluída. Esclarece que a inspiração para se entregar ao trabalho de reeditá-la lhe veio quando preparava a sua edição comentada de *Os Lusíadas*: tendo de recorrer ao texto do *Esmeraldo* como uma das fontes a serem exploradas, reconheceu que “uma edição crítica desta obra estava ainda por fazer”, porque a edição anterior de Rafael Eduardo de Azevedo Basto, publicada em 1892, tinha muitas imperfeições e erros.

O passo inicial de Epifânio foi o da escolha do texto de base: tendo verificado que o manuscrito original havia desaparecido, teve de utilizar os dois apógrafos setecentistas existentes, conservados nas bibliotecas públicas de Évora (o mais antigo) e de Lisboa. Escolheu o apógrafo eborense como o mais confiável, que no estudo comparativo a que procedeu se mostrou com menos “saltos de palavras e de linhas inteiras”, e registrou como matéria para o aparato crítico as diferenças entre o que fixou como texto crítico, adotando normas especiais no tratamento das questões linguísticas e ortográficas, e o que se lê nos dois apógrafos consultados. Não deixou também de explicar que, sendo intento principal o de “pôr à disposição dos investigadores da geografia histórica um texto de confiança”, acrescentou às notas de rodapé elucidações “puramente filológicas”, porque a ciência geográfica não era objeto dos seus estudos especiais.

Leite de Vasconcelos, com a acuidade e a visão integrada dos interesses de muitas ciências que o caracterizava, ressaltou desde logo a relevância do trabalho “para a geografia e etnografia africanas do século XVI”⁵⁴. Anos mais tarde, Luciano Pereira da Silva confirmaria o mesmo juízo⁵⁵.

Joaquim Barradas de Carvalho (Lisboa, *1920-†1980), um dos maiores estudiosos da vida e obra de Duarte Pacheco Pereira, também se valeu com grande interesse da edição de Epifânio, a que fez restrições, como atesta o que se lê em três trabalhos de sua autoria: os livros *As Fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de Situ Orbis”*⁵⁶ e *O Descobrimento do Brasil Através dos Textos (Edições Críticas e Comentadas)*⁵⁷, e o verbete

⁵⁴ Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 30.

⁵⁵ V. *Obras Completas*, vol. II, Lisboa, 1945, p. 201.

⁵⁶ São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1968. Este livro foi reeditado em 1982 em Lisboa pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

⁵⁷ Vol. II, São Paulo, ed. da “Revista de História”, 1971.

sobre o livro no *Dicionário da História de Portugal* publicado sob a direção de Joel Serrão ⁵⁸.

A Sociedade de Geografia de Lisboa promoveu em 1975, na comemoração do centenário de sua existência, uma reedição anástática da edição de Epifânio Dias, com uma nota prévia não assinada e traduzida para o francês e para o inglês, em cujo final se diz que a iniciativa teve em mira “pôr à disposição dos investigadores um instrumento de trabalho indispensável aos estudos lingüísticos e náuticos”.

É necessário dizer, para concluir, que hoje existem pelo menos duas outras edições do *Esmeraldo de Situ Orbis* de consulta obrigatória aos estudiosos desta importante obra que Barradas de Carvalho considera não apenas “um roteiro da costa de África”, como tem sido dito de maneira simplificada, mas também “uma espécie de síntese de todo um conjunto de obras anteriores relativas aos descobrimentos marítimos” ⁵⁹: 1) “*Esmeraldo de Situ Orbis*” de Duarte Pacheco Pereira, 3ª edição, introdução e anotações históricas de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1954, em cujas notas estão citadas passagens do texto estabelecido por Epifânio para confronto com o texto “cautelosamente” atualizado por Damião Peres; 2) a edição do mesmo Barradas de Carvalho, datada de 1992, um alentado volume de quase 900 páginas publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian ⁶⁰.

Os Lusíadas

Data do ano de 1910 a publicação da primeira edição de “*Os Lusíadas*” de Luís de Camões Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias ⁶¹. Imaginada – como assevera Leite de Vasconcelos – “na hora amarga” em que o autor foi julgado no tribunal de Lisboa em 1894-1895 ⁶², essa edição foi de fato levada a cabo para testemunhar publicamente a gratidão de Epifânio ao advogado Eduardo Alves de Sá ⁶³, que o defendera e praticamente o livrara da condenação sem lhe cobrar nada pelo inestimável serviço, como já tivemos ensejo de dizer.

⁵⁸ Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, p. 94-99.

⁵⁹ *As Fontes*, ed. cit., p. 19.

⁶⁰ Não conseguimos localizar essa edição de Barradas de Carvalho em bibliotecas públicas ou encontrar algum exemplar à venda nas principais livrarias do Rio de Janeiro, para verificar o que nela se diz sobre a edição de Epifânio Dias.

⁶¹ Porto, Magalhães & Moniz, Limitada (2 tomos).

⁶² Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 30.

⁶³ V. dedicatória e explicação prévia, p. V e VII-IX do tomo I.

A obra, que era na verdade um “glorioso monumento levantado a Camões”, segundo o parecer de Leite de Vasconcelos ⁶⁴, tinha as características de fonte imprescindível aos estudos camonianos, sobretudo pelos abundantes comentários com que a enriquecera o sábio linguísta e filólogo e profundo conhecedor da cultura greco-latina e dos textos clássicos portugueses.

Já nessa primeira edição o livro tinha a sua configuração definitiva, compondo-se das seguintes partes: a página inicial de dedicatória “À memória do Dr. Eduardo Alves de Sá”; a explicação da homenagem, datada de 30 de dezembro de 1908; uma longa “Introdução” crítico-filológica; relação de siglas e designações abreviadas e das obras de que o autor mais se serviu; o texto do poema, com abundantes e até bem extensas notas explicativas de pé-de-página; e em seguida a transcrição do alvará régio e do parecer do censor do Santo Ofício que autorizaram a impressão do livro, os argumentos dos dez cantos dos *Lusíadas* em oitavas atribuídas a João Franco Barreto, índice dos nomes próprios, um precioso registo filológico, e por fim aditamentos e correções dos numerosos erros tipográficos que escaparam ao revisor. Ao contrário do que se via comumente, não fez o editor digressões biográficas que elevassem à condição de verdades assentadas as suposições sobre a vida do Poeta, como era costume acontecer.

Na primeira parte da Introdução, tratou Epifânio das características da epopéia camoniana, comparando-a com a *Eneida* de Virgílio, e dos sucessivos momentos da sua elaboração, e ao fazer exaltação do saber poético e da cultura humanística de Camões se opôs aos exageros dos que a ele atribuíam o conhecimento de várias outras ciências. Falando dos limites da intervenção da Inquisição, colocou-os nos termos do parecer do censor Frei Bertolameu Ferreira, e nada mais. Estabeleceu distinção entre os erros tipográficos encontrados na edição princeps e as imperfeições autorais, aqui e ali apontadas sem rodeios, segundo a sua ótica de filólogo acostumado a encarar miudamente os textos em seus aspectos de forma e conteúdo.

Num retrospecto do que já se fizera para mais ampla divulgação da obra camoniana, relacionou e criticou duramente várias edições anteriores e suposições e interpretações de largo curso (desde a famosa a edição dos “piscos” de Manuel de Lira, de 1584, aos estudos mais próximos de José Maria Rodrigues e de Mendes dos Remédios). Fez com o mesmo propósito uma apreciação judiciosa da contribuição de Faria e Sousa, em cuja “leitura pasmosa” guiada por “sincero amor entusiástico do Poeta” via muitos “erros e defeitos”, ressaltando no entanto a imensa contribuição que dera ao entendimento da

⁶⁴ Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 31

mensagem poética camonianiana, e que “ninguém melhor compreendeu o sentido do Poeta, não raras vezes difícil de alcançar”. Por estas palavras se vê que cabe a Epifânio Dias o mérito de reconhecer e proclamar o valor de Faria e Sousa, num momento em que a obra do crítico seiscentista sofria absurdas acusações que se prolongariam pelos anos seguintes até reafirmar-se o trabalho de revisão do que fizera com tanta devoção⁶⁵.

Para estabelecer o texto crítico, tomou Epifânio as duas edições do poema datadas de 1572: a que tem nos desenhos do frontispício ao alto a figura de um pelicano com o bico voltado para a esquerda do observador e a que tem no frontispício o pelicano com o bico voltado para a direita. Valendo-se inclusive dos dados do estudo comparativo empreendido por Tito de Noronha em 1880 na obra *A Primeira Edição d'Os Lusíadas*, considerou provada a “prioridade” da primeira em relação à segunda das referidas edições, e denominou-as *A* e *B* respectivamente. Para chegar a tal conclusão, analisou detidamente as principais diferenças entre ambas, como por exemplo no canto I, estrofe 7 “infidas gentes” (*A*) / “fingidas gentes” (*B*); e em VIII, 32: “Português Cipião” (*A*) / “Português Capitão” (*B*).

São características da edição de Epifânio, por ele mencionadas: reproduziu o editor o texto de *A* com as emendas de erros ou supostos erros tipográficos; registrou em notas de rodapé todas as diferenças entre o texto crítico e o das edições de 1572; procurou “dar alguma coerência à ortografia”, preferindo, em regra, as grafias mais usuais (naquele momento pouco anterior à reforma ortográfica de 1911); conservou os nomes próprios de origem grega com a grafia etimológica e o *h* inicial em palavras como *huma*, *he*, *hir*, mesmo não

⁶⁵ Nas últimas décadas já se tem procedido a uma releitura cuidadosa do que escreveu Manuel Faria e Sousa (*1590-†1649), e à revisão do julgamento sobre a sua contribuição: haja vista o que dizem Jorge de Sena nas páginas 593-599 do livro *Estudos de História e de Cultura*, 1ª série, vol. I, Lisboa, Ocidente, 1967, e Carlos Eduardo de Soveral no verbete respectivo do *Dicionário de Literatura*, direção de Jacinto do Prado Coelho *et alii*, vol. II – N-Z, 1969, p. 1052-1053. Essa releitura do editor e crítico seiscentista ficou extremamente facilitada pela publicação dos “*Lusíadas*” de *Luis de Camões Comentadas por Manuel de Faria e Sousa* (fac-símile da edição de 1639, em 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1972, com uma “Introdução” de Jorge de Sena) e das *Rimas Várias de Luís de Camões Comentadas por Manuel de Faria e Sousa* (fac-símile da edição de 1685, em 2 volumes, com nota introdutória de F. Rebelo Gonçalves e prefácio de Jorge de Sena, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1972). Afirma a ilustre Professora Maria Vitalina Leal de Matos, autora de valiosas contribuições aos estudos camonianos, na nota 6 do artigo “O Mais Importante Problema Textológico da Literatura Portuguesa” [o da lírica de Camões], publicado na revista *Românica*, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (ano de 1995, p. 21): “Está hoje a refazer-se o ‘processo Faria e Sousa’ que começou a ser reabilitado por Jorge de Sena”. Com os dados apresentados acima, comprova-se, no entanto, que bem antes de Jorge de Sena já o nosso Epifânio Dias, não citado como um dos grandes camonistas que passaram como aluno e como professor pelo Curso Superior de Letras de Lisboa, onde organizou a sua edição de *Os Lusíadas*, tinha plena consciência do que valiam os estudos camonianos de Faria e Sousa.

justificado pelo étimo; sendo “irregular e defeituosa” a pontuação do texto de base, pontuou “convenientemente” o seu texto, sem fazer registro dessas alterações nas notas de rodapé.

Organizado no final da vida de Epifânio, quando mais o atormentavam os problemas da doença que inclusive a certa altura o impedia de escrever, é natural que o livro apresentasse falhas, imperfeições, erros de revisão. Os critérios do estabelecimento do texto crítico do poema e as interpretações propostas por Epifânio, principalmente as referentes às passagens obscuras ou duvidosas, eram questões a serem discutidas pela crítica filológica, que não demorou a se pronunciar.

O principal crítico da edição de Epifânio foi o insigne camonista José Maria Rodrigues (*1857-†1942), que a ela fez fundadas e infundadas restrições⁶⁶. José Maria Rodrigues publicou os seus reparos em artigos na *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. II-IV, depois reunidos numa separata datada de 1915, com o título *Algumas Observações a Uma Edição Comentada dos Lusíadas*⁶⁷. A respeito dessa crítica de José Maria Rodrigues, depõe Leite de Vasconcelos: “O Sr. Epifânio já estava muito doente, e sem poder ler, quando se publicou este livro, o conhecimento do qual eu lhe ocultei, para o não afligir inutilmente, visto que a doença o impedia de qualquer trabalho mental intenso; mas outra pessoa lhe falou dele, e o Sr. Epifânio creio que ainda chegou a aproveitar na projetada 2ª edição d’*Os Lusíadas* algumas das *Observações*, embora, se as lesse por inteiro, talvez, como me parece, não concordasse com todas, apesar de muito eruditas”⁶⁸.

Tendo consciência das imperfeições do trabalho, e diante das críticas que lhe fizeram, Epifânio preparou uma segunda edição melhorada, que seria publicada também em dois tomos, datados de 1916 e 1918. Pelas datas se vê que apenas o primeiro o alcançou em vida, e que o segundo só sairia postumamente.⁶⁹

Na terceira edição desta obra fundamental, que organizamos para as comemorações brasileiras do quarto centenário do poema camoniano, no ano de 1972⁷⁰, ficou comprovado, através de um “Estudo comparativo” entre a

⁶⁶ José Maria Rodrigues foi Catedrático da Universidade de Lisboa, e também o primeiro professor da Cadeira de Estudos Camonianos criada em 1924 por iniciativa de Afrânio Peixoto.

⁶⁷ Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, 122 p.

⁶⁸ Op. cit., p. 57-58.

⁶⁹ Impressos no Porto, pela Companhia Portuguesa Editora.

⁷⁰ “*Os Lusíadas*” de Luís de Camões Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias. 3ª edição. Reprodução fac-similada da 2ª edição (em 2 tomos - 1916/1918). Estudo prévio de Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, MEC - Departamento de Assuntos Culturais, 1972.

primeira e a Segunda edição, feito por Marlene Gomes Mendes ⁷¹, que Epifânio Dias ao reeditar o livro introduziu nele muitas modificações, levando em conta críticas de José Maria Rodrigues ou mesmo outros estudos que ele próprio realizou ⁷². A nota de nossa autoria que antecede o mencionado “Estudo comparativo” esclarece que a comparação, feita com a principal finalidade de demonstrar que Epifânio manteve até o fim da vida aquele desejo de se aprimorar e de corrigir os seus trabalhos, por uma imposição de probidade intelectual, responde ainda à suposição que Leite de Vasconcelos exprimiu com as seguintes palavras: “creio que ainda chegou a aproveitar na projetada 2ª edição d’*Os Lusíadas* algumas das *Observações*” [de José Maria Rodrigues] ⁷³.

Com o tempo, a edição de “*Os Lusíadas*” de Luís de Camões Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias se tornou referência constante nos estudos camonianos, como provam registros numerosos. Para não nos alongarmos em citações, mencionem-se apenas os seguintes nomes, entre os que se valeram principalmente das notas e comentários de Epifânio: em Portugal, além de Leite de Vasconcelos, Rebelo Gonçalves e José Maria Rodrigues, já citados, Carlos Eugênio Correia da Silva, Hernâni Cidade, Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Salgado Júnior, Herculano de Carvalho, Américo da Costa Ramalho, José V. de Pina Martins, Vitorino Nemésio, Emanuel Paulo Ramos ⁷⁴; no Brasil, Afrânio Peixoto, Sousa da Silveira, Mário Barreto, Serafim da Silva Neto, Augusto Meyer, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Evanildo Bechara,

⁷¹ No volume aparece o nome anterior da autora do estudo comparativo, que era Marlene Mendes Veloso, hoje professora de Crítica Textual no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense e Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo.

⁷² De março de 1923 a março de 1925 José Maria Rodrigues publicou em números seguidos da *Revista de Língua Portuguesa* dirigida por Laudelino Freire, Rio de Janeiro, os seus *Estudos Sobre Os Lusíadas Anotações à 2ª Edição do Prof. Epifânio Dias* - n.º 22 (p. 69-101), 24 (p. 13-45), 25 (p. 15-54), 26 (p. 11-48), 27 (p. 45-70), 28 (p. 17-42), 29 (p. 11-43), 31 (p. 103-134), 33 (p. 65-84) e 34 (p. 35-60). Numa tese com o título *Estudos Sobre “Os Lusíadas” de José Maria Rodrigues*, datada de 1980, Evanildo Bechara fez análise detida das críticas de José Maria Rodrigues à edição de Epifânio.

⁷³ Op. cit., p. 57-58.

⁷⁴ Já citamos muitas referências importantes de autores portugueses à edição d’*Os Lusíadas*, “autêntica obra-prima que Epifânio pôs ao serviço do ensino pátrio” (Rebelo Gonçalves, op. cit., p. 335). O “erudito comentador do Poema” – como bem o definiu Álvaro Júlio da Costa Pimpão (in *Rimas de Luís de Camões*, Coimbra, 1961, p. 8) – inspirou comovidas devoções, como a de Carlos Eugênio Correia da Silva (*1904-†1931), que lhe dedicou com as seguintes palavras o seu *Ensaio Sobre os Latinismos dos “Lusíadas”*, prefácio de José Maria Rodrigues, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. IX: “À memória de Augusto Epifânio da Silva Dias – Professor que foi da Faculdade de Letras de Lisboa, espírito singularmente arguto e equilibrado, que tão bem soube harmonizar as modernas preocupações filológicas com a antiga cultura humanista, e cuja edição dos *Lusíadas* foi o ponto de partida desta dissertação”. Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 56-57, menciona os trabalhos que até 1922 foram publicados com idêntica homenagem a Epifânio.

Celso Cunha, Matoso Câmara Júnior, entre tantos mais⁷⁵. Também em outros países há repercussões que se devem assinalar⁷⁶.

Todavia, anos após a publicação da segunda edição da obra (1916-1918), até o aparecimento da terceira edição em 1972, ficaram muitos pesquisadores privados de tê-la em sua biblioteca particular, pois se convertera em raridade bibliográfica. Na relação exaustiva das edições integrais e parciais que constitui parte do magnífico catálogo camoniano publicado em Lisboa no ano de 1972 por iniciativa da Comissão portuguesa encarregada de promover as comemorações do quarto centenário do poema⁷⁷, refere-se o organizador do mesmo José V. de Pina Martins, ao fazer o registro das edições de 1910 e de 1916-1918, “à seriedade, à inteligência crítica e ao vasto saber de Epifânio”, e diz particularmente em relação à segunda edição: “Pelo rigor da lição textual, pela erudição, exatidão crítica e gosto estético das notas, e ainda pelo valor da introdução e utilidade do glossário e dos índices, é esta a melhor edição moderna do poema, que pensamos ser urgente reimprimir”⁷⁸.

A observação final de Pina Martins sobre a necessidade de se reeditar o livro, por curiosa coincidência, foi feita no exato momento em que, de acordo com o plano aprovado pela Comissão brasileira incumbida de celebrar a data camoniana, se imprimia no Rio de Janeiro a terceira edição, com o estudo

⁷⁵ No vol. I dos *Estudos Camonianos* de autores brasileiros já falecidos que organizamos para a Comissão Especial brasileira do IV centenário de *Os Lusíadas* (Rio de Janeiro, MEC - Departamento de Assuntos Culturais, 1974), citam-no com grande frequência: Afrânio Peixoto – que o chama “sábio camonista”; Augusto Meyer – para quem os comentários d’*Os Lusíadas* “são monumentos de erudição e saber filológico”; Sousa da Silveira – que o reconhece como “douto” e “sagaz”; Mário Barreto – que o considerava “grande e inolvidável”. Da presença de Epifânio nos dias atuais são atesta das muitas outras referências a ele por parte dos que se consagram mais miudamente a estudos camonianos no Brasil.

⁷⁶ Algumas referências de autores estrangeiros: Aubrey Bell, *Luis de Camoens*, Oxford, 1923 [há tradução portuguesa de Antônio Álvaro Dória com a nota de “revista pelo Autor”, Porto, 1936]; Georges Le Gentil, *Camoens*, Introduction, Traduction et Notes. Paris [1924]; Roger Bismut, “*Les Lusiades*” de *Luis de Camões*, tradução e notas, Lisboa, 1954. O “Centre Culturel Portugais” de Paris, sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, publicou o catálogo *Quatrième Centenaire de “Os Lusíadas” de Camões, 1572/1972* (Exposition Bibliographique et Iconographique), Paris, 1972, 215 p., em que está registrada a edição crítica de Epifânio.

⁷⁷ “*Os Lusíadas*”, 1572-1972 - *Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões*. Prefácio de Manuel Lopes de Almeida. Introdução, Seleção e Notas de José V. de Pina Martins. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1972. [Este catálogo é eloquente prova da devoção camoniana do seu organizador, José Vitorino de Pina Martins, autor de importantes estudos camonianos, de obras fundamentais como *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI* (Paris, Centro Cultural Português, 1973), *Cultura Portuguesa* (Lisboa, Editorial Verbo, 1974) e muitas outras, e incentivador de investigações de alto nível sobre a vida e obra de Camões, como os enfeixados no volume XVI dos *Arquivos do Centro Cultural Português* (Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, 857 p.)].

⁷⁸ V. *Catálogo* cit. na nota anterior, p. 19 e 20.

prévio a que demos o título de “Epifânio Dias e a Sua Edição de *Os Lusíadas*” e a reprodução fac-similada da referida segunda edição.

Queremos acrescentar às notas consagradoras do valor da obra “*Os Lusíadas*” de Luís de Camões Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias, três significativos pronunciamentos sobre a relevância da iniciativa de reeditá-la em 1972: os de Hernâni Cidade⁷⁹, Herculano de Carvalho⁸⁰ e Américo da Costa Ramalho⁸¹. Os dois primeiros falaram do seu pleno apoio e aplauso a essa iniciativa ao serem entrevistados a 14 e 15 de agosto de 1972 em sessões públicas promovidas pela direção do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, confirmando a idéia que tínhamos de que correspondia ao interesse comum de Portugal e do Brasil. Américo da Costa Ramalho, no prefácio que escreveu para a segunda edição do livro *Fontes d’“Os Lusíadas”*, de José Maria Rodrigues⁸², aponta Epifânio Dias como “o mais erudito e sábio comentador de *Os Lusíadas*, de quantos existiram”, e acrescenta em nota de rodapé que a terceira edição de Epifânio, com “bem documentado estudo prévio”, constituiu “uma das mais valiosas iniciativas” da Comissão brasileira designada pelo Ministro da Educação e Cultura para o fim de preparar e organizar no Brasil as comemorações do IV centenário da publicação do poema.

Diante de tais afirmativas, é preciso todavia lembrar que no nosso estudo prévio de 1972, tivemos o cuidado de advertir os leitores não ser propósito nosso o de apresentar a obra de Epifânio como uma “edição crítica perfeita e acabada”. Afirmamos então: “obra de consulta indispensável, sem dúvida [...] mas, por outro lado, elaborada à luz dos conhecimentos e dos critérios que então vigoravam, as suas soluções de problemas de texto e os seus comentários hão de ler-se com espírito crítico, não se pondo de lado nem as grandes contribuições anteriores – como por exemplo as de Faria e Sousa, nem as do tempo de Epifânio – como as críticas de José Maria Rodrigues, e muito menos – é evidente – todo o trabalho minucioso de fixação dos textos e de revisão da

⁷⁹ Hernâni Cidade (*1887-†1975) é autor de numerosos trabalhos e edições camonianas, em que se destaca a trilogia: *Luís de Camões * O Lírico; Luís de Camões ** O Épico; e Luís de Camões *** Os Autos e o Teatro do Seu Tempo, As Cartas e Seu Conteúdo Biográfico*.

⁸⁰ José Gonçalo Herculano de Carvalho (*1924) é autor de *Sobre o Texto da Lírica Camoniana* (1949) e de *O Lugar de “Os Lusíadas” na Renovação da Língua Portuguesa*.

⁸¹ São de autoria de Américo da Costa Ramalho valiosos ensaios de exegese camoniana e as seguintes obras de fundamental importância: *Para a História do Humanismo em Portugal - I* (Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade, 1988), *Estudos Sobre o Século XVI* (2ª ed., Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982), *Estudos Sobre a Época do Renascimento* (2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997).

⁸² Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1979.

exegese camoniana que hoje se efetiva, no mundo de língua portuguesa e em vários centros culturais de outras nações”⁸³.

Na verdade, Epifânio representa um momento da Crítica Textual em que o editor crítico se julgava no dever e no direito de proceder à “emendatio” com uma liberdade hoje inadmissível. Um filólogo dos nossos dias, por estas e outras razões, perceberá portanto no critério da escolha do texto de base por ele adotado vários pontos que teriam de ser reexaminados à luz das exigências atuais: por um lado, a sua certeza de ser o texto do exemplar da edição A consultado o que deveria tomar como “prioritário”, e por outro lado a liberdade com que dele se afastou em várias passagens para modificar formas lexicais, construções sintáticas, supostos erros ou imperfeições textuais⁸⁴; a alteração descabida ou a introdução excessiva de certos sinais de pontuação (como fica bem patente no “Episódio do Velho do Restelo”); a fixação do texto crítico na ortografia usual, anterior à da reforma de 1911, com a preocupação de conservar grafias não justificadas etimologicamente (como *he*, *huma*, *hir* etc.); na reedição de 1916-1918, apesar de já estar em vigor a reforma ortográfica tomada oficial pelo decreto de 1911, a manutenção da ortografia antiga (o que terá sido feito com o objetivo de se reimprimir o livro com mais facilidade, aproveitando-se a composição anterior). Estas restrições e críticas ao que ele fez não desmerecem contudo o grande esforço para restituir o texto da epopeia à versão original, livrando-o dos grosseiros erros e deturpações de edições anteriores apontados pela crítica filológica⁸⁵.

⁸³ Para que se tenha idéia do enorme progresso dos estudos camonianos, v. por exemplo, além das publicações autônomas e dos artigos em revistas especializadas, as comunicações apresentadas aos encontros de camonistas realizados em Portugal e no Brasil a partir do ano de 1972.

⁸⁴ No verbete do ilustre Professor Telmo Verdelho sobre Epifânio Dias da enciclopédia *Biblos*, citado no item 4 deste trabalho, se diz com razão que o grande filólogo deixou “uma obra de mérito excepcional no domínio dos estudos clássicos e da lingüística e da filologia portuguesas”. Depois de relacionar as edições críticas de Epifânio, classifica-as Telmo Verdelho como “trabalhos modelares de acribia e de erudição sobretudo no respeitante à *emendatio* e ao comentário interpretativo”. Todavia, a edição de *Os Lusíadas* de Epifânio não pode ser tomada como “modelar” quanto à *emendatio*, pelo fato já mencionado de no texto crítico terem sido introduzidas modificações, injustificáveis segundo o critério de fidelidade à vontade autoral e de preservação integral das características de um texto que orienta nos nossos dias a boa preparação de uma edição crítica.

⁸⁵ Haja vista o que diz Leite de Vasconcelos no opúsculo *O Texto dos “Lusíadas” Segundo as Idéias do Sr. Francisco Gomes de Amorim – Esboço de Crítica Filológica* (Porto, Livraria Portuense, 1890). É quase inacreditável que neste final do século XX ainda continuem a ser publicadas em Portugal edições do poema com as mesmas características de na apresentação trazerem excessivos dados biográficos (muitos deles apenas meras conjecturas) e em seguida o texto de *Os Lusíadas* absurdamente alterado, com a substituição de formas do português quinhentista por formas atuais, certamente sob o mesmo pretexto de favorecer a leitura dos iniciantes. Veja-se por exemplo a que foi relançada em 1994 pela editora Ulisséia (que suponho ter sede em Lisboa), como volume 28 de uma coleção intitulada “Biblioteca Ulisséia de Autores Portugueses”, com introdução de Silvério Augusto Benedito e notas de António Leitão.

Como já dissemos, e repetimos para concluir, o que há de mais importante na edição de “*Os Lusíadas*” de Luís de Camões Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias é a sua introdução e os seus comentários filológicos, cuja leitura deveria ser feita ainda hoje pelos professores universitários de língua portuguesa e de literatura portuguesa principalmente, pois os ajudaria a melhor compreender a epopéia camoniana, a enriquecer-se com a soma de conhecimentos utilizados na sua elaboração (relativos à História de Portugal no período das grandes navegações, à Mitologia, às características do português quinhentista e à literatura da época da Renascença, entre outros mais), e assim os faria aptos a não repetir informações e interpretações que não resistem a uma análise mais acurada.

3 - CONCLUSÃO

A quem esteja familiarizado com a bibliografia lingüística e filológica em língua portuguesa, são patentes os sinais da repercussão que alcançaram, em Portugal e no Brasil notadamente, os estudos e pesquisas de Epifânio Dias.

É bem verdade que autores e obras que deveriam citá-lo com mais freqüência nos surpreendem por vezes com a quase completa, senão total omissão do seu nome, ou com escassas e insignificantes referências a algumas das suas contribuições fundamentais. É o que acontece, por exemplo, com os ensaios de Jorge de Sena, um dos maiores camonistas contemporâneos⁸⁶.

No *Dicionário de Literatura* dirigido por Jacinto do Prado Coelho, Antônio Soares Amora e Ernesto Guerra da Cal, com a maior justiça e propriedade, fizeram-se verbetes especiais para Francisco Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis; mas apenas merecem referências, às vezes incompletas e inexpressivas, filólogos como Epifânio Dias, José Maria Rodrigues, Sousa da Silveira, Serafim da Silva Neto e outros a quem afinal de contas tanto ficou devendo a ciência da Literatura, com a crítica textual que exerceram, ajudando a valorizar devidamente tantos escritores portugueses e brasileiros e tantos textos literários de suma importância.

A várias causas se pode atribuir o fato: e, se freqüentes vezes não se percebe na omissão nenhuma nota de desapeço ao filólogo, por outro lado há casos em que se identifica a atitude de alguns ilustres tratadistas de depreciar – pelas falhas que apresentam – os trabalhos pioneiros, esquecidos de que constituem eles a base sobre a qual se assentam os alicerces de toda a atividade crítica revisionista atual.

⁸⁶ No “Índice Geral” dos dois volumes das Obras de Jorge de Sena com o título *Trinta Anos de Camões* (Lisboa, Edições 70, 1980) não está arrolado uma única vez o nome de Epifânio, embora estejam citados inúmeros outros editores do poema. Um mistério!

Indispensável, pois, é que se trate da reedição das obras de Epifânio Dias, mormente dos dispersos e dos inéditos de maior valor. Cuidar de tal tipo de publicações é dever que já se cumpre em relação a Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis e alguns outros, mas ainda modestamente. Urge, portanto, promover e incentivar iniciativas semelhantes, que o nosso passado cultural justifica plenamente.

O ensaio biobibliográfico e os outros dados informativos que compõem o presente relato não esgotam o interesse por novos estudos e pesquisas sobre os temas e as questões científicas e pedagógicas abordadas, pois há ainda muitos aspectos da atividade de Epifânio Dias que precisam ser objeto de análises mais extensas, detidas e profundas. Cremos que um estudo comparativo que confronte os trabalhos do grande conhecedor da Cultura Clássica, da Linguística Portuguesa e da Crítica Textual com outros do seu tempo é do maior interesse para a história da cultura em Portugal e da sua repercussão em outros países, como matéria para um livro autônomo ou para uma tese de doutoramento, a exemplo de outras que já têm sido apresentadas para atender a exigências dos cursos de pós-graduação.

4 - FONTES PARA O ESTUDO DA VIDA E OBRA DE EPIFÂNIO DIAS

VISÃO GERAL BIOBIBLIOGRÁFICA

José Leite de Vasconcelos. *Epifânio Dias: Sua Vida e Labor Científico* - "Oratio de Sapientia" Pronunciada na Sessão de Abertura Solene da Universidade de Lisboa em 10 de Dezembro de 1921. Lisboa, Imprensa Nacional, 1922. 73 p.

Este valiosíssimo depoimento pessoal e estudo da vida e obra de Epifânio Dias compreende: retrato e fac-símile da assinatura do homenageado; o texto da "Oratio de Sapientia" seguido de numerosas notas explicativas; e como apêndices: "I/ Retratos do Sr. Epifânio, Sinais Físicos, e Autógrafos"; "II/ Uma Carta do Sr. Epifânio"; "III/ Homenagens e Críticas" (relação de obras que foram dedicadas a ele e de artigos e outros escritos a respeito de seus livros, publicação do retrato, mensagem dos alunos do Curso Superior de Letras, notícia na imprensa do seu falecimento e funeral); "IV/ Artigo do Dr. Francesco d'Ovidio" (sobre as edições de Phaedrus e Eutropius preparadas por Epifânio); "V/ Carta que o Dr. Carlos Simões Ventura [...] Escreveu ao Autor"; "VI/ Índículo Cronológico dos Escritos do Sr. Epifânio"; Índice.

Francisco Rebelo Gonçalves. "Epifânio Dias, Professor e Filólogo", in *Filologia e Literatura*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937, p. 311-336.

Publicado antes na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, t. I, n.º 1, 1934, p. 1-23. O autor, professor da Universidade de Lisboa e professor visitante da Universidade de São Paulo, se estende em comentários a respeito de três aspectos das atividades científicas de Epifânio: o latinista, o helenista e o cultor de línguas modernas (germânicas e românicas).

Maximiano de Carvalho e Silva. "Epifânio Dias e a Sua Edição de 'Os Lusíadas'", in *"Os Lusíadas" de Luís de Camões Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias*. 3ª edição. Reprodução Fac-similada da 2ª Edição (em 2 tomos - 1916/1918). Rio de Janeiro, MEC - Departamento de Assuntos Culturais, 1972, p. 9-28 (não numeradas).

A matéria deste estudo prévio, com as adaptações necessárias, correções e numerosos acréscimos, está incorporada ao presente artigo sobre a vida e obra de Epifânio, excetuadas as explicações mais extensas relativas à criação e às atividades da Comissão brasileira do IV centenário de *Os Lusíadas* e às razões que a levaram a promover a reedição da edição crítica de Epifânio Dias como homenagem especial aos grandes camonistas portugueses do passado.

RESUMO BIOBIBLIOGRÁFICO

- Urbano Canuto Soares.** “Necrologia – Epifânio Dias”, in *Revista Lusitana*, de Leite de Vasconcelos, vol. XIX, 1916, nºs 1-2, p. 340-342.
- Henrique Perdigão.** *Dicionário Universal de Literatura (Biobibliografia e Cronologia)*. 2ª edição. Porto, Edições Lopes da Silva, 1940 [verbete “Epifânio (Augusto Epifânio da Silva Dias, geralmente conhecido por)”, p. 379].
- José G. Herculano de Carvalho.** “Dias, Epifânio”, in *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 6, Lisboa, 1967, col. 1290-1291.
- Carlos Simões Ventura.** “Carta” [a José Leite de Vasconcelos], in *Epifânio Dias: Sua Vida e Labor Científico*, ed. cit., p. 62-65.
- Evanildo Bechara.** “Sesquicentenário de um Grande Mestre” [Epifânio Dias], in *Confluência* - Revista do Instituto de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, nº 2, 1991, p. 8-10.
- Telmo Verdelho.** “Dias (Augusto Epifânio da Silva)”, in *Biblos - Enciclopédia VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, Editorial Verbo, 1997, p. 118-119.

OUTROS ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS

- Dicionário Bibliográfico Português* – Estudos de Inocêncio Francisco da Silva Aplicáveis a Portugal e ao Brasil, Continuados e Ampliados por P. V. Brito Aranha. Tomo 20º: V - A. Lisboa, Imprensa Nacional, 1911 [verbete sobre Augusto Epifânio da Silva Dias nas páginas 282-283]. / *Dicionário Bibliográfico Português* – Estudos de Inocêncio Francisco da Silva Aplicáveis a Portugal e ao Brasil, Continuados e Ampliados por P. V. Brito Aranha, Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves. Tomo 22º: A. Lisboa, Imprensa Nacional, 1923 [verbete complementar sobre Epifânio nas páginas 465 - 466].
- José Pereira Tavares.** “Epifânio Dias e Júlio Moreira, Editores e Comentadores de Textos Latinos”, in *Humanitas*, vol. II, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos da Universidade, 1948-1949, p. 361-390.
- R. M. Rosado Fernandes.** “Acheegas Para a Bibliografia de Antônio José Viale, Epifânio Dias, José Maria Rodrigues e José Joaquim Nunes”, in *Revista da Faculdade de Letras* da Universidade de Lisboa, III série, nº 8, Lisboa, 1964, p. 179-206.

AValiação Crítica da Sua Obra

Aspectos gerais

- Mendes dos Remédios.** “A Filologia Portuguesa – Seus Atuais e Maiores Representantes”, in *Revista de Língua Portuguesa* de Laudelino Freire, nº 19, setembro de 1922, p. 107-121.

F. Costa Marques. “Humanistas Portugueses Contemporâneos”, in *Humanitas*, vol. I, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos da Universidade, 1947, p. 151-161.

Serafim da Silva Neto. *Manual de Filologia Portuguesa*, 2ª ed. melhorada e aumentada, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1957, p. 18-22.

Aspectos especiais

Francesco d’Ovidio. Artigo sobre as edições de Phaedrus e Eutropius preparadas por Epifânio Dias, in *La Cultura*, ano III, vol. V, 1884, p. 492-493.

Texto em italiano transcrito por Leite de Vasconcelos em *Epifânio Dias: Sua Vida e Labor Científico*, ed. cit., p. 59-61.

Martins Contreiras. *Análise das Teorias Gramaticais do Sr. A. Epifânio da Silva Dias*. Lisboa, 1885.

Publicada num folheto, segundo indicação de Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 58, sem outros esclarecimentos.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Nota sobre a edição de Epifânio das *Obras de Cristóvão Falcão*, na revista *Litteraturblatt für germanische und romanische Philologie*, nº 8, agosto de 1894, col. 267-277.

Informação de Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 57, que acrescenta: “Num exemplar que possuo das *Obras* pôs o Sr. Epifânio algumas notas manuscritas de acordo com algumas idéias da Srª D. Carolina”.

Teófilo Braga. Crítica à edição de Epifânio Dias das *Obras de Cristóvão Falcão* e à matéria do artigo “Fragmentos de um Cancioneiro do Século XVI” (publicado na *Revista Lusitana*, IV, 1896, p. 142-179), in *Bernardim Ribeiro e o Bucolismo*, Porto, Livraria Chardron, 1897, p. 397-424.

Júlio Brandão. Artigo no *Diário Popular* de Lisboa, de 23/11/1911, sobre a edição de “*Os Lusíadas*” de Epifânio Dias.

Informação de Leite de Vasconcelos, *ibid.*, que acrescenta: “artigo reproduzido na *Revista Lusitana*, XIV, 306-308”.

José Maria Rodrigues. *Algumas Observações a Uma Edição Comentada dos “Lusíadas”*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, 122 p.

Reunião de artigos publicados na *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. II-IV.

Idem. “Estudos Sobre *Os Lusíadas* [...] Anotações à 2ª Edição do Prof. Epifânio Dias”, in *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, nºs 22 - março de 1923 (p. 69-101), 24 (p. 13-45), 25 (p. 15-54), 26 (p. 11-48), 27 (p. 45-70), 28 (p. 17-42), 29 (p. 11-43), 31 (p. 103-134), 33 (p. 65-84) e 34 - março de 1925 (p. 35-60).

Augusto C. Pires de Lima. “*Sintaxe Histórica Portuguesa* por Augusto Epifânio da Silva Dias”, in *Revista Lusitana*, vol. XXI, Lisboa, Livraria Clássica Teixeira, 1918, p. 204-208.

Rodrigo de Sá Nogueira. “Declaração Relativa à 2ª Edição” [da *Sintaxe Histórica Portuguesa*, de Epifânio Dias, Lisboa, 1933], p. 341.

Esclarece Sá Nogueira que o texto vem “inalterado” e que com o intuito de facilitar a consulta da obra, organizou para ela um “índice analítico”.

Nicolau Firmino. “Ao Leitor”, in *Gramática Latina – Traduzida e Reduzida a Epítome* por Augusto Epifânio da Silva Dias e Acomodada aos Programas Modernos, Lisboa, Livraria Avelar Machado, 1942, p. 1-8.

Evanildo Bechara. “As Fases Lingüísticas do Português na *Sintaxe Histórica* de A. E. da Silva Dias”, in *Primeiros Ensaios Sobre Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1954, p. 129-146.

Idem. “Epifânio Dias e Eça de Queirós”, separata da revista *Nós*, jan-dez 1989, n. 13 a 18, p. 140-147.

Idem. *Os Estudos Sobre “Os Lusíadas” de José Maria Rodrigues*. Rio de Janeiro, 1980. (5)+135 p.

Tese policopiada, para um concurso que não se realizou, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que o autor faz minuciosas observações e comentários sobre as críticas de José Maria Rodrigues à edição de Epifânio.

Idem. “A Tradição Gramatical Luso-Brasileira”, in *Confluência*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, n° 10, 1995, p. 67-76.

Nas p. 71-73, há comentários sobre a atuação de Epifânio Dias nos campos da Filologia Clássica, nos Estudos Latinos, na Crítica Textual e como autor da *Sintaxe Histórica Portuguesa*.

REFERÊNCIAS

Correspondência de Capistrano de Abreu, edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues (Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954: v. vol. I - p. 314; II - p. 85, 122, 131, 157, 245).

Capistrano de Abreu, o grande renovador dos estudos históricos no Brasil, tinha em particular estima e apreço o lingüista Manuel Said Ali, e, também interessado em estudos lingüísticos e filológicos, foi atento leitor das obras de Epifânio Dias, como provam as referências em sua *Correspondência* editada em 1954 pelo INL. As mais expressivas dessas referências são as seguintes: em carta a João Lúcio de Azevedo, de 8/3/1918 (vol. II, p. 85) - “Li por acaso que Epifânio Dias morreu e deixou impressa a *Sintaxe Histórica*. Já a procurei pelas livrarias”; em carta a Afonso Taunay, de 25/7/1920: - “Esta semana Said Ali deve entregar a Weiszflog a primeira parte da *Gramática Histórica*. [...] O livro de Epifânio é o que os alemães chamam *bahnbracher*. Infelizmente o autor morreu apenas entregou o manuscrito ao prelo, e a *Sintaxe* veio à luz com todas as imperfeições dos livros póstumos” (vol. I, p. 324).

Gladstone Chaves de Melo. *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*, 6ª edição, revista e melhorada, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1981, p. 28, 31, 32, 125, 129, 131, 135, 169, 188.

Depois de apontar Epifânio Dias entre os grandes mestres da Filologia e da Lingüística Portuguesa (p. 28), o autor recomenda a leitura das suas obras principais destinadas ao ensino da língua.

5 - ORGANIZAÇÃO DAS OBRAS COMPLETAS DE EPIFÂNIO DIAS

A bibliografia de Epifânio Dias é ainda um trabalho a ser completado, tendo em vista uma possível publicação integral dos escritos que nos legou, com a inclusão dos livros editados e dos dispersos e inéditos bastante numerosos.

Como se vê no “Índice Cronológico” que Leite de Vasconcelos anexou ao seu estudo biobibliográfico já tantas vezes citado (p. 66-69), as indicações aí reunidas numa primeira tentativa de levantamento dos escritos de Epifânio são freqüentes vezes lacunosas ou informações a serem confirmadas por

outras pesquisas que nos levariam bem longe, para verificar inclusive onde hoje se conservam os manuscritos inéditos referidos por Leite de Vasconcelos. Há indicações de que no próprio espólio de Leite de Vasconcelos se guardam manuscritos de Epifânio merecedores de atenção.

Dois outros levantamentos bibliográficos retomaram o de Leite de Vasconcelos: em 1948, o de José Pereira Tavares no artigo “Epifânio Dias e Júlio Moreira, Editores e Comentadores de Textos Latinos”, e em 1964 o de R. M. Rosado Fernandes em suas “Acheegas Para a Bibliografia de Antônio José Viale, Epifânio Dias, José Maria Rodrigues e José Joaquim Nunes”, acima incluídos na relação das “Fontes Para o Estudo da Vida e Obra de Epifânio Dias”. Rosado Fernandes afirma no início do seu levantamento em ordem cronológica: “Só tomamos em consideração as obras impressas publicadas pelo autor, pois nada nos foi possível averiguar quanto aos inéditos de que fala Leite de Vasconcelos”.

No presente ensaio biobibliográfico, valemo-nos do que já foi feito por Leite de Vasconcelos, José Pereira Tavares e R. M. Rosado Fernandes, e da consulta a livros e revistas de nossa biblioteca particular e de bibliotecas públicas como as do Liceu Literário Português e do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, com a finalidade de apresentar uma nova tentativa de classificação dos escritos de Epifânio Dias. O artigo de José Pereira Tavares faz muitos comentários a respeito de cada item da bibliografia, sendo pois fonte de outras preciosas informações ao leitor.

Temos consciência de que ainda há lacunas e imprecisões no que fizemos, mas bem menores, e de que demos mais um passo importante na direção do objetivo principal.

5.1 - Questões pedagógicas ⁸⁷

- 1) Análise [manuscrita] dos programas oficiais, destinada à exposição do Conselho do Liceu do Porto (1871).
- 2) *Respostas Dadas ao Questionário Sobre a Reforma da Instrução Secundária* (Portaria de 4 de Novembro de 1876). Lisboa, Imprensa Nacional, 1877.
- 3) *Considerações Sobre a Última Proposta de Lei de Instrução Secundária*, Lisboa, Tip. Barata & Sanches, 1894, 32 p.
- 4) *Considerações Sobre o Regulamento e os Programas do Ensino Secundário e o Modo Como os Têm Executado*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897.

“O último trabalho [diz Leite de Vasconcelos] é, mais que nenhum, primoroso de argúcia e erudição, mau grado certas durezas a que o Sr. Epifânio, por hábito, dificilmente fugia, quando argumentava”⁸⁸.

⁸⁷ Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 66-68.

⁸⁸ Ibidem, p. 33.

5.2 - Estudos clássicos (línguas e literaturas grega e latina)

Estudos latinos

- 1) Versão em latim do episódio de Francesca da Rimini (1861) [inédito].
- 2) Tradução de três cartas latinas de Angelo Policiano, impressas nos *Poetas Palacianos*, de Teófilo Braga, Porto, 1871, p. 299-306.
- 3) *Cartas do Padre Antônio Vieira*, que, Segundo o Programa Oficial, Devem Servir de Texto Para os Exames de Composição Latina nas Aulas de Latinidade dos Liceus Nacionais. Porto, Imprensa Portuguesa, 1871 [25 cartas].
- 4) *Trechos de Tito Lívio*, que, Segundo o Último Programa Oficial, se Devem Traduzir nas Aulas de Latinidade dos Liceus Nacionais, Porto, Imprensa Portuguesa, 1870, 148 p.
- 5) *Excertos de Fedro, Cornélio e Cícero*, que, Segundo o Último Programa Oficial, Devem Ser Traduzidos nas Aulas de Gramática Latina dos Liceus Nacionais, Anotados. Porto, Imprensa Portuguesa, 1871.
- 6) *Gramática Latina Para Uso das Escolas*, por J. N. Madvig, Professor da Universidade de Copenhague, Traduzida do Alemão para Português por Augusto Epifânio da Silva Dias. Porto, Tipografia de Manuel José Pereira, 1872. X + 440 p. [Reeditada em 1884 e 1887.]
 Ernesto Faria, em *O Latim Pelos Textos*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Brigueit, 1941, p. 52, refere-se a essa “excelente edição comentada” com a indicação de “Porto, 1876”. Leite de Vasconcelos só conseguiu localizar a 6ª edição, de 1889, dizendo que não pôde averiguar a data da 1ª.
 Temos a seguinte edição: *Eutropius, Para Uso das Escolas – Anotado por Augusto Epifânio da Silva Dias*. 5ª edição, melhorada. Porto, Livraria Universal, s/d, 159 p. (em que a “Introdução” está datada de 1886).
 Leite de Vasconcelos, na sua obra citada, p. 59-61, transcreve a crítica de Francesco D’Ovidio às edições de Fedro e Eutrópio de Epifânio Dias,
- 7) *Eutropius, Para Uso das Escolas*, Anotado. Porto, Tipografia de Manuel José Pereira, 1872 [Reeditado em 1876, 1884, 1888, 1889.]
- 8) *O Latim do Sr. Alves de Sousa*, Examinado nas Suas Três Obras: “Gramática Elementar da Língua Latina”, “Curso de Temas Graduados”, “Resposta a um Crítico”. Porto, Tipografia de Manuel José Pereira, 1873, 91 p.
- 9) Prefácio da 1ª edição de *Gramática Latina de J. N. Madvig*, Reduzida a Epítome. Porto, Tipografia de de Manuel José Pereira, 1879. [Reeditada em 1887, 1889.]
 Registre-se a seguinte edição póstuma da *Gramática Latina* de Madvig com as seguintes indicações: “Traduzida e Reduzida a Epítome por Augusto Epifânio da Silva Dias e Acomodada aos Programas Modernos por Nicolau Firmino”, editada em Lisboa, Livraria Avelar Machado, 1942 (8+272 p.), e com um esboço biográfico de Epifânio e uma nota “Ao leitor” datada de 1942.
- 10) *Sulpicii Severi Chronica* com Anotações Para Uso das Escolas. Porto, Tipografia de Manuel José Pereira, 1881.
- 11) *Exercícios Latinos de Morfologia e Sintaxe*, Acomodados à Gramática Latina de Madvig. Porto, Tipografia da Manuel José Pereira, 1882.
 Reeditado em 1886, 1888, 1889, 1896, 1902, 1943 (com revisão de Nicolau Firmino).
- 12) *Phaedrus, Para Uso das Escolas*, Anotado. Lisboa, A. Ferreira Machado, 1883.
 Reeditado em 1886, 1889, 1942 (com revisão de Nicolau Firmino).

- 13) *Trechos Para Versões de Português Para Latim*, Lisboa, 1887.
- 14) *Cartas Seletas de Cícero*, Anotadas Para Uso das Escolas. Porto, 1888.
- 15) *Cornelius Nepos*. Lisboa, Tipografia do Comércio, 1895.
- 16) Artigos em alemão e italiano sobre Cornelius Nepos, ed. de Weidner, 1899.
O texto em italiano publicado no fasc. 2 do vol. XXVIII da *Rivista di Filologia e d'Istruzione Classica*, segundo informação de R. M. Rosado Fernandes.
- 17) “Epitáfios”, artigos em *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Museu Etnológico Português, vol. V, 1899-1900, nº 11-12, p. 334-335, e VI, 1901, p. 150-151 [sobre epitáfios em latim].
- 18) Artigos na revista *Berliner Philologische Wochenschrift*:
 “Kritische Bemerkungen zu Eutrop”, 1890, p. 778-779.
 “Zu *Historia Apollonii Historia Apollonii Regis Tyrii*, iterum recensuit A. Riese”, 1901, p. 763-765.
 “Zu Terenz *Andria*”, V, 2, 16”, 1904, p. 958.
 “Kleinigkeiten” [a respeito de uma interpretação de R. Helm de Ovídio, *Metam*, XV, 739 e seg., e de Plínio, *N. H.*, III, 8], 1907, p. 255.
 “Zu Marcellus Empiricus (XXII, 14)”, 1910, 191.
 “Zu spätlateinischen Schriftstellern” [correções a Vegetius Renatus, IV, 38; à *Vita Caec. Cypriani (Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum Vindobonense*, vol. III, pars. III, XC-XC, cap. 9)], 1912, p. 767-768.
 “Zu spätlateinischen Schiriftstellern” [correções a Eutropius, VII, 22, 1; a Ammianus Marcellinus, XXVIII, 2, 1; à *Historia Apollonii Regis Tyrii*, iterum recensuit A. Riese, 28, 6 etc.], 1913, p. 798.
 Leite de Vasconcelos, op. cit., depois de relacionar estes sete artigos de Epifânio, menciona “as anotações de mão que acompanham muitas das obras latinas da sua livraria, hoje [1922] existentes na da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa”⁸⁹.

Estudos helênicos

- 1) *Curso Elementar de Mitologia Grega*, inédito, 1865-1866.
- 2) Tradução inacabada do *Gorgias* de Platão (1877).
- 3) Tradução de um trecho de Xenofonte, publicado no *Resumo da História da Pedagogia* de Amaral Cirne Júnior, 1881, p. 193-198.
- 4) *Exercícios Gregos*. Porto, Magalhães & Moniz, 1891.
Há edição revista por Antônio Pinto de Carvalho, Coimbra, Armênio Amado, 1945.
- 5) Artigo em alemão na *Berliner Philologische Wochenschrift*, 1901, p. 603-604, acerca da *Légende Grecque de l'Homme de Dieu Saint Alexis* publicada por F. M. Esteves Pereira, extraída dos *Analecta Bolandiana*, XIX, 1900, p. 241-253.
- 6) Carta em italiano, inédita, a Giovanni Setti, a propósito da edição do *Panegírico* de Isócrates (1901).

⁸⁹ Ibidem, p. 20.

5.3 - Lingüística Portuguesa

Estudos gramaticais e estilísticos

- 1) *Gramática Prática da Língua Portuguesa*, Para Uso dos Alunos do Primeiro Ano do Curso dos Liceus. Porto, Tipografia do *Jornal do Porto*, 1870.

- 2) *Gramática Portuguesa Elementar*. Porto, Tipografia de Manuel José Pereira, 1876.

Reeditada em 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1884, 1888, 1889, 1894, 1899, 1901, 1905, 1921, segundo informação de R. M. Rosado Fernandes.

No prefácio da primeira edição se lê: “Havendo nós posto em linguagem e tirado a lume a gramática latina do sábio dinamarquês Madvig, e tendo, pouco há, conjuntamente com o sr. J. Eduard von Hafe, ordenado e publicado uma gramática francesa que se baseia nos trabalhos do alemão Plötz, necessário era haver uma gramática portuguesa elementar, que, nas doutrinas gerais, se conformasse com aquelas obras. A este fim principalmente redigimos o livrinho que ora damos à estampa”.

- 3) *Sintaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1918. XII +362 p.

Reeditada em 1933, 1954 e 1959, e até data recente.

Nas páginas 359/361 há uma “Declaração do Editor”, datada de 30/11/1917, em que se lê: “Não pôde o Autor dar a última demão à obra: por isso ficaram numerosas regras sem os respectivos exemplos, que o Sr. Epifânio tencionava acrescentar, como consta de claros que o manuscrito apresenta; e também pelo mesmo motivo ha certas incoerências na disposição tipográfica, e às vezes no uso de maiúsculas e minúsculas como iniciais. O revisor não ousou pôr os exemplos que faltam, nem modificar o sistema ou arranjo material: quis seguir, quanto possível, o manuscrito e as primeiras duas folhas”.

- 4) Artigos vários na *Revista Lusitana* de Leite de Vasconcelos:

“Etimologia de *sedçu* e *valhelhas*”, I, 1887-1889, p. 175. / “*Eno* = *em no*”, I, 179. / “Etimologia de *gêmeo* e *asted*”, I, 260.

“Etimologias de *estorvo*, *foruncho*, *lanço*”, XII, 1909, p. 142.

“*Raso*, *rasar*, *rasoura*”, XIII, 1910, p.434.

- 5) Artigo na revista *Zeitschrift für romanische Philologie*:

“Über die spanischen Laute *ç*, *z* und *j*”, XI, 1887, p. 419.

Crítica lingüística e filológica

- 1) “Sobre os *Autos de Antônio Prestes*, edição de Tito Noronha”, in *Revista Lusitana*, I, 1887-1889, p. 86-91.
- 2) “Beiträge zu einer kritischen Ausgabe des Vatikanischen portugiesischen Liederbuches”, in *Zeitschrift für romanische Philologie*, XI, 1888, p. 42-47.

Recensão sobre a edição do *Cancioneiro da Vaticana* de Teófilo Braga.

- 3) “Comentário às *Obras do Poeta Chiado*, por Alberto Pimentel”, in *Zeitschrift für romanische Philologie*, XV, 1891, p. 550-558.

- 4) “Recensão a *Versos de Bernardim Ribeiro*, Lisboa, 1886”, in *Revista Lusitana*, II, 1890-1892, p. 274-287.

Indicação de R. M. Rosado Fernandes.

- 5) “Einige Bemerkungen zur Verbesserung des *Cancioneiro Geral* von Resende”, in *Zeitschrift für romanische Philologie*, XVII, 1893, p. 113-136.

Recensão sobre o texto do *Cancioneiro Geral* na edição de Kausler.

- 6) “Besprechungen”, in *Zeitschrift für romanische Philologie*, XXVII, 1903, p. 465-469.

Recensão sobre o texto da lenda de Barlaão e Josafá editado por G. de Vasconcelos Abreu.

- 7) “Notas Críticas a Textos Portugueses”, in *Revista Lusitana*, VIII, 1903-1905, p. 179-186.

Indicação de R. M. Rosado Fernandes: deve ser a recensão sobre a *Crônica de Guiné* editada pelo Visconde de Santarém e os códices alcobacenses editados por Cornu a que se refere Leite de Vasconcelos.

- 8) Nota crítica mencionada no “Índice” de Leite de Vasconcelos (ob. cit., p. 66) - sobre a *Gramática* de Bento José de Oliveira, inédita, 1872.

5.4 - Crítica Textual

Edições críticas e estudos de textos portugueses

- 1) *Obras de Cristóvão Falcão*, Edição Crítica, Anotada. Porto, Magalhães & Moniz, 1893, 113 p.
- 2) *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, Edição Crítica, Anotada. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905, 176 p.
- 3) “*Os Lusíadas*” de Luís de Camões Comentados por Augusto Eptfânio da Silva Dias, 2 tomos. Porto, Tipografia Progresso, 1910 (t. I: XL + 316 p.; II: 350 p.).
2ª edição melhorada: 2 tomos, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1916-1918.
3ª edição, com um estudo prévio de Maximiano de Carvalho e Silva e reprodução fac-similada da 2ª edição, Rio de Janeiro, MEC - Departamento de Assuntos Culturais, 1972.
- 4) “Fragmentos de um Cancioneiro do Século XVI”, in *Revista Lusitana*, IV, 1896, p. 142-179.

5.5 - Ensino de línguas estrangeiras modernas

Gramática Francesa, Para Uso das Escolas, por J. Eduard von Hafe e A. Epifânio da Silva Dias. Porto, Imprensa Comercial de Santos Correia e Matias, 1875.

Reeditada em 1878 e pelo menos mais 8 vezes.

O prefácio esclarece que as duas primeiras partes da *Gramática* (fonologia e morfologia) são de autoria de von Hafe, e a sintaxe, de Epifânio (p. 114-370).

5.6 - Tradução

Uriel da Costa, *Espelho da Vida Humana*. Versão de A. Epifânio da Silva Dias, com Uma Introdução Sobre a Autobiografia de um Livre-Pensador por Teófilo Braga. Lisboa, Imprensa Lucas, 1901. 36 p.

SUBSÍDIOS À *SINTAXE HISTÓRICA* DE EPIFÂNIO DIAS*

Evanildo Bechara

Ao dileto e saudoso amigo Rocha Lima

A *Sintaxe histórica portuguesa* de Epifânio Dias constitui importante repositório de informações sobre o nosso idioma. As falhas que nela se notam são devidas, em grande parte, ao fato de se tratar de uma obra pioneira que saiu póstuma, tendo sido a sua própria redação prejudicada pelos padecimentos de saúde que terminaram por silenciar para sempre esse notável espírito geométrico que foi o sintaticista português, centro das considerações do presente artigo.¹ Nenhuma crítica endereçada a essa preciosa coleção de fatos sintáticos pode esquecer tais condições negativas com que a obra foi preparada para o prelo.²

A própria maneira pela qual o autor ideara sua *Sintaxe histórica* nas pegadas de Madvig – especialmente, não desestimulou a preparação da *Sintaxe do português histórico* de Said Ali, nem arrefeceu a intenção de J. J. Nunes de completar o seu *Compêndio de gramática histórica* com a parte relativa à sintaxe, que, aliás, nunca foi, senão escrita, pelo menos publicada. Este último declarara ainda no prefácio à 1ª ed. de seu livro: “Quando em 1906 publiquei, em introdução à minha *Crestomatia Arcaica*, um breve resumo de gramática histórica da nossa língua, era minha intenção ampliá-lo e desenvolvê-lo no mais curto espaço de tempo, outras ocupações e especialmente a absorção do ensino oficial fizeram que só agora pudesse levar a cabo o meu plano, ainda assim incompleto, pois que lhe falta a Sintaxe; verdade seja que, sabendo que o, há

* Este artigo foi antes publicado na *Misselânea* em honra de Rocha Lima (Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1980), organizada por Raimundo Barbadinho Neto, e agora sai levemente retocado. A lêm da homenagem a Epifânio e a Rocha Lima, vale, acredito, como proposta de trabalho que deve ser levada avante, em honra do notável sintaticista português.

¹ Conforme declaração do próprio editor da *Sintaxe histórica*, Epifânio só pudera ver as provas tipográficas das primeiras 32 páginas (p. 337).

² “Conhecendo que não tornaria a recuperar a saúde, e que pelo contrário a morte se avizinhava, tratou de a mandar copiar e enviar para o prelo” (Id., *ibid.*).

pouco falecido, professor Epifânio Dias preparava um estudo especial dessa parte da gramática, desistira de ocupar-me dela, visto estar entregue a quem melhor do que eu podia desempenhar-se de tal tarefa. Publicado, porém, esse trabalho, reconheci que nele, apesar de excelente, o seu autor seguira processo diferente do meu e por isso voltei à primeira idéia, mas entre o aparecimento daquele e a publicação deste foi-me impossível tratar desse assunto com a minúcia e extensão que ele requiere; ficará portanto para mais tarde, se a vida me não faltar” (p. VII).

Já na 1.^a ed. da *Sintaxe histórica*, em 1918, o escrupuloso editor sentira a necessidade de um futuro texto crítico, pois que anunciara:

“Entre os papéis da *Sintaxe* encontraram-se os seguintes apontamentos, que talvez o Autor quisesse intercalar nos respectivos lugares:

“1 — No aposto: Lus. 2, 94”.

“2 — Na concordância do predicado: Quando a um sujeito composto se junta uma apposição do plural, o verbo deve ir para o plural. Imitando a syntaxe latina, Camões disse: Lus. 2, 112.”

Estes apontamentos não são da letra do Sr. Epifânio, foram ditados por ele: por isso tinham erros ortográficos que aqui se emendaram.

O primeiro passo camoniano a que se alude não traz nota nenhuma na edição dos *Lusíadas* feita pelo próprio Sr. Epifânio; o segundo passo traz explicações à p. 128 do vol. I (*Sintaxe histórica*, p. 339).

É de se louvar o empenho do editor – e por trás dele deveria estar o amigo e discípulo de Epifânio, José Leite de Vasconcelos – em oferecer ao público uma 2.^a ed. mais bem cuidada. Para tanto, o notável autor das *Lições de Filologia Portuguesa* encarrega Rodrigo de Sá Nogueira de preparar a nova edição, saída em 1933, acrescida de prestimoso índice e limpa de alguns dos erros (não de todos, infelizmente) que figuravam no texto de 1918.

Se nos referirmos à resenha que Augusto C. Pires de Lima estampou na *Revista lusitana*, XXI, p. 204-208 (1918), trabalho a que o próprio autor chamou “ligeira crítica”, temos concluído o que se fez em Portugal e no Brasil para enriquecer o texto de um livro que Capistrano de Abreu considerou, com justa razão, obra desbravadora.³

A falta da participação de especialistas para juntar novos subsídios à *Sintaxe histórica* não esmoreceu o diligente editor do livro que, ao ensejo da saída da 5.^a ed., em 1970, apensa à obra um suculento estudo de José Leite de Vasconcelos, repassado de saudosa afetividade (*Epiphanyo Dias – sua vida e*

³ *Correspondência*, I, 314 (ed. INL).

seu labor científico. Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1922), com o propósito “de elucidar grande parte dos futuros leitores da *Sintaxe histórica portuguesa*, que muito provavelmente pouco sabem sobre Epifânio Dias” (p. 343).

Pela relação bibliográfica que finaliza o estudo de Leite de Vasconcelos, percebe-se que Epifânio foi um trabalhador incansável, publicando vários importantes livros e artigos. Durante anos lemos essas obras, repletas de observações oportuníssimas sobre sintaxe do português antigo e, à medida que as íamos colhendo, relacionávamos com as estampadas na *Sintaxe histórica*.

Essas observações, muitas vezes, vêm explicitar melhor as lições da *Sintaxe* ou acrescentar-lhe aspectos que nela não foram arrolados. Assim é que, além das edições de textos latinos, haurimos informações em *Os Lusíadas*, no *Crisfal*, no *Esmeraldo*, nos *Fragmentos de um Cancioneiro do século XVI* (que, aliás, falta na relação bibliográfica de Leite de Vasconcelos), à *Gramática latina* de Madvig e à *Gramática francesa* com von Haffe.

Hoje apresentamos ao leitor um punhado de subsídios à *Sintaxe histórica* colhidos nos comentários à sua edição d’*Os Lusíadas*. A relação está longe de ser completa, pois nos limitamos às notas em que Epifânio d’*Os Lusíadas* melhora, amplia, retifica ou explicita o Epifânio da *Sintaxe histórica*. Portanto, cingimo-nos apenas aos assuntos versados na *Sintaxe histórica*, pois que existem inúmeros outros fatos sintáticos que, registrados na edição d’*Os Lusíadas* e nos demais textos anotados pelo mestre, não foram incluídos nessa obra.⁴

Em se tratando de um compêndio de natureza histórica, é muito importante uma referência nova comparativa ao latim ou ao grego, ou a ocorrência de um fato sintático um século antes ou um século depois, ou uma alusão de frequência em Camões do fato estudado, ou, ainda, estender à prosa um fenômeno que estava referido exclusivamente aos poetas. Por outro lado, por estarmos diante de uma obra didática, é valioso o ensinamento vestido numa linguagem mais clara, através da qual o fenômeno fique mais patente aos olhos do leitor. E neste último sentido muitas vezes a redação das notas d’*Os Lusíadas* orienta melhor que as enxutas descrições dos fatos da língua inseridas na *Sintaxe histórica*.

Num estudo crítico da obra filológica de Epifânio Dias ocupa especial relevo a sua edição d’*Os Lusíadas*, porquanto ressalta de muitos fatos aí colhidos que a sua redação, senão total, pelo menos parcialmente, foi das últimas coisas que o erudito sintaticista português escreveu. Em mais de um assunto do presente artigo, pode-se facilmente verificar que *Os Lusíadas*, apesar de publicados pela primeira vez em 1910, vêm corrigir, ampliar, explicitar ou inovar lições da

⁴ Abandonamos todos os casos em que a nota d’*Os Lusíadas* nada acrescenta ao ensinamento da *Sintaxe*, ainda naqueles em que viria suprir exemplos que faltam a esta última obra.

Sintaxe histórica, que só saiu em 1918, depois da morte de Epifânio, ocorrida em 30 de novembro de 1916.⁵

Muito seria de louvar que o benemérito editor de Epifânio – a Livraria Clássica Editora, de Lisboa – se empenhasse na tarefa de uma edição crítica da *Sintaxe histórica portuguesa*, prestando mais uma justa homenagem ao notável professor, honra da inteligência lusitana e glória do seu magistério.

*

* *

1 — No § 10, a, 3, da *Sintaxe histórica*, arrolando os casos em que o verbo fica no singular “depois de vários nomes de coisas como sujeitos”, diz Epifânio:

“3) quando há hendiadys:

Mas ó tu, geração d’aquelle insano/ Cujo peccado e desobediencia/ Não somente do reino soberano/ Te pôs neste desterro e triste ausencia... (*Lus.* IV, 98)”.

Ao anotar este passo da epopéia, o sintaticista explica melhor por que o verbo no singular:

“e] é simplesmente explicativo: *peccado e desobediencia* quer dizer “peccado que consistiu em uma desobediencia”; é por isso que o verbo (*pôs*) está devidamente no singular”.

2 — No § 17, e, da *Sintaxe histórica*, Epifânio considera “irregularidade” o fato de vir no plural o verbo que se refere “a uma simples palavra de significação colectiva, que não tem, clara nem subentendida, uma determinação partitiva ou de genero”... que se encontra, por exemplo, em:

Se esta gente que busca outro Hemispherio/ Cuja valia e obras tanto amaste/ Não queres que padeção vituperio... (*Lus.* I, 38).

⁵ Que Epifânio redigiu muito cedo numerosas notas da *Sintaxe histórica* se pode depreender das seguintes informações de Leite de Vasconcelos, no estudo já citado: “De muito cedo o Sr. Epifânio planeou levar mais longe o estudo da gramática portuguesa, e escreveu a gramática histórica: para isso começou também muito cedo a colher elementos. Colhia, colhia, sem terminar a colheita, principalmente no campo da Fonética e da Morfologia, até que um dia o demovi a só se dedicar à sintaxe. Assim aconteceu. Pôs em ordem tudo o que possuía, e escreveu a *Sintaxe*, que chamou *histórica*. O plano total era muito vasto, e se não se resolve a organizar depressa a *Sintaxe*, nem Gramática nem *Sintaxe*, nada viria a publicar, porque a morte o não consentia. Vanglorio-me, pois, do que fiz. A *Sintaxe*, que se publicou póstuma (1918), é um precioso trabalho de análise, da qual a análise paciente e judiciosa de que o Sr. Epifânio sabia tão bem o segredo. Tanto a matéria como o lado histórico poderiam sem dúvida ser ampliados: mas tal como a obra está, e como saiu das mãos trêmulas de um moribundo, constitui um padrão firmíssimo na história da Filologia portuguesa, ao qual irão forçosamente encostar-se todos os que de futuro tentarem o mesmo assunto” (p. 375-6 da 5ª ed.).

Um ponto em que a *Sintaxe histórica* inova, em relação à epopéia, é a distinção entre *português arcaico médio*, de um lado, e *português antigo* (ou de *antigamente*), *português arcaico* de outro. Na redação d’*Os Lusíadas* jamais ocorre a explicação da fase *português arcaico médio*, que procuramos rastrear no estudo inserido nos *Primeiros ensaios de língua portuguesa*, saídos em 1954.

Na nota que após a esta passagem da epopéia, Epifânio não insiste na referência de *irregularidade*:

“O emprego do verbo no plural referido ao colectivo *gente* ocorre até na prosa: “avia gente branca que navegavão em naos como aquellas suas” (*Barros* I 4, 3).

Também no *Esmeraldo* (p. 163) a alusão ao verbo no plural não vem acompanhada da pecha de irregularidade.

O assunto merece maior consideração, porque os textos antigos nos abo- nam fartamente tal sintaxe e um leitor assíduo e atento como Epifânio não estranharia o fato a ponto de logo na *Sintaxe* arrolá-lo como *irregularidade*, ao contrário do seu procedimento quando anotava textos literários.

Acredito que o termo *irregularidade* procede da *Gramática latina* de Madvig, que Epifânio traduziu (em 1872) e cuja redação estava muito presente no texto da *Sintaxe histórica*, como no caso em tela. Madvig, tratando da concor- dância do verbo no plural referido a sujeitos representados por coletivo, distin- gue dois casos, um considerado “negligência na expressão”, o outro como fenô- meno regular:

“Obs. Com substantivos que designam um todo ordenado (*exercitus*, *classis*, etc.), um tal emprego do predicado no plural só se encontra por negligencia na expressão, v. g. *Cetera classis, praetoria nave amissa, quantum quaeque remis valuit, fugerunt*. (Liv., 31, 26).

Não se há de confundir com este emprego do predicado no plural o caso em que o verbo (no plural) de uma oração subordinada se refere aos indivíduos que na oração principal são designados por um colectivo: *Idem humano generi evenit, quod in terra collocati sunt* (subent. *homines*) (Cic., N. D., 2, 6)” (*Gramática latina*, § 215, a, Obs. Note-se que a indicação desta passagem está na *Sintaxe*, no parágrafo que estou comentando).

Ora, sabemos que *gente* é um termo que ostenta muitas acepções na epopéia e que uma delas, como em I, 38, significa o conjunto de marinheiros que compõe uma embarcação; assim, *gente* estaria naquele emprego de *exercitus*, *classis*, isto é, “de um todo ordenado” em que o verbo no plural seria considerado uma “negligência na expressão”.

Epifânio teria observado facilmente que não se poderia aplicar ao portu- guês a bipartição que Madvig estabelecera para o latim, mas ficara na idéia do sintaticista lusitano a reminiscência da crítica do notável dinamarquês.

De qualquer maneira, a pecha de *irregularidade* que, em tal fato, assina- la a *Sintaxe histórica* está em contradição com o ensinamento de Epifânio em outros passos de suas obras.

3 — No § 28, c, Obs. 2ª da *Sintaxe histórica* ensina Epifânio:

“É de notar o emprego do verbo *poder*, como verbo aparentemente transitivo, sendo que depois d’elle se subentende o infinito *fazer*:

Isto puderam saudades de um mundo todo (Ceita, 35v.)”.

Esta lição deve ser completada com a seguinte que o mestre apôs à epopéia, ao comentar os versos 3 e 4 da est. 29 (c. VIII):

“Só pôde o que impossibil parecia,
Vencer o povo ingente de Castella”:

“*poder* como verbo aparentemente transitivo (= poder effectuar uma cousa), com complemento de significação geral (v. g. tudo, o que, o impossível) é perfeitamente português e corresponde a *posse* em: *quod poterant, id andebant* (Cic. p. Quinct. 21; de maneira que “vencer o povo ingente de Castella” é apposto explicativo de “o que parecia”; assim não há de pôr-se entre parentheses “o que parecia”.

4 — Ao arrolar os verbos que se constroem com predicativo de objeto direto, “em vez de terem ligada a si uma or. substantiva de *ser* ou *estar*”, Epifânio cita *saber*, no § 29, b, 5, da *Sintaxe histórica*, e exemplifica:

“Sabia-a manchada de um grande pecado” (Garrett, *Viag.*, 271).

À passagem, acrescenta a seguinte observação:

“Esta construção – corrente em francês com o verbo correspondente *savoir* – rarissimamente ocorre nos bons escriptores portugueses e é de todo extranha á linguagem oral.”

Entre esses escritores está Camões, que diz na epopéia:

“Lia Alexandro a Homero de maneira que sempre se lhe sabe á cabeceira” (*Lus.*, V, 69).

Embora *saber* não esteja aqui empregado na exata aplicação do passo de Garrett, vale a pena transcrever a lição de Epifânio, que vem ampliar a da *Sintaxe histórica*:

“sempre se lhe sabe á cabeceira] equivale a: sabe-se que estava sempre á cabeceira d’elle. Tal construção, rarissima em português, é corrente na língua francesa, onde se diz, por ex.: *J’aimerais mieux te savoir amoureuse d’un vieillard* (Balzac).

5 — A lição contida no § 29, b, 6, da *Sintaxe histórica* pode parecer difícil ao leitor comum. Epifânio inclui o verbo *esperar* entre os que se constroem com predicativo do objeto direto, nas condições idênticas assinaladas anteriormente para *saber*, e cita *Os Lusíadas*:

“Vós, que esperamos jugo e vituperio/ do torpe Ismaelita cavalleiro” (I, 8).

Explicação mais orientada junta Epifânio ao anotar o trecho camoniano:

“que esperamos jugo e vituperio] equivale a: nós que esperamos que sejaes jugo e vituperio; *jugo* e *vituperio* são nomes predicativos do complemento objectivo; é imitação da syntaxe que se vê em: *propitium hunc sperant, illum iratum putant* (Cic. *ad Att.* VIII, 16 ed. de Wesenberg); qui semper vacuam semper amabilem [sc. te] sperat (Hor. *Od.* 1, 5, 10-11); quem aequiorem sibi sperabat (Tac. *Ann.* III, 8); nec te lectorem sperat (Mart. VI, 85. 3). A edição do Porto de 1870 põe “que esperamos” entre parentheses”.

6 — No § 33 da *Sintaxe histórica* Epifânio trata de expressões que “servem de significar a amplitude da acção e a intensidade da qualidade, com verbos e adjectivos” e aí relaciona *alguma cousa*, *algo* (arc.), *já quanto* (= algum tanto), *muito*, *pouco*, *um pouco*, *nada*, *tanto*, *um tanto*, *algum tanto*, *quanto*, *que* (interrogativo), todas relativamente bem documentadas nos textos escritos.

Falta à relação *toda parte*, que aparece na epopéia e não está registrada nos dicionários:

“Com Joanne, Rei forte *em toda parte*,
Que escurecendo o preço vai de Marte” (*Lus.*, IV, 25).

Anota Epifânio:

“forte em toda parte] cf.: illustre em toda parte (X, 67, 3), “em toda parte” corresponde a *omni parte*, *omni ex parte* = a todos os respeitos, inteiramente, perfeitamente (significação que os nossos dictionarios não registam)”.

7 — No § 34, 3, Obs. Epifânio lembra que “empregar a preposição *de*, dizendo v. g. “o facto significa que pêso e aceleração [*aceleração* ainda na 2ª ed.] augmentaram da mesma quantidade”, “envelheceu de dez annos naquelle dia” são gallicismos”.

Embora na *Sintaxe histórica*, nesse trecho ou no estudo das preposições, não haja referência ao emprego de *em* para exprimir, depois de verbo ou nome, tal idéia de excesso, Epifânio anotou assim a seguinte passagem camoniana:

“De fumos enche a casa a rica massa / Que no mar nace e Arabia em cheiro passa” (*Lus.*, VI, 25).

“passa] = excede (em francês: *surpasser*)”.

Desde a *Gramática elementar*, que é bem anterior à *Sintaxe histórica*, Epifânia perseguia esse uso da preposição *de*, conforme se lê no § 125):

“Juntar a preposição *de* e dizer, v. g. *augmentar de um centimetro*, é um erro grosseiro que se deve evitar com o maior cuidado”.

Sem aludir ao galicismo, na sintaxe de sua *Gramática francesa* com Von Haffe (a 1ª ed. é de 1875), Epifânio refere-se, tratando da omissão da partícula preposicional, às diferentes construções entre o francês e a nossa língua:

“5) depois dos verbos que envolvem a ideia de aumento ou diminuição, superioridade ou inferioridade (também neste caso a nossa língua não põe preposição ou entrega outra construção), v. g.

Je vieillis d’une année entière (= tornei-me mais velho) um anno inteiro (X. de Maistre). *Elle s’accroît de douze pieds par un*, cresce doze pés por anno (Ampère). *J’ai prolongé de douze ans la durée de l’empire de Phocas* (Corneille). *Ma montre retarde de dix minutes*, o meu relógio atraza-se dez minutos (Acad.) *Diminuer un nombre de deux unités*, diminuir de um número duas unidades” (p. 178-9 da 5ª ed.)⁶

8 — Entre os empregos dos numerais cardinais assinalados nos §§ 48, b) e 61, a) da *Sintaxe histórica* faltaram outras construções, como a que ocorre em *Lus.* V, 2:

“Nella vê, como tinha por costume/ Cursos do Sol quatorze vezes cento/
Com mais noventa e sete...”

para a qual Epifânio faz o seguinte comentário:

“A expressão “1497 cursos” em vez de “o curso 1479” é análoga a “está escripto aos dezasete capitulos (= no capítulo 17) dos Numeros” (H. Pinto, *Dial.* III).”

9 — Neste caso, a lição da *Sintaxe histórica* se acha enriquecida pela alusão de tempo contida no comentário d’*Os Lusíadas*.

Naquela obra, assinala Epifânio que o advérbio *meio* “(junto de adjectivos e participios) emprega-se adverbialmente ou em forma invariavel ou concordando, por atracção, com o substantivo para que pertence o adjectivo ou participio” (§ 59, Obs.).

A lição do sintaticista está perfeita e, para completá-la, faz referência à crítica de J. Leite de Vasconcelos aos ensinamentos defeituosos de Cândido de Figueiredo (*As lições de linguagem do Sr. Cândido de Figueiredo*), explicando aquele plural por um fenômeno de atracção sintática. Figueiredo condenou o uso de *meio* no plural e Leite de Vasconcelos apontou-lhe o engano, citando exemplos antigos (Mendes Pinto), ao lado de modernos (Herculano e Garrett).

Na 2ª ed. das *Lições*, Cândido de Figueiredo atenuou o tom galhofeiro contra o plural de *meio*, mas o atribuiu a cochilos de Herculano e Garrett (só

⁶ Na 9ª ed., para o último exemplo, acrescenta “torná-lo menor duas unidades (p. 187).

cita os dois) que não verificaram que “aquillo foi invenção de typographos ou revedores”.

Talvez motivado por esses desacertos de Cândido de Figueiredo, Epifânio foi mais incisivo quanto à ancianidade de *meio* no plural em nossa língua, quando anotou a passagem V, 50 d’ *Os Lusíadas*, arrolada entre os exemplos da *Sintaxe histórica*:

Huns caem meios mortos, e outros vão

“O emprego de *meio* (= semi), como adjectivo em vez de adverbio pertence ao bom português de todos os tempos. É caso de atracção syntactica, segundo bem explica o Dr. Leite de Vasconcelos em *As lições de linguagem do Snr. Cand. De Figueiredo*, às págs. 10 e 11, onde vêm mais alguns exemplos d’esta construcção”.

Estas considerações levam-me a aceitar que a redacção da *Sintaxe histórica* é anterior à d’ *Os Lusíadas*, embora a edição da epopeia tenha vindo a público quase dez anos antes daquela obra.

10 — No § 60 da *Sintaxe histórica* aponta Epifânio três maneiras de que se serve a língua pelas quais “os adjectivos podem, nas suas diversas funções syntacticas, ser substituidos por equivalentes de adjectivos”: 1) nomes precedidos de preposição; 2) infinitivos precedidos de preposição; 3) alguns advérbios.

Poderia ter acrescentado o caso de hendíadis, como faz em mais de uma passagem d’ *Os Lusíadas* por exemplo:

“Cuja valia e obras tanto amaste (I, 38) valia e obras] = obras valorosas; é hendiadys”

“Eu tenho imaginada no conceito Outra manha e ardil que te contente (I, 81) manha e ardil] = manha ardilosa”

11 — Na observação 1^a ao § 66, a), ensina Epifânio:

“No port. arch. medio é frequente a forma *lhe* como plural, e ainda é muito vulgar na linguagem do povo; ocorre ás vezes nos proprios escriptores modernos, nomeadamente em Bocage, e é a forma que tem de empregar-se na combinação com o pronome *o, a*”.

Na sua edição da epopeia tem o sintaticista oportunidade de tocar no assunto e aí nos acrescenta dois lados importantes: a) estende o uso literário de *lhe* como plural até o séc. XIX; b) declara que Camões só usa *lhe*:

“*lhe*] como plural, ao lado de *lhes*, é corrente no português antigo (e encontra-se ainda em escriptores dos principios do século XIX); é a única fórma empregada por Camões” (*Lus.*, nota à est. 21 do c. I).

12 — O § 93, b, 1 trata do emprego de *qual* adverbialmente, nos similares, à maneira do advérbio *como*, entre “os escriptores antigos”.

Comentando o passo camoniano:

“*Qual Austro fero ou Boreas na espessura*” (*Lus.* I, 35)

diz Epifânio:

“O português antigo emprega, nos similares, *qual* adverbialmente; neste lugar pode muito bem conciderar-se *qual* adjectivo concordado só com o primeiro dos sujeitos, embora o verbo esteja no plural”.

Com estas palavras, abre uma perspectiva de interpretação para o *qual*, que poderia constar da *Sintaxe histórica*.

Qual, usado adverbialmente, ocorre ainda em *Lusíadas* II, 43, onde temos de corrigir a atribuição do exemplo “Qual dous leões famintos sobre a presa ... se abração (Castro, *Lisb. Edif* VI, 77) para Castro, *Ulyssea*, VI, 77, como aliás, está na *Sintaxe histórica*, no parágrafo objeto deste meu comentário.

13 — No § 104, a), falando do emprego de *todo*, no singular, para denotar a totalidade das partes, Epifânio poderia enriquecer a sua lição com a nota que apôs à est. 35 do c. I, em que a ed. de 1572, traz “Brama toda montanha” e o sintaticista prefere adotar a leitura “Brama toda a montanha”, sob a seguinte alegação:

“*Todo* seguido de substantivo appellativo sem o artigo definido só pode empregar-se no sentido de *todos*; Cam. disse pois necessariamente “toda a montanha”; a omissão do *a* é facil de explicar-se attendendo a que *toda a* se pronuncia *todà*” (*Lus.*, vol. I, p. 27).

14 — A redação enxuta da Obs. que vem apenas ao § 104, a, 1, b) pode confundir o leitor quanto ao que Epifânio pretende ensinar.

“No port. moderno, os puristas dizem, v. g. *toda uma cidade* por *uma cidade toda*, *uma cidade inteira*; antigamente era prática vulgar”.

A nota que acompanha a est. 31 do c. X é mais elucidativa e põe luz no que o sintaticista queria assinalar:

“A anteposição de *todo* a um substantivo precedido do artigo indefinido está antiquada.”

15 — A lição do § 170, a) pode ser complementada, pelo que ensina Epifânio, no comentário aos v. 7-8 da est. 31 do c. VII d’*Os Lusíadas*, principalmente com a alusão a fenómeno paralelo em latim:

“*Prosperar* está construído com *de*, conformemente aos verbos de *prover*, á semelhança de *beare*, a que na poesia também se liga o ablativo: *Latiumque beabit divite lingua* (Hor. *Epist.* II, 2, 121)”.

16 — Tanto no § 170, d) como no 198, b), Epifânio mostra um fato corriqueiro da sintaxe portuguesa: a introdução do agente da passiva através das preposições *de* e *por*.

Esta lição pode ser enriquecida com a nota ao v. 3 da est. 6 do c. IV da epopéia:

“O emprego da preposição *de* com o agente dos verbos passivos era mais amplo antigamente do que no português actual” (Lus., vol. I, p. 214).

17 — A Obs. 2ª do § 178, a, em referência a construções apositivas do tipo *o Reino Melinde* (Lus. II, 73), ensina:

“Alguns escriptores, mormente poetas, empregam ás vezes a apposição, em lugar da preposição e vice-versa.”

Infelizmente não aparece no *Registro Filológico* da 1ª ou da 2ª ed. d’ *Os Lusíadas* o comentário, que deveria ser mais extenso, que Epifânio prometia na nota a esse passo da epopéia.

A verdade é que o mestre volta à aposição deste tipo na nota a III, 27, 2, assinalando já aqui mais explicitamente a raridade do fato entre prosadores e a sua feição latina:

“cidade Hierosolyma] como *urbs Roma*; é sintaxe usada antigamente na propria prosa”.

18 — No § 183, b, Epifânio trata do emprego da preposição *em* introduzindo expressões que denotam o termo do movimento. E aí acrescenta um dado sobre a ancianidade do fato:

“a mesma syntaxe ocorre no port. arch. Medio com outros verbos avulsos: *sair, ir... passar, passar-se, v. g. em Italia*”.

Anotando os versos camonianos

“Nalgum porto seguro, de verdade/ Conduzir-nos já agora determina”
(Lus., II, 32),

ensina:

“O português antigo empregava a miude *em* na designação do termo do movimento em casos em que o português moderno emprega exclusivamente *a* ou *para*.”

19 — Outra vez a redação enxuta da Obs. 1ª ao § 249, a) pode deixar o leitor da *Sintaxe histórica* em dúvida:

“Quando há hendiadys, não se repete o artigo no 2º substantivo:

Olha o muro e edificio nunca crido/ Que entre hum imperio e o outro se edifica (Lus. X, 130).

Mas o comentário a estes versos elucida a lição:

“em *muro e edificio* há hendiadys, de modo que este conjunto se contrapõe a *muralha natural*, como são os Alpes em relação á Itália (V. III, 15, 2). (G. de Amorim escreveu indevidamente: o muro, o edificio)”.

20 — Ao § 284, 6, 1, verbos que no port. arch. medio se diziam sem preposição junto ao infinitivo, poderíamos acrescentar, com Epifânio, o verbo *tornar*, conforme a lição contida no comentário aos v. 1-2 da est. 18 do c. X:

*Que tornará a vez septima, cantava,
Pelejar co invicto e forte luso*

“*tornar pelejar* por *tornar a pelejar* é construcção que já no tempo de Cam. ia caindo em desuso”.

21 — No § 289 Epifânio trata das construcções com os verbos causativos *deixar, mandar, fazer* seguidos de or. de infinitivo ou introduzida por *que* ou *com que*. A extensão do parágrafo não esgota as possibilidades conhecidas por nossa língua e a ele se poderia juntar a informação contida na nota ao v. 2 da est. 64 do c. VI da epopéia:

“Dos cavallos o estrepito parece

Que faz que o chão debaixo todo treme,

que assim reza:

“Antigamente era vulgar dizer *fazer que uma cousa acontece* (com indicativo em vez de conjunctivo) fallando-se de uma realidade. Outro tanto se usa ainda hoje em francês.”

22 — No § 385, b, Epifânio diz:

“*que* é partícula causal que se emprega depois de uma interjeição (v. g. *ai*) ou exclamação:

Me miserum, quod amor non est medicabilis herbis! (Ovidio, *Her.*, 5, 149)”.

E termina por aí. Mas o comentário ao v. 1 da est. 39 do c. I nos mostra que o sintaticista tinha mais para nos dizer acerca dessa “partícula causal”:

“A particula causal *que* bem como a particula *nam* que lhe corresponde na significação e no emprego syntactico (e pela qual Macedo traduz neste lugar o *que* português) pode abrir um novo período grammatical. (S. Lencastre pensa erradamente que é a simples conjuncção subordinativa, subentendendo-se antes d’ella *dizia*. Só podia sê-lo, se o discurso fosse indirecto, como é, por exemplo, em VII, 64, 65).”

Acontece que esta extensa nota nos permite corrigir um salto que ocorre na *Sintaxe histórica* desde a 1ª ed. e que a 5ª ainda conserva. O § 385 b) não

pára no trecho por nós transcrito. Ele deve ser continuado pelas duas últimas linhas da página 277 e as duas da página seguinte, trecho que, por engano, aparece como pertencendo ao § 386, 3). Ei-lo integralmente:

“Emprega se (naturalmente Epifânio fala aqui da *partícula causal*) também adverbialmente em uma or. principal por meio da qual se desenvolve um facto de que se acabou de fazer uma leve indicação. (Substitue neste caso os advérbios latinos *nam* e *enim*)”.

Pelo comentário d’*Os Lusíadas* vê-se que o trecho acima é continuação natural do que vimos pertencer ao § 385, b), da *Sintaxe histórica*.

Embora o sintaticista, apesar da referência ao latim nos dois lugares, não cite Madvig, o mestre dinamarquês registrou o fato no § 435, Obs. 4ª da *Gramática latina*:

“Quando se junta uma explicação em nova oração, emprega-se *nam* ou *enim*, v. g. *Tres enim sunt causae*”.

23 — No § 402, a), Epifânio nos ensina:

“A uma or., em que se nega que uma acção principie (ou haja de principiar) a realizar-se, não é usual modernamente ligar-se uma or. de *até que*, e substitue-se *até que* por *enquanto não*:

Não louves até que proves (Prov.)”

No comentário ao v. 2 da est. 76 do c. III, o sintaticista acrescenta um dado importante quanto à frequência da construção no português de outras épocas:

“até que veja] = enquanto não vir; é construção usualíssima no português antigo”.

24 — No § 408 declara textualmente Epifânio:

“Não há em port. conjuncção da comparação hypothetica (como em latim *quasi*): substitue-se por *como se* (no port. arch. medio) *como que*”.

Essa lição da *Sintaxe histórica* está entre aquelas que foram redigidas antes da publicação d’*Os Lusíadas*, porquanto aí o notável mestre aponta e comenta algumas passagens onde Camões usou *quase* com valor de comparativa hipotética. Assim vejamos. Na est. 20 do c. III lemos:

Eis aqui, quase cume da cabeça

ao que anota Epifânio:

“quase] está em sentido comparativo (da mesma maneira que *como* em III, 17, 2), equivalendo a *por assim dizer* á semelhança do latim *quasi*”.

Comentando o v. 8 da est. 97 do c. VIII:

Do qual quasi afogada em pago morre,
ensina-nos Epifânio:

“quasi] = como que (quasi)”

Ainda em relação aos v. 5-6 da est. 92 do c. IV:

*Os montes de mais perto respondião,
Quasi movidos de alta piedade*

diz o mestre:

“Quasi] como em VIII, 97, 8”

Bastam estes exemplos que nos autorizam a modificar a lição de Epifânio da *Sintaxe histórica* com base no Epifânio d’ *Os Lusíadas*.

25 — No § 412 ensina-nos Epifânio que *outro* (= diferente) em correlação com *que* se documenta no port. arcaico médio. No comentário ao mesmo fato, que aparece na epopéia em III, 106, lembra que no latim ocorria o mesmo:

“*que* depois de *outro* (correspondendo a *quam* depois de *non alius, non aliter*) é desusado actualmente”.

26 — Na observação ao § 414, a), ensina Epifânio:

“O port. arch. medio emprega *segundo* em orações que servem de fundamentar a or. subordinante, no sentido de “como pode reconhecer-se, como é de esperar, como é bem de ver, etc., olhando a esta circunstancia.”

No comentário ao v. 4 da est. 105 do c. I da epopéia, o sintaticista repete *ipsis verbis* a lição acima (em vez de *port. arch. medio* aparece naturalmente *português antigo*) e prossegue:

“Neste lugar *segundo* foi o engano descoberto equivale a *como pôde reconhecer-se com o descobrimento do engano*”.

E depois de exemplos de outros passos d’ *Os Lusíadas*, de Castanheda e Barros, junta: “Corresponde ao $\omega\varsigma$ dos gregos, v. g. na *Iliada*, XI, 687-688 (v. a nota de Faesi-Franke a este lugar).”

27 — A redação do § 416 da *Sintaxe histórica*:

“Pode ligar-se com a prepos. *de* (= a respeito de) a um verbo sensitivo ou declarativo o nome da pessoa ou cousa, que tem de ser sujeito ou complemento da or. substantiva (de *que* ou infinitiva)”

acha-se mais bem explicita na nota ao v. 7 da est. 4 do c. I d’ *Os Lusíadas*:

“de vossas agoas]. Quando a um verbo declarativo ou sensitivo se liga uma oração substantiva, é vulgar nos escriptores antigos pôr na oração subordinante, precedido da preposição *de* (na accepção de “a respeito de”)

o nome da pessoa ou cousa a que se refere a acção do verbo da subordinada, v. g. De muitos santos lemos que o foram (na *Sintaxe* e na minha ed. de 1763, está “começarão a ser”) ainda no berço (Sousa, *Vida do Arceb.*, I, I). É a continuação de uma syntaxe que se encontra também em latim (v. Madvig *Gr. lat.* § 395, obs. 7^a). Com os verbos de *ordenar* é prática pouco usada”.⁷

28 — Reza o § 417 da *Sintaxe*:

“Aos verbos de *acontecer*, quando tem por sujeito uma or., o port. arch. medio, ás vezes, antepunha o adverbio *assim*, que servia de enunciar a or. substantiva.”

No comentário ao v. 7 da est. 50 do c. VII da epopéia registra-se o fato e se filia a construções latinas com *ita*:

“Assi] tem, como *ita*, sentido conclusivo (equivalendo a: assim que, d’este modo [i. é, tendo os paços no meio de arvoredos]); por isso não há-de pôr-se virgula, como, entre outros, faz A. Coelho, depois de *gente*.”

Uma lição completa do fato em latim registra-a Madvig, no § 395, Obs. 6 da *Gram. latina*:

“O conteúdo da oração infinitiva é ás vezes d’antemão annunciado brevemente por meio de um pronome neutro ou de *ita* ou *sic* (...)”.

Pela citação da *Gram. latina*, vê-se que se pode relacionar a missão enunciativa do advérbio à do pronome neutro, como ocorre nesta passagem d’ *Os Lusíadas*, que Epifânio anota com segurança, mas nem por isso o fato é contemplado na *Sintaxe histórica*:

“Eu o vi certamente – e não presumo
Que a vista me enganava –, levantar-se
No ar hum vaporzinho e sutil fumo,
E do vento trazido rodear” (*Lus.*, V, 19).

Eis o comentário do ilustre sintaticista:

“o] é pronome demonstrativo; annuncia as orações de *levantar-se* e *rodear-se*, ás quaes serve de apposto explicativo; corresponde a *illud* em: *Illud negare potes, te de re judicata judicasse* (Cic., v. Madvig, *Gr. lat.* § 395 Obs. 6).

Este é um exemplo dentre os numerosos fatos que, comentados e explicados em outras obras do Epifânio, não são contemplados na *Sintaxe histórica*. Mas isto é uma outra história que não pertence aos limites traçados para o presente artigo.

⁷ Também na *Sintaxe*, a seguir do trecho transcrito, se lê: “Com verbos d’outras categorias (v. g.: *ordenar*) é prática rara”.

29 — A redação do § 413 d):

“Aos verbos de *proibir* e *impedir* ligava-se, no port. arch. medio, uma or. (ou infinitivo) complementar com negação”

pode ser melhorada e completada pelo comentário ao v. 7 da est. 19 do c. II d’*Os Lusíadas*:

“As orações complementares dos verbos de *impedir* e *proibir* (quando afirmativos) eram postas frequentemente pelo português antigo em forma negativa (assim “estorvar que não chegasse” equivale a “estorvar que chegasse”). Esta prática, hoje antiquada, corresponde ao latim *impedire ne*”.

Na sua ed. do *Crisfal*, Epifânio volta ao assunto e aí acrescenta o exemplo do francês:

“Nas orações substantivas dependentes dos verbos de *proibir* o português antigo empregava uma negativa (como acontece em francês)” (p. 64).

Correia da Silva (*Ensaio sobre os latinismos dos Lusíadas*, 94-7) discorre sobre a possibilidade de ser o fato mais um latinismo sintático no poema. O assunto está a merecer um estudo mais pormenorizado, pois que é muito pouco, apesar de substancial, o que diz Meyer-Lübke no § 705 da sua sintaxe românica. Cf. Dag Norberg, *Beiträge zur spätlateinischen Syntax*, 113-5 e E. Gamillscheg, *Historische französische Syntax*, 762-4.

30 — No § 432 ensina-nos Epifânio:

“O povo diz: *não pode deixar de não ser*, em vez de *não pode deixar de ser*”.

Comentando os seguintes versos do poema:

“*Porém não tardou muito que voando*
Hum rumor não soasse (...) (IX, 9),

comenta:

“*não soasse*] A negativa, bem que contraria ao rigor logico, é vulgar na conversação”.

Vê-se, portanto, que a lição da *Sintaxe histórica* pode ir mais além que a referência ao giro popular.

31 — No § 480 Epifânio apenas assinala:

“Caso particular de atracção é a assimilação de modos (e tempos) que se encontra, por exemplo, em (...)”

E cita as passagens d’*Os Lusíadas* VI, 55 e VII, 33, sem maiores explicações para seu leitor, salvo a de que, no primeiro caso, *não for vale por não seja*.

Entretanto, no comentário ao segundo exemplo extraído do poema, o sintaticista dá informação mais cabal que poderia ser aproveitada na *Sintaxe histórica*:

“Porem como a esta terra então viessem
De lá do seio Arabico outras gentes
Que o culto Mahometico trouxessem”,

explica o autor:

“Que... trouxessem] O verbo da oração subordinada *trouxessem* foi para o modo e tempo do verbo da oração subordinante *viessem*. Esta irregularidade denomina-se *assimilação de modos*, e, em geral, só se dá quando, mudada a fôrma da phrase, a oração subordinada se pode ligar copulativamente á subordinante (*viessem* e *trouxessem*) ou quando as duas orações se podem contrahir em uma só, como acontece em VI, 55, e neste passo: “quando acontecer e for achado que algum mercador vender [por: venda] pano...” (doc. Do sec. XV no *Archeol. Port.* VI. pag. 9, onde poderia dizer-se simplesmente “quando por ventura algum mercador vender pano...” No *Livro da marinharia* publicado e anotado pelo General Brito Rebello até se encontra “... sendo caso que a linha for...” (pág. 31).

*
* *

Paramos por aqui, numa pequena amostra, para não cansar o leitor benévolo. Mas não queremos, ao fazê-lo, perder a oportunidade de renovar a importância que assume a *Sintaxe histórica* para os estudos de nossa língua, e reclamar da benemérita Livraria Clássica Editora de Lisboa que, num futuro próximo, se empenhe em nos oferecer a edição crítica que prestará a Epifânio Dias a homenagem que Portugal está a dever a seu sábio professor.

FUNDAMENTOS LINGÜÍSTICOS E PEDAGÓGICOS PARA UM ENSINO ABRANGENTE E PRODUTIVO DA LÍNGUA MATERNA

Carlos Eduardo Falcão Uchôa
(UFF)

1. O ensino da Língua Portuguesa é tema de inestimável relevância pelo valor que sabidamente apresenta para a formação intelectual e o exercício da vida social dos estudantes, já que não se ignora que a língua, enquanto forma de conhecer e enquanto modo de comunicar, é o instrumento essencial para o desenvolvimento de todo cidadão, como ser cognoscente e como ser social.

Trata-se também de um tema muito recorrente entre estudiosos do campo lingüístico, gerando, nos últimos anos, debates acadêmicos constantes, às vezes acalorados, em razão sobretudo, creio, de posicionamentos ideológicos distintos ante o objeto lingüístico e o ensino deste objeto, que se refletem em orientações pedagógicas distintas.

Mas, apesar do interesse que o tema vem despertando em vários pesquisadores brasileiros e da já expressiva literatura produzida entre nós a respeito da relação da Lingüística com o ensino do Português, é importante ressaltar ser praticamente consensual, nos meios acadêmicos e educacionais, que o ensino de língua materna não vem alcançando, ao longo dos níveis fundamental e médio do processo escolar, a sua finalidade básica de habilitar os educandos à condição de leitores e produtores textuais proficientes.

2. Reitero, sempre que posso, como reflexão inicial sobre o ensino de língua, que a Lingüística não pode ser considerada panacéia de tal ensino, como alguns lingüistas parece acreditar, graças ao notório prestígio acadêmico alcançado por essa ciência. Na verdade, se uma formação lingüística adequada é imprescindível ao ensino de uma língua, como adiante se evidenciará, é também certo que a crítica que se faça ao ensino do Português não pode ser desvinculada da realidade de um país que vive, há algum tempo, mergulhado em grave crise política, social, econômica, ética, educacional, com inevitáveis e

incontornáveis repercussões em seu sistema escolar. Assim, não se pode restringir tal crítica aos campos científico e pedagógico, o que revelaria visão simplista e ingênua da realidade brasileira. Ressente-se, com efeito, o nosso ensino fundamental e médio da superação de problemas que transcendem o espaço da sala de aula, superação que exige medidas complexas que dependem sobretudo de uma verdadeira revolução na política brasileira, através da qual se passasse de fato a valorizar a educação em nosso país e, pois, a qualificação do magistério. Não vai mal o ensino do Português. Vai mal antes a escola, o ensino em geral, a sociedade, o Estado brasileiro.

3. A crítica ao ensino de língua se faz evidentemente necessária, imprescindível, para se ter uma visão refletida do que se passa mais recorrentemente nele. A atividade crítica visa a acionar muitas vezes crises que propiciem mudanças. É claro que a crítica ao ensino do Português sempre se deu. Assim, em 1939, Rubens do Amaral se pronunciava, de maneira ainda atual, sobre os maus resultados de se ensinar a gramática pela gramática:

... os professores de português procedem exatamente como um pai tonto, que, devendo mandar o filho para o Rio ou S. Paulo, comprasse uma planta dessas cidades e se pusesse a ensiná-la ao rapaz. O rapaz teria que decorar a localização de todas as praças das metrópoles, nelas situando os principais edifícios públicos, as estações ferroviárias, as casas comerciais, as linhas de bondes e ônibus, as ladeiras e os morros, os mil e um acidentes naturais e artificiais. Ao cabo de cinco, sete anos, o rapaz nada saberia do Rio ou de S. Paulo. Mas, em poucas semanas de passeio, observando e anotando, poderia ser um guia em qualquer das cidades. A gramática é a planta da língua, boa para uma consulta, imprestável para transmitir o seu conhecimento. E os moços brasileiros, em vez de estudar a língua, estão sendo forçados a encaixar no cérebro a planta que os martiriza e que odeiam!¹

4. Mas foi a partir dos anos 70 entre nós que, com seus fundamentos, a Lingüística passou a contribuir expressivamente com pesquisas sobre o ensino do Português, abrindo caminhos para uma melhor compreensão e explicação do seu baixo rendimento e propondo sugestões ou alternativas que sinalizavam para uma atividade pedagógica mais eficiente, ultrapassando a longa fase concentrada na lamentação ou na denúncia inconsequente em relação a um ensino pouco ou nada produtivo. É sempre profundamente desestimulante só levantar

¹ In: *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 2: 1920/1945: fontes para a teoria e a história. Seleção e apresentação de Edith Pimentel Pinto. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 418.

problemas sem indicar soluções. Ao assumir um referencial teórico próprio e pertinente (o da Lingüística) é que o ensino do Português ganha estatuto próprio, torna-se uma linha de pesquisa. Hoje a produção na área de Lingüística e ensino do Português conta com um elenco significativo de artigos, obras, revistas, além de inúmeras dissertações e teses de diversos programas de pós-graduação do país. Trabalhos com orientações teóricas e metodológicas diversas voltados para conteúdos específicos do ensino da língua: leitura, produção textual, gramática, variação lingüística... Muitos desses trabalhos são publicações bem divulgadas, textos que fundamentam a prática do ensino da língua no trabalho de interpretação de resultados alcançados pela ciência considerados pertinentes à pedagogia da língua.

No entanto, apesar de toda esta literatura existente, intermediária entre os estudos superiores de Lingüística e Língua Portuguesa e o ensino/aprendizagem da língua nos níveis fundamental e médio, é ponto de vista consensual, como já enfatizei, que o ensino de Português continua se mostrando improdutivo, pouco contribuindo para a formação de leitores e produtores textuais competentes.

Inúmeros estudiosos, ao reconhecerem que a contribuição da Lingüística ao ensino do Português não tem tido até hoje um alcance maior, sinalizam, em seus comentários críticos, para uma causa pedagógica central: a falta justamente de uma fundamentação lingüística sedimentada e pertinente que possibilite ao professor (e aos autores de livros didáticos em geral) posicionar-se consistentemente ante o objeto do seu ensino e o ensino deste objeto. Na verdade, um ensino que parece ter ainda como objetivo central dotar os alunos da capacidade de classificar unidades e funções gramaticais; um ensino que freqüentemente continua a limitar a gramática a um instrumento do ensino normativo, reservada especial atenção aos “erros” a serem evitados; um ensino que, ignorando a função interlocutiva da linguagem, faz da produção textual uma atividade reduzida à estratégia de preenchimento de um espaço em branco, com a escola fornecendo truques formais para se alcançar tal intento (mesmo em relação ao vestibular); um ensino, enfim, que faz da atividade de leitura uma reprodução quase mecânica de idéias captadas nos textos, numa atividade inteiramente acrítica; este ensino evidencia carecer de fundamentos lingüísticos básicos que lhe assegurem respaldo científico.

5. A reconhecida então falta de fundamentação lingüística de boa parte do professorado de língua materna vincula-se ao problema da formação do professor de língua, que, por sua vez, nos faz refletir sobre como a Universidade vem desempenhando a sua função de formar professores de Português.

Julgo muito restrito o espaço destinado, nos Cursos de Letras, à reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem de língua materna, que longe está

de propiciar a desejada interação da pesquisa lingüística com práticas a serem desenvolvidas na sala da aula. Salomão (1997:153) corrobora minha avaliação em texto incisivo que acolho:

De fato, nos cursos de Letras em que se ensina –Lingüística – para – valer, a tendência geral é “ensinar lingüística para que o aluno venha a saber lingüística”, não para que ele se capacite para pensar sobre pedagogias da linguagem!.

Se esta é a realidade – e temos fortes razões empíricas para pleitear que seja assim – não “há mudança de programa”, “reforma curricular” ou “curso de reciclagem” que dêem conta: o professor, já na sua formação, apresenta-se desequipado para produzir o almejado *saneamento* do ensino da linguagem.²

Não é sem razão, pois, que, uma vez formados, tantos professores têm retornado à universidade, em busca de atualização, ressentindo-se, confessadamente, de lhes faltarem fundamentos teóricos pertinentes às suas preocupações com o ensino e também condições metodológicas de mediar entre tais fundamentos e sua prática pedagógica. Mesmo tendo estudado Lingüística na Universidade, o professor de língua tem sua formação científica seriamente afetada, que lhe é tão indispensável como a que se exige de um professor de química ou de psicologia. É profundamente constrangedor ouvir um professor de Português opinar sobre assuntos lingüísticos correntes como um leigo, através, por exemplo, de julgamentos metalingüísticos como “o português é mesmo uma língua complexa e de aquisição difícil.”

Bortoni-Ricardo (1998:64) assim finaliza um texto em que discute o lugar da Lingüística no currículo de Letras:

Entendo que esta diversidade de posições teóricas é enriquecedora para o debate acadêmico, *mas a implementação de uma política de ensino, que possa ser transferida com êxito para o professor que trabalha nos níveis fundamental e médio, requer maior consenso e definição mais precisa dos pressupostos e de métodos. A Lingüística brasileira está a dever isto à nação.* Desejo concluir, então, propondo que a ABRALIN (Associação Brasileira de Lingüística) organize um grupo de estudos composto de especialistas das diversas áreas de Lingüística, que se dedique a avaliar as tarefas da Lingüística no Brasil na transição para o próximo milênio *e que recomende uma política de ensino da disciplina nos cursos de Letras visando à formação adequada dos professores que atuam nos diversos níveis de ensino (...)*³ (grifei).

² SALOMÃO, Maria Margarida Martins, Lingüística e ensino de Português. In: *Língua e linguagem em questão*. Organizadora: Maria Teresa G. Pereira. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 1997.

³ BORTONI – Ricardo, Stella Maris. Currículo mínimo na área de Letras: o lugar da Lingüística. In: *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 22, 1998.

Na verdade, a Lingüística, como disciplina do curso de licenciatura em Letras, não visa a formar lingüistas – função dos programas de pós-graduação na área de Lingüística – mas a garantir uma compreensão abrangente do fenômeno lingüístico e a formação de professores como agentes de mudança do ensino de línguas. Não se refuta que a Universidade transmita fundamentos lingüísticos, mas isto não significa, necessariamente, que os professores alcancem uma formação lingüística adequada, que os tornem aptos ao ensino de uma língua. Por isso mesmo vejo como limitada ainda a influência efetiva da Lingüística no contexto do ensino de Português no Brasil.

Concordo, assim, com o parágrafo conclusivo de um artigo de Marcuschi (1998:59) a propósito do lugar, ou da função, da Lingüística na área de Letras.

Certamente o melhor currículo de Lingüística será aquele que possibilitará o aluno de Letras a situar-se criticamente diante de sua atividade profissional, seja ela no ensino básico ou universitário nas questões relativas aos fatos da língua.⁴

Tenho acumulado, nestes últimos anos, depoimentos expressivos de inúmeros professores de língua materna a respeito de continuarem atrelados ao livro didático (com todas as suas deficiências) por não se sentirem capacitados a imprimir uma nova orientação ao ensino da produção textual ou da leitura, ou que, ansiosos por adotarem “um ensino moderno” em suas aulas, transformam os próprios postulados da ciência nos conteúdos programáticos das aulas de Português, desconhecendo assim os limites de uma área (a da ciência) e de outra (a do ensino de língua). Tal distinção reflete uma realidade político-ideológica do nosso ensino universitário: a valorização da “ciência pela ciência” em detrimento, nos cursos de licenciatura, da “tarefa de formar professores, (...) tratada como *objeto secundário*; tal conjuntura, com certeza, reproduz a falta de prestígio do profissional professor na sociedade” (Salomão, 1997:152). Falta de prestígio, acréscimo, endossada pelo próprio professor universitário, para o qual “dar aula na graduação não é mais que infortúnio a ser evitado”. (id. *ibid.*)

Colocar os resultados da ciência ao alcance do professor de língua, levando-o a refletir sobre a viabilidade ou não de adoção deles à sua prática pedagógica, apresenta-se como tarefa básica em um curso de licenciatura na área denominada tradicionalmente de Letras. Este me parece o caminho indicado para convergir teoria e prática, pesquisa e ensino, vale dizer, o caminho indicado para a desejada formação científica dos professores de língua, com a

⁴ MARCUSCHI, Luiz Antônio. Currículo mínimo na área de Letras: o lugar da Lingüística. In: *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 22, 1998.

qual, mais seguros em sua função, passarão certamente a direcionar sua atividade profissional para um ensino de que possa esperar-se um aproveitamento mais satisfatório concernente à compreensão e produção textual, sacudindo-lhes de uma rotina de que eles muitas vezes não sabem sair.

Este artigo procura, dentro da visão de seu autor, contribuir com uma orientação de ensino assentada numa mediação exequível entre fundamentos lingüísticos e prática pedagógica. Irei valer-me de alguns conceitos centrais do ideário lingüístico de Eugenio Coseriu, procurando salientar a consistência e o alcance deles e a inestimável validade de sua adoção para um redirecionamento do ensino.

6. A primeira grande contribuição do ideário lingüístico de Coseriu a ser aqui considerada, por sua extrema relevância para uma compreensão abrangente do objeto e do objetivo do ensino de língua materna, diz respeito ao conceito amplo por ele firmado de competência lingüística. O lingüista romeno evidencia que o falar, ou seja, o saber prático de que os falantes fazem uso, em sua atividade significativa e comunicativa, não se reduz apenas ao conhecimento das regras de uma língua determinada, mas comporta três níveis de conhecimento, manifestados sempre em cada ato de fala: um nível universal, um nível histórico e um nível individual. “A linguagem é uma atividade humana *universal* que se realiza *individualmente*, mas sempre segundo técnicas *historicamente* determinadas (“línguas”)⁵, lembra Coseriu, justificando os três níveis depreendidos.

O nível universal corresponde ao saber elocucional, ou competência lingüística geral: é o saber falar em geral, o saber falar segundo os princípios que se aplicam normalmente a todas as línguas, independente de como estejam estruturadas. É o falar de acordo com os princípios universais do pensamento e com o conhecimento geral que o homem tem das coisas do mundo.

O nível histórico corresponde ao saber idiomático, ou competência lingüística particular: é o saber falar uma língua determinada, ter o domínio das regras que permitem a produção e compreensão de textos nesta língua.

O nível individual, por fim, corresponde ao saber expressivo, ou competência textual: é o saber estruturar textos em situações comunicativas determinadas, consoante os fatores gerais do falar: o falante, o destinatário, o objeto de que se fala e a situação.

6.1 Estes três níveis do saber lingüístico vão comportar diferentes tipos de juízo sobre o falar ou o desempenho lingüístico dos outros. Ilustremos, valendonos de exemplos que propiciam juízos negativos sobre os três níveis do falar.

⁵ *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980, p.91

Na frase, colhida em um jornal, *Há uma grande diferença entre os candidatos à matrícula e as vagas na escola*, há uma evidente desconexão semântica entre *candidatos* e *vagas*; a diferença a que se quer aludir na frase é entre o número de candidatos e o de vagas. Esta falta de correlação semântica desrespeita uma norma do saber elocucional, do falar em geral, por traduzir desobediência a um princípio universal do pensar. Não se trata, pois, aqui de um problema relativo ao uso da língua portuguesa, que revele seu desconhecimento. A não conformidade com o saber elocucional corresponde ao juízo de incongruente. Do mesmo modo na afirmação *Os afluentes do rio Amazonas pela esquerda são os mesmos que pela direita* o falante não desobedece as regras próprias do português, mas manifesta um dizer incongruente em qualquer língua, por incorrer em equívoco no tocante ao conhecimento acerca do mundo.

Já na construção *encontrarei-o*, ocorrente às vezes em textos do ensino médio e mesmo do ensino superior, há o emprego de colocação pronominal que não está de acordo com as regras do português (saber idiomático) em qualquer de suas variedades atuais. Trata-se, na verdade, aqui de uma estrutura que não se reporta a nenhuma norma constituída da língua, empregada pelos alunos por dominarem ainda mal o português em seu uso escrito formal, que é a variedade que eles pretendem adotar geralmente em seus textos. A não conformidade com o saber idiomático corresponde ao juízo de incorreto. A incorreção não se aplica evidentemente à língua, mas ao falante ao usar a língua, ao não saber se valer de suas regras. Todo falar tem sua própria correção na medida em que corresponde ou pretende corresponder à tradição de uma língua histórica, ou aos modos de falar que se podem distinguir neste língua. Assim, em *as moça bonita*, a construção se apresenta como correta na fala de certo segmento social, por corresponder a um uso próprio, habitual, do modo de falar das pessoas deste segmento; esta mesma construção já será incorreta na fala de outro segmento social, por se realizar um uso idiomático distinto (*as moças bonitas*) por parte das pessoas pertencentes a este segundo segmento. Como salienta Coseriu (1990:50): “Así como es posible incurrir en incorrecciones al hablar la lengua ejemplar, también es posible hablar incorrectamente un dialecto o una forma de la lengua común”.⁶

Por fim, uma frase como *Soube que sua mãe esticou as canelas*, dirigida por alguém a um amigo, não encerra nenhuma incorreção idiomática, mas contém uma expressão em que o destinatário e o objeto a que se reporta a fala tornam a frase construída inadequada. A não conformidade com o saber expressivo ou textual corresponde justamente ao juízo de inadequado. De igual modo, em *far-se-á o possível* se terá uma construção inadequada, se utilizada em uma situação marcada pela informalidade.

⁶ El español de América y la unidad del idioma. Separata del I Simposio de Filología Iberoamericana. Sevilla, 26 al 30 de marzo de 1990.

O conceito amplo de competência lingüística firmado por Coseriu torna clara a complexidade do saber falar, que não se reduz, como se mostrou, ao saber uma língua. Com efeito, todo ato de fala realiza e manifesta simultaneamente, sempre por meio da utilização da língua, os três tipos de saber lingüístico focalizados.

6.2 Considerado, então, o falar, ou competência lingüística, nestes três níveis, fica mais consistentemente delimitado o objeto do ensino de língua materna; o seu estudo enquanto saber elocucional, saber idiomático e saber expressivo. Em decorrência, firma-se também com mais precisão o objetivo do ensino da língua: levar o aluno a alcançar a suficiência, a maior conformidade possível com as normas concernentes a cada um dos três níveis do falar. Exige-se, assim, que os professores de Português sejam professores de linguagem, não somente de língua, já que, além da meta de capacitarem os alunos ao domínio reflexivo do saber idiomático, devem também se preocupar com a prática dos saberes elocucional e expressivo dos seus educandos, estimulando-os a saber ordenar as idéias, a conhecer o mundo e a conviver com situações discursivas diversas. Configura-se, deste modo, um ensino de língua materna orientado para uma educação lingüística abrangente.

6.3 O ensino de Português, entretanto, não leva em conta, a não ser ocasionalmente e, assim mesmo, sem maior consciência do problema, a existência dos três níveis do saber lingüístico, revelando em geral desconhecer a distinção, tão necessária para avaliação da competência lingüística, entre os juízos de congruência, correção e adequação. Há alguns anos procuram alguns livros didáticos e professores diferenciar correção de adequação, mas de maneira equivocada, por entenderem restritivamente por correção o uso em obediência estrita à língua padrão, ignorando assim, com tal posicionamento, que todo modo de falar tem, como já disse, a sua correção intrínseca, enquanto norma do falar de um grupo.

O ensino de Português se mostra então redutor em termos de uma educação lingüística que propicie um maior desenvolvimento da competência verbal dos alunos. Limita-se, com mais freqüência, ao ensino da língua (saber idiomático), direcionado mais habitualmente apenas para a língua padrão, quando não se atém, num posicionamento de todo equivocado, ao conhecimento de uma nomenclatura (saber sobre a língua) para classificar fatos de uma variedade que se supõem precocemente identificados pelos alunos. Com esta orientação de ensino, a correção idiomática fica sendo o único tipo de juízo do falar que se leva em conta, identificada então com o português padrão numa orientação duplamente perturbadora para o ensino, pois não só se confunde correção, que é um juízo, com português padrão, que é um uso da língua, ideal lingüístico da comunidade, mas também se considera o português padrão como única pauta de correção do falar a língua. Por isso avaliar

um texto escrito na escola tem sido quase sempre avaliar se as concordâncias, regências, flexões... estão de acordo com a norma culta. Avaliação que pode induzir a identificar produção textual e português padrão.

6.4 Um exame de numerosos textos produzidos por alunos dos níveis fundamental, médio e mesmo superior levou-nos à constatação de serem muito frequentes e graves os problemas que dizem respeito ao saber pensar e ao conhecimento das “coisas” do mundo de que se fala, ou seja, ao saber elocucional. Noções confusas, incoerências, repetições não intencionais, lugares-comuns são alguns dos problemas concernentes à competência lingüística geral; não são problemas relativos ao uso da língua portuguesa; trata-se de incongruências, que seriam incongruências em qualquer língua. Já Garcia (1967:291) afirmava: “A experiência nos ensina que as falhas mais graves das redações dos nossos colegiais resultam menos das incorreções gramaticais do que da falta de idéias ou da sua má concatenação.”⁷

Da mesma maneira são também muito frequentes os textos escolares com problemas vários concernentes ao saber expressivo. Um dos mais ocorrentes é conviverem, num mesmo texto, construções mais de língua escrita com outras típicas da língua oral mais espontânea. O ensino deve estar atento ao *continuum* língua oral e escrita, de forma a minimizar as interferências daquela nesta, explicitando, de forma sistemática, as diferenças entre os processos de falar e de escrever, ou entre condições de produção do texto falado e do escrito. Se o ensino da língua escrita é da competência da escola, não deve deixar ela de atender também ao ensino da língua oral, não só por continuar sendo a modalidade lingüística predominante durante a vida inteira dos alunos, como também por ser ela o referencial dos alunos no processo de aquisição da escrita. Professores e livros didáticos confundem atividades em que se usa a oralidade – leitura de textos em voz alta, recitação de poemas, dramatizações, na verdade, atividades de oralização da escrita – com atividades em que a língua falada, através de diferentes dialetos, níveis e estilos de língua, efetivamente se realiza. Em suma, a produção falada real normalmente não é objeto de observação e sistematização por parte da escola. Ressalte-se “que não se trata de transformar a fala num tipo de conteúdo autônomo no ensino de língua: ela tem de ser vista integralmente e na relação com a escrita”.⁸

⁷ GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967.

⁸ Sobre a função da oralidade no ensino de língua materna, com sugestões muito pertinentes de como viabilizá-la, recomendo especialmente a leitura do lúcido artigo de Luiz Antônio Marcuschi “Concepção de língua falada nos manuais de Português de 1º e 2º graus: uma visão crítica.” In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas: UNICAMP/IEL, 30: 39-79, jul/dez 1997.

Os professores de qualquer matéria deveriam contribuir para um ensino de língua materna abrangente como aqui se propõe, sendo também professores de linguagem, preocupados com a expressão lingüística de seus alunos. Muitas vezes, estou certo, percebem alguns problemas nos textos escolares, sobretudo os elocucionais, mas não tratam de tais deficiências, se o conteúdo específico de sua disciplina está aceitável, uma vez que entendem que o cuidado com a expressão lingüística é função do professor de língua, e este, por sua vez, limita com frequência sua tarefa ao saber idiomático, como se viu.⁹

6.5 No nível da língua, do saber idiomático, o ensino de Português tem certamente uma contribuição muito mais relevante e produtiva a dar do que em geral se pode constatar em nossas escolas dos níveis fundamental e médio.

Um aspecto importante a ser focalizado diz respeito à variedade lingüística manifestada no falar uma língua. A educação não pode fomentar preconceitos; a educação lingüística, que visa a desenvolver a capacidade verbal do falante, não pode fomentar preconceitos lingüísticos. Ao contrário, deve contribuir para reforçar nos alunos a sensibilidade para diferentes variedades da língua (geográficas, sociais e situacionais), concientizando-os da existência delas (integram o saber idiomático) e do seu prestígio social relativo.

O problema da variação lingüística vem levantando muitas indagações e controvérsias no ensino atual de Português, apesar de vários e úteis trabalhos de orientação pedagógica que têm surgido entre nós, mas pouco conhecidos em geral do professorado. Não obstante tudo o que tem sido dito pela Lingüística, e os avanços particularmente da Sociolingüística, convivem atualmente em nosso ensino uma forte tradição repressora, dialetofágica, cuja superação continua a ser um desafio para o professor de Português – haja vista inúmeras séries didáticas que, apesar de falarem em variedade de usos lingüísticos, deixam não raro transparecer o preconceito quanto aos usos não cultos – e uma tendência, igualmente redutora de encarar o fenômeno da variação, ao identificar o juízo de correto com o que é usual. Modos de dizer usuais nem sempre serão corretos ou adequados. Em *nós foi passear* tem-se uma forma correta, usual na fala popular, mas incorreta em textos correspondentes à língua padrão, por revelar desconhecimento desta; já *a gente hoje vai discutir* é construção usual, corrente no dia-a-dia mesmo de pessoas escolarizadas, mas não adequada a textos mais formais.

Coseriu (1989:34) pondera com razão quanto ao objeto do ensino do saber idiomático:

⁹ COSERIU, Eugenio. Sobre la enseñanza del idioma nacional: problemas, propuestas y perspectivas. In: *Philologia*, II, Salamanca, 1989, p.35.

a) Aquello que los alumnos simplemente no saben; b) aquello que sólo saben de manera intuitiva y que hay que llevar al plano de la reflexividad. Y la finalidad de la enseñanza debe ser el manejo reflexivo, por parte de los alumnos, tanto de lo ya sabido como de lo aprendido.

E, parágrafos adiante, enfatiza (1989: 36):

El objetivo de la enseñanza idiomática no es que los alumnos se conviertan en lingüistas y gramáticos, sin que adquieran conocimiento reflexivo y fundado de las estructuras y posibilidades de su lengua y lleguen a manejarlas de manera creativa.

Não se trata de ensinar, fique claro, o que os alunos já dominam no seu falar (a língua oral informal do seu grupo social), mas de levá-los a refletir, também, sobre o seu uso lingüístico. Com tal procedimento se estará abrindo caminho para o cotejo de variedades, iniciando deste modo os alunos na observação atenta e prática consciente da variação lingüística, o que certamente os estimulará na produção de textos adequados e, pois, criativos¹⁰ a situações diversas, desenvolvendo assim o seu saber expressivo.

No campo da variação lingüística, é imprescindível caracterizar com precisão a função da língua padrão (língua exemplar para Coseriu) para poder o professor se posicionar com segurança ante a importância do seu ensino. Na verdade, o “status” de língua padrão é dado a uma variedade lingüística pela função que compete a ela desempenhar e que desempenha: fator de unidade nacional e expressão dos conteúdos de maior prestígio cultural na sociedade – língua da administração, da ciência, da tecnologia, da crítica, da justiça... Pelo seu “status” então de língua padrão ou exemplar seu domínio é instrumento de ascensão social, por isso mesmo utilizada pelo segmento mais culto da comunidade. Como salienta Coseriu (1990:59), embora a língua padrão não apresente necessariamente vantagens estruturais intrínsecas com respeito a outros modos de falar, não há como negar que ela apresenta maiores possibilidades expressivas do que os usos locais:

No cabe equiparar la autosuficiencia estructural y funcional de todo “dialecto”, en el ámbito que le corresponde, con el caudal de posibilidades expresivas que se exige a una lengua ejemplar.

¹⁰ Sobre o conceito de *criatividade*, valho-me aqui do proposto por Carlos Franchi em seu esclarecedor artigo *Criatividade e Gramática*, publicado em *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas: UNICAMP/ IEL, nº 9, 1º semestre de 1987.

É preciso, porém, ampliar a concepção de criatividade. Ela não pode limitar-se ao comportamento original, à inspiração e ao desvio. Há muita criatividade na loucura e na esquizofrenia, mas também se cria quando se seguem regras históricas e sociais como as regras de linguagem. Há criação nas manifestações individuais e divergentes, mas também no esforço coletivo, comunicado, no diálogo com os outros que garante o exercício significativo da linguagem (p.43)

A escola não pode deixar, assim, de ter como compromisso fundamental contribuir para o domínio do português padrão atual, indispensável para uma participação plena na vida comunitária. Discutir como orientar tal ensino extrapola o intento deste artigo.

Por fim, é preciso ainda ressaltar, no campo da variação lingüística, uma última dimensão do saber idiomático, absolutamente necessária quando se almeja um ensino abrangente da língua:

A dimensão desse saber idiomático não se restringe aos atos lingüísticos de um momento determinado (dimensão sincrônica), mas alcança os atos não mais usados nesse momento (dimensão diacrônica), o que permite que o falante possa afirmar coisas do tipo: “Isso não se diz mais” ou “Hoje preferimos dizer de outra maneira”, ou “Isso pertence à linguagem antiga”, ou, ainda, “Só os idosos dizem assim”, o que patenteia que o falante conhece mais de uma sincronia. (Bechara, 1997:41)¹¹

Concluindo estas reflexões sobre a variação lingüística, lembremos que, se aprender uma língua é aprender novos modos ou estratégias de dizer, a observação atenta das variedades lingüísticas é tarefa relevante no ensino de língua materna.

6.6 Ainda no nível do saber idiomático, é útil lembrar a importância que tem para o ensino o que Coseriu chama de discurso repetido, que se opõe à técnica livre do discurso. O discurso repetido compreende tudo o que, na fala de uma comunidade, se repete tal e qual, como discurso já produzido ou combinação mais ou menos fixa, como fragmento, longo ou curto, do “já falado” (Coseriu, 1980: 107). Abrange o domínio de refrões, provérbios, frases feitas, pertencentes a variedades lingüísticas diversas (dialetos, níveis e estilos de língua), contribuindo o seu domínio para alargar o universo lingüístico e cultural dos alunos. Assim, se em *mão enrugada* ou *mão manchada* temos a técnica livre do discurso em *mão de ferro*, *mão dupla*, *mão única*, *mão boba*, *abrir mão de*, *com a mão na massa*, *dar a mão a palmatória*, etc já temos exemplos de discurso repetido.

6.7 Por fim, mas não menos importante para uma orientação de ensino que se fundamente num conceito amplo de competência lingüística, cabe lembrar a certamente mais conhecida distinção de teoria lingüística de Coseriu entre sistema, norma e fala. O sistema (técnica virtual), do ponto de vista que aqui nos interessa, corresponde ao conjunto de possibilidades de que se pode valer o falante para se expressar em uma dada língua; já a norma (técnica

¹¹ BECHARA, Evanildo. Sobre uma gramática padrão de língua portuguesa In: *Língua e linguagem em questão*. Org. Maria Teresa G. Pereira. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 1997, p.41.

virtual ainda) vem a ser aquilo que se diz habitualmente numa comunidade, um modelo de agir verbal de um grupo social; a fala é técnica realizada, o falar concreto. Assim, em português, os nomes terminados em *-ão* podem fazer o plural em *-ões*, *-ãos* e *-ães*. Dessas possibilidades oferecidas pelo sistema, tem-se o plural *balões*, mas *irmãos* ou *cães* (correspondentes, então, a normas distintas). É o sistema, na sua condição de saber criativo, que irá permitir ao falante desrespeitar a norma, o fixado pelo uso. De modo que saber uma língua pressupõe a compreensão e produção de termos criados com base nos recursos lingüísticos disponíveis no sistema. Lembremo-nos do *imexível* empregado por um ex-ministro do Trabalho. À época a forma causou estranheza pelo seu inusitado, mas sua formação não é absolutamente estranha à língua enquanto sistema (cf: *i – leg – ível*).

Graças a ampliações ou mesmo violações da norma é que a expressividade lingüística se torna altamente elaborada na criação estética. Assim, saber português não é só saber o que se diz, mas saber também o que possa ser dito. Para leitura de textos literários é especialmente importante este aspecto da competência lingüística.

7. Creio a esta altura já ter evidenciado a relevância da fundamentação lingüística para um redirecionamento do ensino da língua, atendo-me apenas a um conceito amplo de competência lingüística.

Julgo, reiterando, que a causa de natureza pedagógica que mais tem contribuído para um ensino consensualmente deficiente da língua materna entre nós diz respeito justamente ao preparo precário de boa parte do professorado, penalizado com um curso de licenciatura em que a preocupação com a tarefa de formar professores é tratada como objeto secundário.

... os currículos e programas dos Cursos de Letras se acham dissociados dos objetivos e conteúdos do ensino de 1º e 2º graus, para o qual formam o professor de português. Este, aliás, parece ser um objetivo nem sempre bastante claro e definido nos Cursos de Letras. Daí resulta a inadequação dos currículos e programas à formação do futuro professor de Literatura Brasileira e de Língua Portuguesa, cabendo, portanto, a esses cursos, uma parcela na responsabilidade pelo fracasso do ensino de português nas escolas de 1º e 2º graus.¹²

¹² Grupo de Trabalho, Portaria nº 18/76, coordenado por Celso Ferreira da Cunha, para apresentar “sugestões objetivando o aperfeiçoamento do ensino de Português (...) nos níveis de 1º e 2º graus, e do ensino de Língua Portuguesa em nível superior. In: *Littera*. Rio de Janeiro: Grifo, nº 15, Janeiro-junho 1978, p.170.

Conhecida a realidade de serem os livros didáticos os instrumentos referenciais praticamente únicos do professorado em sua prática pedagógica, a falta de qualificação acadêmica dos autores da maioria das coleções didáticas é fator pedagógico também que colabora para um ensino de linguagem improdutivo. É simplesmente estarrecedora a situação retratada, por exemplo, em documento elaborado pelo MEC/FAE (1994) na avaliação de séries didáticas de 1ª a 4ª série, com base nas dez coleções mais solicitadas pelos professores à FAE. Evidentemente que as deficiências do professorado são sempre mais graves do que as do material pedagógico.

Um outro fator agravante, como já se salientou, para um melhor rendimento do ensino de língua materna, está na falta de conscientização dos professores de outras disciplinas de que eles são também professores de linguagem.

Finalizando, quero enfatizar que é com uma orientação de ensino fundamentada que podemos ficar mais próximos do ideal a ser alcançado com a contribuição da escola: a formação de leitores e produtores textuais autônomos. Só assim, penso, os nossos educandos terão condições de vir a participar de maneira mais efetiva, ampla, consciente, crítica e criativa da sociedade em que vivem.

O RENASCIMENTO E AS LÍNGUAS VERNÁCULAS

Castelar de Carvalho

1 – O que foi o Renascimento

Foi um período de extraordinária renovação estética, científica e filosófica, ocorrido na Europa, entre os séculos XIV e XVI.

Havendo começado inicialmente na literatura, na Itália da primeira metade do século XIV, o Renascimento irradiou-se depois para as artes plásticas, a partir do século XV. Alcançou também a ciência e a filosofia.

O termo *Renaissance* surgiu originalmente na França, no século XIX, para definir a grande revivescência das artes em geral, sob a influência dos modelos da Antiguidade Clássica greco-romana, a partir da Itália, entre o penúltimo século da Idade Média e o começo da Idade Moderna.

Costuma-se situar historicamente o início da Idade Moderna tomando-se como referência a queda de Constantinopla, em 1453, ou o descobrimento da América, em 1492. Ao teocentrismo medieval (afirmação do poder da Igreja, subordinação do homem à autoridade clerical) contrapõe-se o antropocentrismo da Idade Moderna (afirmação do homem como ser racional e livre), consubstanciado nos valores de independência e liberdade de pensamento do humanismo renascentista.

Na verdade, do ponto de vista estético-filosófico, o Renascimento começa bem antes do advento da chamada Idade Moderna. A rigor, suas raízes encontram-se no século XIV, nas obras do poeta italiano Francesco Petrarca (1304-1374), precursor da volta ao estudo dos autores clássicos. Petrarca é considerado o primeiro humanista e escritor do Renascimento. Igualmente na Itália, Dante Alighieri (1265-1321), um dos maiores poetas de todos os tempos, é tido, por seus ideais humanistas, como um dos iniciadores da renovação cultural renascentista.

As raízes do capitalismo encontram-se nesse período. Durante o Renascimento houve extraordinário impulso das atividades comerciais, principalmente nas cidades-estado italianas, como Milão, Florença, Gênova e Veneza, importantes centros econômicos e culturais. É a fase do surgimento de uma nova classe social, a burguesia, com seu dinamismo comercial, técnico e científico, a superar o imobilismo do sistema feudal, baseado na fixação do homem à

terra, no cerceamento da atividade econômica e na clausura do pensamento, fatores decorrentes do rígido centralismo clerical e do próprio medievalismo socioeconômico.

Fortalecido o capitalismo nascente, passou este a financiar as atividades culturais e científicas. É a fase da invenção da imprensa, da pólvora e principalmente do astrolábio e da bússola, instrumentos náuticos que facilitaram enormemente as grandes navegações. Estas alargaram os horizontes do mundo de então, projetando a Europa em sua expansão ultramarina colonialista sobre os demais continentes: América, África e Ásia.

Impregnado da influência greco-romana, produziu o Renascimento, em seu apogeu, o estilo de época conhecido como Classicismo. Vejamos, num esboço geral, os principais nomes e obras do período, dividindo-os por áreas de atividade ou de conhecimento.

2 – Representantes e obras

Descobrimientos marítimos

Pela Espanha, o navegador Cristóvão Colombo descobre a América (1492), o mais importante acontecimento político do Renascimento.

Em Portugal, além do Infante Dom Henrique, incentivador e patrocinador das grandes navegações portuguesas, destacam-se os seguintes nomes e feitos. Bartolomeu Dias dobra o cabo da Boa Esperança, no sul da África em 1488. Vasco da Gama descobre o caminho marítimo para as Índias em 1498. Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil em 1500, e Fernão de Magalhães realiza a primeira viagem de circunavegação da Terra (1520-1522).

Imprensa

Na Alemanha, Gutemberg inventa os tipos móveis de impressão. Na Itália, o editor Aldus Manutius publica as primeiras edições dos chamados livros de mão (livros portáteis), com obras de autores clássicos. A invenção da imprensa possibilitou uma extraordinária expansão do conhecimento literário, científico e filosófico.

Ciências

Nicolau Copérnico, físico polonês, propõe sua concepção heliocêntrica do universo. Galileu Galilei, cientista italiano, realiza estudos de física e astronomia, confirmando por meio de observações telescópicas a concepção heliocêntrica de Copérnico. Ao contrariar a teoria geocêntrica patrocinada pela

Igreja, Galileu quase foi parar na fogueira da Inquisição. Para escapar da morte foi obrigado a fazer uma retratação pública de suas idéias. Recentemente o Vaticano reabilitou Galileu.

No campo da medicina, Gabriel Falópio, cirurgião italiano, descreve as trompas que ligam os ovários ao útero (trompas de Falópio). Eustáquio, médico italiano, descobre o canal que liga o ouvido médio à garganta (trompas de Eustáquio). Os médicos Miguel Servet, espanhol, e William Harvey, inglês, realizam estudos sobre a circulação do sangue.

Artes plásticas

Na pintura e na escultura, os nomes mais representativos da arte renascentista são os dos italianos Rafael, Leonardo da Vinci e Michelangelo. Suas obras, de inspiração clássica ou cristã, primam pelo equilíbrio de formas e harmonia de cores. Realizaram afrescos na Capela Sistina, no Vaticano. Dentre suas obras destacam-se quadros célebres como *A última ceia* (da Vinci), *A criação de Adão* (Michelangelo) e *A escola de Atenas* (Rafael). Michelangelo é autor de esculturas famosas como *Davi*, *Moisés* e *La Pietà*. Da Vinci, o mais versátil dos três, foi também urbanista, arquiteto e anatomista, tendo pintado o célebre quadro *Mona Lisa* ou *A Gioconda*.

Fora da Itália, destacam-se os pintores alemães Albrecht Dürer e Hans Holbein, retratistas cujas telas se caracterizam pelo realismo físico e psicológico.

Filosofia, política, religião

Martinho Lutero, monge alemão, rompe com a Igreja dando início à reforma protestante. O filósofo Erasmo de Roterdã, dos Países Baixos, escreve *Elogio da loucura*, em 1509, uma sátira ao poder dos príncipes e da Igreja. Maquiavel, italiano, publica, em 1513, *O príncipe*, análise dos fatos e das leis que regem a ação política, bem como dos limites entre a política e a moral. Francis Bacon, filósofo inglês, cria o método experimental, propondo uma ciência aplicada. Montaigne, filósofo e pensador francês, condena os dogmas e o autoritarismo de qualquer espécie em seus *Ensaio*s (1580). Rabelais, pensador francês, defende um humanismo com liberdade de pensamento e de expressão, através de suas obras satíricas *Pantagruel* (1533) e *Gargântua* (1535).

Literatura, teatro

Na literatura, Petrarca é um dos nomes mais importantes. Considerado o primeiro escritor renascentista, consagrou-se o poeta com a obra *Cancioneiro*

(1350), composta de sonetos, baladas e madrigais de inspiração neoplatônica, a maioria em homenagem à sua amada Laura, personagem feminina idealizada e angelical. Dante Alighieri é o outro poeta italiano representativo desse período. Considerado uma glória da literatura universal, é autor da *Divina comédia* (1313), epopéia da condição humana, cujo tema principal é a salvação do homem por meio de sua racionalidade. Beatriz é a sua amada e musa inspiradora.

Em Portugal, o grande vulto do Renascimento é Luís de Camões. Escreveu o poema épico *Os Lusíadas* (1572), em que exalta “o peito ilustre lusitano”, segundo o modelo clássico da *Eneida*, de Vergílio. Como poeta lírico, Camões procura conciliar experiências vividas com a busca do Amor absoluto, na mesma linha do neoplatonismo de Petrarca. Escreveu poemas tanto na medida velha (redondilhas maior e menor) quanto na medida nova (soneto), introduzida em Portugal por Sá de Miranda, outro nome importante das letras renascentistas em terras lusitanas.

Na Espanha, o nome mais representativo é o de Miguel Cervantes, autor da obra satírica *Dom Quixote* (1605), o Cavaleiro da Triste Figura, símbolo do homem universal, que sem deixar de lado suas fantasias, busca o entendimento da realidade e da condição humana.

Na novelística, destaca-se o escritor humanista italiano Giovanni Boccaccio. Sua obra *Decamerão* (1345) apresenta textos em que busca reproduzir a complexidade dos sentimentos humanos.

O teatro em Portugal tem como representante Gil Vicente, que, usando a linguagem popular, descreve e satiriza em seus Autos os aspectos negativos da sociedade portuguesa.

No teatro inglês, o grande nome é o de William Shakespeare. Autor de peças imortais como Hamlet, Macbeth, Júlio César, Romeu e Julieta, Shakespeare apresenta em suas tragédias os conflitos humanos, sobretudo a ambição de poder e de dominação política.

3 – As línguas vernáculas

O Renascimento tinha duas faces: uma voltada para o passado, a Antiguidade Clássica, fonte de inspiração do movimento, e outra fixada no presente e, ao mesmo tempo, por suas características de modernidade, projetada para o futuro.

O gosto do passado revigorou o estudo dos autores gregos e romanos, sobretudo a partir da invenção da imprensa, pois esta facilitou a difusão do conhecimento de um modo geral, nele incluído o dos escritores clássicos. E o latim nunca deixou de ser usado nesse período. Na França, por exemplo, o

latim foi empregado nos tribunais até o século XVI, prática abolida em 1539 pelo Rei Francisco I. No final do século XV, Carlos V, da Espanha, rompeu a tradição de dirigir-se ao papa em latim, preferindo fazê-lo em espanhol.

A fixação no presente, por outro lado, levou o Renascimento, entre outras coisas, à adoção das chamadas línguas vulgares locais (herança dos romances populares, no caso dos idiomas neolatinos) como veículo de afirmação e consolidação dos estados nacionais então nascentes. Nesse sentido, essas línguas funcionaram como fator de unidade cultural e política.

As línguas vulgares eram usadas inicialmente na poesia e na prosa medievais, de feição popular, uma vez que o latim era de uso restrito à esfera dos eruditos. Dante Alighieri, no seu *De vulgari eloquentia* (1303), propõe a adoção de um vernáculo italiano comum, tendo como base a língua literária da Toscana, visando à unificação lingüística e política da Itália. A adoção literária das línguas vulgares pelos intelectuais renascentistas fez com que elas passassem por um processo de nobilitação lingüística e política.

Além disso, os textos oficiais (leis, decretos, ordens régias) passaram a ser redigidos em língua vulgar para que todo o povo deles tomasse conhecimento. Acrescente-se ainda que as edições dos chamados livros de mão contribuíram decisivamente para a divulgação e legitimação da cultura em língua vulgar, quer disseminando textos dos autores contemporâneos, quer divulgando traduções de escritores clássicos, ou ainda publicando dicionários monolíngües e bilíngües.

De todos esses fatores resultou que, ao longo do Renascimento, as ex-línguas vulgares acabaram por adquirir o *status* de vernáculo nacional, dentro do quadro de afirmação nacionalista e política propiciado pelas matrizes da ideologia renascentista.

4 – Principais gramáticas românicas

Todos os autores citados no item anterior escreveram suas obras preferencialmente em língua vernácula, e não em latim. O emprego do vernáculo representa, no caso, um indício importante da afirmação do homem renascentista, tanto do ponto de vista individual como do coletivo. O vernáculo presente nessas obras afirma e consolida lingüística e politicamente os estados nacionais em fase de formação.

Nesse sentido, as gramáticas renascentistas tinham em comum o componente da exaltação nacionalista. Eram descritivas e prescritivas, baseadas no uso culto da língua, ao contrário das medievais, de orientação basicamente especulativa. Como sugere Sílvia Elia (1975:246), a gramática renascentista estava mais para *ars* (prática) do que para *sophia* (teoria).

Inspiradas na gramática latina quanto à terminologia e à doutrina, seus autores procuraram, contudo, adaptá-las às características das línguas modernas, sobretudo nas partes de morfologia e fonética, dando especial atenção à ortografia, já que as línguas vernáculas, além de faladas, eram também escritas.

Vejamos agora um breve quadro das principais gramáticas românicas. Começemos pela Espanha.

Na Península Ibérica, a obra pioneira é a *Gramatica castellana*, de Antonio de Nebrija, publicada em 1492. O próprio título deixa entrever o prestígio literário e político do dialeto da região de Castela, elevado à condição de língua nacional: o espanhol.

Em sua gramática, Nebrija revela a estreita vinculação existente entre língua e nacionalidade, ao afirmar: “Siempre la lengua fue compañera del imperio”. Não é por acaso que o ano de sua publicação coincide com o do descobrimento da América, período em que se inicia a formação do império colonial espanhol. Aliás, neste mesmo ano de 1492, o gramático espanhol publica também seu *Diccionario latino-hispánico*. Em 1495, sai o *Vocabulario hispano-latino*.

Embora vinculado à doutrina gramatical latina, Nebrija apresenta dez classes de palavras, duas a mais que as oito propostas pelo gramático Prisciano. É que Nebrija incluiu o artigo (inexistente em latim) e subdividiu o nome em substantivo e adjetivo.

Ao longo do século XVI foram publicadas outras gramáticas espanholas, a saber: *Gramática castellana* (1558), de Cristóbal de Villalón e *Gramática de la lengua vulgar de España* (1559), de autor anônimo. Nenhuma dessas obras conseguiu superar o pioneirismo e a importância do trabalho de Nebrija, que publicou mais tarde, em 1517, outro livro intitulado *Reglas de orthographia*.

Na França, destaca-se o nome de Pierre Ramée (Petrus Ramus). Tendo rompido em parte com a tradição gramatical greco-latina, expôs suas teorias na obra *Scholæ grammaticæ*, de 1595. Escreveu em 1562 uma *Grammere* do francês, sendo considerado por alguns como o precursor da visão estruturalista da linguagem, devido à sua descrição da língua francesa baseada em critérios formais. Em virtude do desaparecimento dos casos, tomou a flexão de número como referência para a classificação das palavras.

Ramée dedicou especial atenção às relações entre a fonética e a escrita, havendo introduzido as letras *j* e *v* para representar a pronúncia das semivogais do latim vulgar *i* e *u*, respectivamente (*jam*, *virtus*). Essas letras *j* e *v*, desde então, têm sido chamadas de consoantes ramistas.

Outros trabalhos gramaticais surgiram na França, a saber: *Traité touchant le commun usage de l'écriture françoise* (1545); *Le tretté de la grammere*

françoise (1550), de Meigret; *Dialogue de l'ortographe* (1515), de Jacques Peletier; *Défense et illustration de la langue françoise* (1549), de Du Bellay e *Traité de la grammaire françoise*, de Robert Estienne (1557).

Na Itália, a primeira gramática é de autor anônimo, publicada em 1495: *Regole della lingua fiorentina*. Pietro Bembo publica em 1525 *Prose della volgar lingua*. Em 1516, Gian Francesco Fortunio lança *Regole grammaticali della volgar lingua*, em dois volumes dedicados à morfologia e à ortografia. Em 1529, saem duas obras de Trissino: *Grammaticheta*, descritiva e normativa, e *Dubii Grammaticali*, dedicada à ortografia. Em 1533, Marco Antonio Ateneo Carlino publica sua *Grammatica volgar dell'Atheneo*. Em Veneza, é publicada, em 1545, *Regole grammaticali*, de Giacomo Gabriele. É ainda em Veneza que Rinaldo Corso edita, em 1549, *Fondamenti del parlar toscano*. Em 1550, Lodovico Dolci lança *Osservationi della volgar lingua*. Dez anos depois, Giulio Camillo Delminio publica sua *Grammatica* (1560).

Como se vê, a Itália foi fertilíssima em matéria de gramáticas “vulgares”, todas comprometidas com o uso prático da língua, em especial a parte de ortografia.

No caso de Portugal, país de notável unidade lingüística, no qual os conceitos de nação e estado são convergentes desde o século XII, a língua usada por Camões em suas obras representa, naquele momento, um estágio evolutivo de consolidação do galego-português, idioma empregado durante os séculos da reconquista dos territórios em poder dos árabes, portanto, desde os primórdios da nacionalidade lusitana.

Essa nobilitação literária da língua portuguesa, promovida pelo autor de *Os Lusíadas* (1572), vem completar a sistematização gramatical antes efetivada pela publicação de nossas primeiras obras gramaticais: em 1536, a *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, e em 1540, a *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros.

Essas duas gramáticas têm em comum o traço nacionalista. Oliveira, no capítulo 4º, recomenda aos portugueses: “melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma”. Tal afirmativa revela consciência do papel reservado a Portugal e à língua portuguesa, veículo da expansão colonial e lingüística da pátria de Oliveira. Barros, por seu turno, acrescenta à sua gramática um *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, texto de exaltação da língua e da cultura portuguesas. Esses dois autores têm em comum ainda a concepção de gramática, cuja finalidade, para eles, é eminentemente prática (arte de falar e escrever corretamente), e não teórica.

No que diz respeito à doutrina, apresentam, contudo, pontos de vista diferentes. Embora ambos adotem a terminologia da gramática latina adaptada

à portuguesa, Oliveira revela-se antes um teórico da linguagem, enquanto Barros evidencia-se mais como um pedagogo, marcado por preocupações de ordem didática.

Registrem-se, por fim, os nomes de Pero de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes do Leão. Não eram propriamente gramáticos. Gândavo ocupou-se de ortografia, havendo publicado, em 1574, um opúsculo intitulado *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa*. Duarte Nunes é autor de duas obras importantes: *Ortografia da língua portuguesa* (1576) e *Origem da língua portuguesa* (1606). Escreveu obra original para a época, havendo se ocupado de leis fonéticas, etimologias e alterações semânticas, assuntos nos quais revela pendores filológicos e de historiador da língua.

5 – Conclusão

Do esboço traçado neste artigo concluímos que o Renascimento não foi um movimento restrito unicamente à sua época. Com efeito, as raízes da chamada modernidade mergulham profundamente no solo fértil das idéias e das realizações renascentistas. O desenvolvimento do capitalismo, as grandes navegações, as invenções técnicas e científicas, a consciência do poder criativo do homem, a ânsia de liberdade e de afirmação individual, a consolidação das línguas populares e dos estados nacionais, a publicação das primeiras gramáticas descritivas das línguas modernas, todas essas características configuram um quadro em que avulta a figura do ser humano e de sua evolução artística, filosófica, científica, política e moral, ideais do Renascimento, da Revolução Francesa, dos tempos modernos e de todos os tempos da condição humana.

Bibliografia

- BUESCU, M^a Leonor C. *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa, 1984.
- ELIA, Sílvio. “Cultura e gramática (a propósito das primeiras gramáticas portuguesas)”. In: *Ensaio de filologia e lingüística*. 2^a ed., Rio de Janeiro, Grifo/MEC, 1975.
- PROENÇA, Graça. *O Renascimento*. São Paulo, Ática, 1998.
- ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Trad. de Luiz Martins M. de Barros. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1988.

O TRADUTOR IMPLÍCITO CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRANSLINGUALIDADE DE *OS SERTÕES*¹

Berthold Zilly
FU Berlin

“Es gehört schon zum Begriff eines *Romans*,
dass er keine Nationalität haben muss.”
Friedrich Schlegel, *Literarische Notizen*²

A necessidade do bom entendedor

É um truísmo que textos literários, e não apenas estes, são escritos e sobretudo publicados para serem lidos, embora possam também ter outras finalidades. E é um truísmo, realçado e analisado mas não descoberto pela estética da recepção, que a leitura é constitutiva para a sua existência e sobrevivência. Não houvesse leitores, não haveria textos, haveria meras acumulações de letras em papel ou na tela do computador, sem sentido nenhum. Os textos, para existirem plenamente, precisam da sua concretização, atualização e, quando narrativos ou dramáticos, encenação mental pelo leitor, assim como as peças de teatro precisam da representação, os filmes da exibição e as partituras da execução, pelo menos imaginada, por parte de quem as entende e sabe evocar.

Os autores estão cientes disso, e portanto desde há muito não apenas se preocupam em discursar ou narrar, para informar, ensinar, entreter, edificar, para expressar seus afetos e desafetos, para transmitir a sua visão do mundo, para atacar ou se defender, mas se preocupam também com que tal mensagem

¹ Propus o conceito de “tradutor implícito” pela primeira vez no curso de pós-graduação sobre *A tradução como análise, reinterpretação e universalização da obra literária: o caso de ‘Os Sertões’ e outros casos*, ministrado no DTL da USP em agosto e setembro de 1997, depois em palestras no VII Encontro Nacional de Tradutores / I Encontro Internacional de Tradutores, São Paulo, USP, 10/9/1998, como também na Faculdade de Letras da UFRJ, em 1/12/98. Agradeço sugestões a Margarethe Steinberger (PUC-SP), Willi Bolle (USP), João César de Castro Rocha (UERJ), Márcia Cavalcanti (UFRJ/IFCS).

² “Faz parte do próprio conceito de romance que ele não precisa ter nacionalidade”; citado de acordo com *Neue Rundschau*: 1996, p. 5.

ou história B os ensinamentos, a trama, as cenas, os personagens B sejam percebidos numa determinada perspectiva e lidos “corretamente”. Nomeadamente os textos literários, mais do que os pragmáticos, pressupõem um leitor que seja um parceiro do autor, um colaborador, que entenda as intenções inscritas neles, que reconstitua e mobilize as suas idéias, alusões e emoções, que saiba preencher as suas elipses, lacunas e reticências. Vale de modo especial para esse leitor o ditado brasileiro: “*A bom entendedor meia palavra basta*”, porque a literatura, diferentemente de textos pragmáticos ou acadêmicos, vive justamente de meias palavras, às quais é preciso acrescentar mentalmente a outra metade, para assegurar-lhes o ou um sentido. Sem bom entendedor, capaz dessa operação complementar, a meia palavra seria uma não-palavra.

Para o conjunto das condições, exigências, orientações dirigidas ao leitor, prefigurando o seu papel até certo ponto, o teórico da literatura Wolfgang Iser, que sempre enfatizou a função constitutiva do ato de leitura para a existência das obras, propôs, nos inícios dos anos setenta, o termo “leitor implícito”.³ São dispositivos e marcas que assinalam ao leitor de que modo ele deve ler um texto para realizar mentalmente grande parte das potencialidades do seu sentido, são fôrmas a serem preenchidas no ato da leitura, não totalmente configuradas, antes inacabadas, semi-abertas, exigindo criatividade e subjetividade daquele que lê. É de um leque de possíveis leituras, difícil de se definir precisamente, que cada leitor escolhe e realiza a sua leitura pessoal. O que vale para Fielding pode ser generalizado: “O papel do leitor inscrito no romance tem que ser percebido como condição de um possível efeito; de jeito nenhum determina as reações, mas prepara um âmbito de decisões seletivas que, uma vez tomadas, resultam em variedades individuais de realização [...]”.⁴

O conceito do leitor implícito é deduzido por Iser sobretudo da prosa narrativa moderna, desde o Iluminismo, nomeadamente do romance com acentuada função referencial e apelativa, que constrói um mundo ficcional muito próximo do mundo empírico do leitor, tematizando, confirmando e questionando modos de encarar a realidade extraliterária. Essas sugestões para uma visão do mundo e atitudes em relação a ele pressupõem a colaboração ativa do leitor, carente porém, na visão dos escritores, de um certo direcionamento. Se o número de possíveis leituras de determinado texto é infinito, nem toda leitura é possível, como também entre as muitas traduções possíveis de um texto há aquelas que correspondem mais e outras que correspondem menos às propriedades da obra. Estética e moralmente, um conto ou romance tanto confirma como transcende os valores e as expectativas do leitor que deve acompanhar e

³ Iser: 1996, p. 63-79; ver também Iser, 1994.

⁴ Iser: 1994, p. 92/93, citação traduzida por BZ.

realizar essas estratégias, mesmo que delas discorde parcial ou radicalmente o que provavelmente vai fazer na medida em que aumenta a distância ideológica, cultural, temporal entre ele e o autor. Com a crescente defasagem histórica entre a criação de uma obra e a sua recepção, o ato da leitura pode ser cada vez menos previsto e direcionado pelo escritor, de modo que, com o tempo, o leitor real vai ganhando maior autonomia em relação ao leitor implícito, sem que este se torne desimportante.⁵

O tradutor evidentemente também é leitor, um leitor especialmente atento, assíduo, escrupuloso, crítico e exaustivo na tarefa da (re-)constituição dos significados da obra, um leitor potenciado. Pois ele é um *Vorleser* em vários sentidos, ou seja um *pré-leitor* e *pró-leitor*, aquele que lê antes dos outros e pelos outros, sendo ao mesmo tempo um *recitador*, aquele que lê em voz alta para os outros, para uma audiência, prefigurando a sua compreensão do texto, espécie de *preletor*, que ensina como se deve ler. Entenda-se *audiência* principalmente no sentido metafórico, como leitorado, mas não exclusivamente, pois até os textos destinados unicamente a serem lidos em silêncio têm uma dimensão acústica realizada pela imaginação sonora do leitor, importante traço estilístico, um dos mais difíceis e dos mais necessários a ser transposto para o idioma-alvo, inclusive no caso de *Os Sertões*.

O desejo de fazer jus a sua tarefa de alta responsabilidade perante os seus leitores, para os quais representa o único elo de ligação com o original, leva o tradutor a um papel domquixotesco, o de um leitor hiperatento, hipersensível, com todas as antenas ligadas, aspirando a uma leitura completa, totalizadora, sonhando em realizar em sua mente todo o potencial de significados existente em determinada época e contexto social, incluindo a história da recepção, na medida em que esta entra na constituição do sentido da obra. O tradutor é parente espiritual de Pierre Menard, no conto de Borges, que não por acaso relê e reescreve justamente o *Don Quijote*, cuja “tradução”, embora literalmente idêntica com o original, tem um sentido bastante modificado, modernizado, atualizado diante dos aportes e perguntas de trezentos anos de história das idéias, decorridos desde a estréia do livro. Num segundo passo, que na prática frequentemente coincide com o primeiro, o tradutor procura oferecer ao leitor estrangeiro uma contrapartida equivalente aos múltiplos atributos e significados do original, restringidos, modificados e enriquecidos pela língua e cultura de chegada. Essa aspiração de ser um leitor ideal, que realizaria

⁵ Iser, ainda que enfatize a historicidade dos textos, parece dela eximir o leitor implícito. Ora, se tudo é historicamente mediado em um texto e nada nele é absolutamente invariável, o leitor implícito também deve ser um atributo histórico, parcialmente datado, não apenas genericamente, mas também concretamente em cada obra, evoluindo com ela e com as mudanças históricas das suas leituras.

uma compreensão completa, é necessariamente um desejo vão, na melhor das hipóteses uma idéia regulativa, tão quimérica quanto a outra pretensão, a de dar a essa interpretação “completa” uma expressão estética em outra língua, preservando, contra todas as regras da lógica, a identidade da obra na diversidade das línguas, assegurando o maior volume possível de invariâncias entre original e tradução. O tradutor tem que ser um bom entendedor por excelência.⁶

Do leitor implícito ao tradutor implícito

Na medida em que o tradutor é um leitor com ambição de se aproximar do leitor ideal, é de se perguntar se o conceito iseriano pode ser aplicado a ele, de modo que haveria o leitor-tradutor implícito, e portanto o tradutor implícito. O papel do leitor previsto dentro do texto teria como corolário o do tradutor igualmente previsto, embora menos manifesto, um feixe de orientações e recomendações de como determinada obra deve ser lida por falantes de outras línguas e como para estas deve ser trasladada.

O leitor-tradutor deve ser concebido como leitor aberto, culto, conhecedor das tradições poéticas, retóricas, filosóficas, morais a que se refere implícita ou explicitamente o escritor, perfeitamente apto ao papel de leitor previsto na obra. Talvez o tradutor seja quem mais completamente segue as orientações do leitor implícito, transcendendo-as ao mesmo tempo, detectando especialmente aqueles traços que se dirigem a um público bem maior do que o da cultura de origem, um leitorado virtual de todas as línguas e épocas, em última instância: a todo o gênero humano. Entende as orientações do autor para o leitor, principalmente os seus aspectos translinguais e transculturais, mesmo que não tenham sido premeditadas, como sugestões para a tarefa do tradutor. O leitor implícito, num sentido extensivo e universal, se nos afigura, portanto, ao mesmo tempo como tradutor implícito.

Se qualquer leitura é uma concretização, recriação e encenação,⁷ isso mais vale ainda para a tradução, que é, como vimos, um ato aprofundado e ampliado de leitura, mais crítico e ao mesmo tempo mais empático do que o ato da leitura normal. O mundo ficcional que o tradutor evoca e presentifica não permanece imaginado e incompleto como o do leitor normal; ele ao contrário é objetivado e materializado em um novo texto capaz de evocar em outros leitores aproximadamente o mesmo mundo ficcional, através de equivalentes

⁶ Se o crítico inglês Terry Eagleton tem razão em não descartar a legitimidade de leituras com menos experiência literária, menos senso histórico e abertura ideológica, se para ele pessoas pouco instruídas também são leitores competentes mesmo que só realizem pequena parte dos significados de um texto, isso no entanto não vale para o leitor-tradutor, que não deve poupar esforços para justamente tentar aproximar-se do leitor ideal; Eagleton 1997: 107 e segs.

⁷ Sobre o conceito de encenação ver Iser: Rio de Janeiro, 1996, p. 356-363.

procedimentos estéticos, que é enquadrado em outro contexto cultural e outro mundo vivenciado, originando por isso novos significados. O tradutor é leitor na medida em que evoca o mundo ficcional no ato da leitura, seguindo crítica e criativamente as instruções do leitor implícito, mas ele também é autor, na medida em que dá nova e palpável realidade lingüística a esse mundo ficcional.

Ele vai imbutir no texto de chegada por sua vez um conjunto de dispositivos para outros atos de leitura, um segundo leitor implícito, calcado no do texto de partida, de acordo com as estratégias de apropriação e recriação do tradutor, que podem oscilar entre os polos extremos do total estranhamento e da total assimilação, entre distância e familiaridade com respeito ao novo âmbito cultural. O leitor da tradução por sua vez realiza significados que resultam da realização que fez o tradutor dos significados do original, sendo portanto um re-leitor que só pode evocar aquilo que o seu pré-leitor evocou e fixou, o que não exclui uma interpretação própria, parcialmente autônoma com respeito ao tradutor, que deve, por mais necessária que seja a sua visão subjetiva, manter, na medida do possível, as ambigüidades, polissemias, indefinições da obra, permitindo uma multiplicidade de leituras e interpretações. A tradução bem-sucedida é quase tão polifônica, pluridimensional, sugestiva quanto o original, emancipando-se parcialmente da intenção do tradutor e do leitor implícito criado por ele, desdobrando-se em outros rumos, num processo de objetivação que lembra o do original.

O tradutor implícito, na medida em que abrange um feixe de orientações que valem também para o leitor de línguas e culturas estrangeiras, seria o denominador comum dos elementos de translingualidade, transculturalidade, traduzibilidade, inscritas nas obras, já que estas não esgotam o seu sentido na real ou possível recepção pelo leitorado-alvo, tendo um superávit de significados, transcendendo a época e a comunidade lingüística para que foram escritas. Pois o tradutor é um leitor e crítico particularmente atento ao »instinto de universalidade«, inscrito nas obras.⁸ Todas essas instruções para a tarefa do tradutor, como aquelas para o ato da leitura, não são imutáveis, elas pelo contrário podem mudar ao longo dos tempos, de modo que o tradutor, com toda a atenção e sensibilidade de que é capaz, vai Tateando, olhando, escutando o texto para perceber como ele quer ser lido e traduzido para o tempo presente e para determinada cultura-alvo.

⁸ Ver Schwartz: 1999, citando a interpretação que o crítico português Abel Barros Baptista faz de Machado de Assis: "Não nego que haja em Machado referências a um contexto brasileiro, mas tenho outro tipo de indagação, saber o que ele pode dizer a um europeu no final do século 20", abordagem que também poderia ser a de um tradutor. O título do artigo alude ao famoso ensaio *Instinto de nacionalidade*, em que Machado de Assis procura de finir aspectos de brasilidade na literatura por volta de 1870; ver também Assis: 1986.

Há muitos indícios de que os autores do chamado *boom* da literatura hispanoamericana dos anos 60 e 70, e especialmente os epígonos do realismo mágico, do tipo Isabel Allende, se dirigiram conscientemente a um público internacional, criando uma transculturalidade premeditada. Talvez a aspiração ao reconhecimento além dos limites lingüísticos e culturais seja uma das marcas da literatura latinoamericana, de Sarmiento a Borges, Fuentes ou García Márquez, e de um modo geral um traço das literaturas de regiões não hegemônicas do globo, cujos escritores visam, como reminiscência mas também como desforra com respeito ao colonialismo, o público dos países metropolitanos, e através deles o mercado literário mundial. É que o centro intelectual dessas culturas ex-cêntricas se encontrou e de certa forma continua se encontrando fora delas e fora do seu continente, sobretudo em Paris, a “capital do século 19”, no dizer de Walter Benjamin, o que também vale para a inteligência latinoamericana.⁹

Os originais precisam das traduções?

Poder-se-iam alegar algumas objeções. Uma diferença entre leitor implícito e tradutor implícito seria a seguinte: se o ato da leitura sem dúvida é constitutivo para a existência dos textos, se ele está previsto e prefigurado na sua composição, estilo, temática, perspectiva narrativa B o ato da tradução aparentemente não o é. Os originais, pelo menos à primeira vista, podem prescindir da tradução, o que fica provado pelo fato de que há milhares, senão milhões de obras não traduzidas na história das literaturas. Ser lido ou não ser lido é uma questão fundamental para qualquer texto, ser traduzido ou não poderia parecer, do ponto de vista do autor, uma circunstância não essencial, uma questão de vaidade ou de interesse econômico. Por isso estratégias explícitas ou implícitas no sentido de orientar o leitor estrangeiro e o tradutor seriam desnecessárias.

A importância da tradução para a vida dos originais é uma temática muito ampla e discutida sobre a qual aqui convém esboçar apenas poucas observações. Talvez não seja supérfluo chamar a atenção para um fato tão familiar que fica despercebido fora da área filológica: os próprios materiais de que são construídos os textos B os idiomas e o que neles se objetiva, as convenções literárias, os parâmetros interpretativos, os conhecimentos e idéias das mais diversas áreas B se devem a uma longa tradição tradutória, no sentido próprio e figurado. As línguas européias, e outras provavelmente também, em maior ou menor grau, são resultados de múltiplos processos de tradução, de empréstimos lexicais, empréstimos semânticos, decalques de provérbios, influências

⁹ Ver por exemplo NELLE: 1996.

sintáticas, imitação e recriação de metáforas, adoção e assimilação de mitos, provérbios, crenças, ideologias que sempre aparecem em forma de linguagem.¹⁰ Esse parentesco que se deve à mesmice das origens greco-latinas-francesas, bíblicas, científicas das línguas européias e aos contínuos intercâmbios entre elas, garante-lhes um grande patrimônio cultural e terminológico comum que tende a se universalizar pelo mundo afora, hoje sob a égide do inglês estadunidense. As línguas européias em grande parte são criações de tradutores, principalmente a partir do latim, de modo que quem escreve em português escreve parcialmente em “europês”, ou “ocidentês”, ou seja, a sua obra em muitos de seus elementos lingüísticos e intelectuais provém de outras línguas e culturas e a elas se remete.

Se a história da recepção de uma obra não pode prescindir dos atos de leitura e da crítica literária que os acompanha, tampouco pode prescindir da leitura intensiva, do trabalho de crítica, comentário, exegese, realizado pelos tradutores que marcado fortemente a fortuna dos livros, seu papel na vida literária fora do seu âmbito lingüístico, com repercussões dentro dele. Um Shakespeare nunca traduzido não seria o Shakespeare que existe hoje na Inglaterra, apesar do papel hegemônico do inglês no mundo. Sem tradução não haveria tradição literária internacional, quase não haveria intertextualidade além das fronteiras lingüísticas, não haveria a “Weltliteratur” que Goethe idealizou também como expressão do alcance universal da poesia, no sentido mais amplo da palavra, e para o qual colaborou também enquanto tradutor e teórico da tradução.¹¹

O tradutor é duplamente crítico, na medida em que faz uma análise e interpretação, seja racional seja intuitiva, do original. Ademais o próprio texto, em que ele objetiva e ao mesmo tempo “esconde” essa crítica, transformando-a em forma estética, também constitui um comentário crítico, embora não analítico, em relação ao original, além de ser sua reprodução metamorfoseada, uma transcrição, como diz Haroldo de Campos, sendo qualquer tradutor, necessariamente, um crítico pelo menos implícito.¹² A sua interpretação pode ser valiosa também para o conhecedor da língua de partida, de modo que só em parte o original e a tradução se substituem mutuamente, cada vez menos na medida que ganha importância a função poética em um texto.¹³ A traduzibilidade portanto não é uma circunstância exterior e aleatória das obras, é uma das suas qualidades intrínsecas e essenciais.

¹⁰ Um exemplo de empréstimo semântico é o termo “levantamento em massa”, em *Os Sertões*, evidentemente calcado no francês “levée en masse”, cf. Zilly: 1997, p. 8.

¹¹ Ver Berman: 1984, p. 87-110.

¹² Ver Campos: 1992, p. 31-48; Campos: 1989, p. 94/95.

¹³ Na medida em que fica mais importante a função referencial, aumenta o grau de traduzibilidade e de substituíbilidade do original; ver Jakobson: 1969, p. 118-162.

A tradução nas entrelinhas, segundo Benjamin

Sobre várias das questões de que temos tratado Walter Benjamin teceu instigantes reflexões no seu famoso ensaio *Die Aufgabe des Übersetzers*. Seria temerário tentar aqui analisar um texto que há décadas vem desafiando os estudiosos, opondo-se a uma exegese unívoca, mantendo um certo hermetismo até hoje. Já na primeira frase o autor postula a total indiferença da obra com respeito à leitura e portanto à tradução, aparecendo à primeira vista como radical antípoda da futura estética da recepção de que Wolfgang Iser será um dos expoentes. Esboça uma visão essencialista, quase teológica e messiânica da arte, mas ao longo da argumentação enfatiza por outro lado a radical historicidade das obras, as mudanças do seu sentido com as mudanças dos tempos, o que já soa bem menos essencialista. Dá pouca importância à mensagem, ao conteúdo, à função referencial, como diria Jakobson, realçando a forma como principal qualidade da obra, reivindicando uma “formvolle Übersetzung”, uma tradução marcada pela forma.¹⁴

A sobrevivência das obras é marcada pela “glória”, termo no fundo incompatível com uma visão essencialista da obra literária, que, se realmente independesse da leitura, também poderia e deveria prescindir dela. Se esta lhe é importante, a tradução também o é, sendo o original sozinho incapaz de gerá-la e mantê-la. Mais importante é outro papel das traduções. Mesmo que elas fossem desnecessárias para as próprias obras literárias tomadas isoladamente, são necessárias sim para a relação entre as línguas pós-Babel, de tendências não apenas centrífugas mas também centrípetas, convergindo no intercâmbio entre as literaturas, na vida literária mundial. Esta vive das divisões mas também da permeabilidade entre as línguas, reforçando-a, acentuando a profunda afinidade entre elas, menos em relação aos próprios significados do que no modo de significar, na sua capacidade de simbolizarem o mundo e de permitirem a comunicação entre os homens. Cabe ao tradutor tornar transparente essa aspiração das línguas pela complementação por outras, inerente aos textos originais. A totalidade das intenções das línguas que vão além delas mesmas seria a língua pura, talvez: a linguagem humana com todas as suas potencialidades expressivas e comunicativas, a utopia de a humanidade ter uma língua só, infinitamente rica; ou seja, aquilo que as línguas mais diversas têm em comum, graças às faculdades universais do intelecto humano, o que mais tarde seria aliás uma preocupação da gramática gerativa, de Noam Chomsky.

O tradutor teria a tarefa justamente de colaborar com essa imensa obra de aproximação das línguas, tornando transparentes as estranhezas e as convergências entre elas, juntando fragmentos para a grande obra da língua pura,

¹⁴ Benjamin: 1955, p. 53.

utópica, messiânica, sendo as traduções etapas nesse caminho, cujo destino é inalcançável. O tradutor deve, segundo Benjamin, encontrar através do seu trabalho aquela intenção dirigida para o idioma de chegada, a partir da qual nele é despertado o eco do texto de partida.¹⁵ “Resgatar em sua própria língua a língua pura, ligada à língua estrangeira, liberar, pela transcrição (*Umdichtung*), a língua pura, cativa na obra, é a tarefa do tradutor”.¹⁶ As obras se transcendem a si mesmas e ao seu âmbito lingüístico através da sua traduzibilidade: “Pois todos os grandes escritos, em qualquer grau, e os escritos sagrados em grau máximo, contêm nas entrelinhas a sua tradução virtual”.¹⁷ O teórico da literatura Karlheinz Barck, analisando Benjamin, fala da “traduzibilidade como propriedade inscrita em toda obra original de valor [...], algo como uma advertência (ou uma convocação) do original a exigir a tradução”.¹⁸

Temos aí, em outras palavras, a idéia do tradutor implícito, um conjunto de marcas e balizas para o tradutor na sua lida para aproximar a obra de uma hipotética língua geral da humanidade, atendo-se e dando seguimento aos seus traços de translingualidade e traduzibilidade. E naturalmente ele resgata essa transcendência da obra para além do seu âmbito lingüístico tanto melhor quanto mais procura transmitir a sua forma, justamente aquilo que é mais difícil e quase impossível de se transmitir, introduzindo na obra de chegada traços e elementos do original, tornando-a provocadoramente estranha na sua nova familiaridade lingüística, deixando nela transparecer traços formais da língua e cultura de partida. Pois o tradutor, como reivindica Rudolf Pannwitz, citado por Benjamin, deve “indianizar, helenizar, anglicizar o alemão”, e, por que não, também abraçará-lo, acrescentamos nós.¹⁹

¹⁵ Benjamin: 1955, p. 48; ver tb. Benjamin: 1994, pgs. 22 e 23, onde a versão portuguesa reza: “Esta [a tarefa do tradutor] consiste em encontrar, para a língua na qual se traduz, determinada intenção a partir da qual nela é despertado o eco do original. [...] A tradução não se vê, como a obra de arte verbal, por assim dizer, na floresta interna da língua; mantém-se fora desta, frente a ela e, sem a penetrar, convoca o original para nela ingressar no único lugar onde o eco pode dar a ouvir a obra da língua estrangeira em sua própria língua. Sua intenção se dirige a outro objeto que não apenas o da obra de arte verbal, a saber, a uma língua em sua totalidade, a partir de uma única obra de arte numa língua estrangeira, mas é em si mesma diversa: a intenção do escritor é ingênua, primeira, intuitiva, a do tradutor derivada, última, intelectual. Pois o que realiza seu trabalho é o motivo maior de uma integração das muitas línguas na língua verdadeira.”

¹⁶ Benjamin: 1994, p. 29.

¹⁷ Benjamin: 1994, p. 32.

¹⁸ Barck: 1994, pgs. 38/39.

¹⁹ Benjamin: 1994, p. 30. Pannwitz era membro do seleto círculo de literatos em torno do poeta Stefan George (1868-1933) que, com atitude elitista e autoritária, propagava uma poesia cultual, hierática, hermética, embora voltada também à modernidade, recebendo muitos impulsos do simbolismo francês. Essa concepção estranhadora da tradução que visa mais levar o leitor para o original do que o original para o leitor tem longa tradição nas letras alemãs, desde Goethe e Hölderlin, sendo um dos seus primeiros teóricos Schleiermacher que falou da “Aufgabe, dass man in der Muttersprache das fremde darstellen solle (a tarefa de representar o estranho na língua materna)”, Schleiermacher 1973: 56.

“A verdadeira tradução é transparente, não oculta o original, não o ofusca, mas faz com que caia tanto mais plenamente sobre o original, como se forçada por seu próprio meio, a língua pura. Isso se obtém sobretudo pela literalidade na transposição (*Übertragung*) da sintaxe, e justamente é a literalidade o que mostra a palavra, e não a frase, como o elemento originário do tradutor. Pois a frase é o muro diante da língua do original; a literalidade, a arcada”.²⁰

Sabemos que essa idealização da versão interlinear não pode ser tomada ao pé da letra, e nem o próprio Benjamin o fez enquanto tradutor; é uma hipérbole quase barroca, pois realizada rigorosamente, tornaria o texto de chegada hermético, deixaria de promover o seu perviver e inviabilizaria o seu papel transcendente em relação ao original, rumo à língua pura. É possível sim, por exemplo no alemão, com sua relativa liberdade na colocação das palavras, imitar parcialmente a sequência dos elementos lexicais do original, forçando um pouco as suas regras sintáticas, sem quebrá-las realmente. Pois seria problemático tornar estranho ou até incompreensível na tradução aquilo que no original é corriqueiro e nada chamativo, de modo que a estranheza, além de caracterizar a tradução de um modo geral, dentro dos limites de uma inteligibilidade condizente com o gênero e o assunto, só deve se aplicar àquilo que também é estranho no original.²¹ Assim haveria dois tipos de estranhamento, caracterizando por um lado o texto-alvo como um todo, na medida em que nele vêm à tona atributos do original e da sua cultura, e por outro lado o desvio, no original, de determinados detalhes lexicais e sintáticos com respeito à norma e ao horizonte de expectativa, tendo o tradutor que recriar essa qualidade diferencial. Para caracterizar a tradução que permite a transparência das qualidades do original, reivindicada por Benjamin, caberia uma metáfora bastante apreciada hoje em dia, a do palimpsesto.²²

As convergências entre Benjamin e a posterior estética da recepção com respeito à tradução foram estudadas por Haroldo de Campos num artigo em que se aproxima da idéia do tradutor implícito: “O texto traduzido, como um

²⁰ Benjamin: 1994, p. 30.

²¹ A tradução de *Lemprière's Dictionary*, de Lawrence Norfolk, para o alemão foi criticada justamente por conferir estranheza a trechos nada estranhos em inglês; ver Gerzymisch-Arbogast: 1994, p. 18 e segs.

²² Rosemary Arrojo, como outros teóricos pós-modernos, aplica esse termo à própria obra literária, que seria palimpsesto na medida em que não é uma estrutura estável de signos e significados, mas carente de ser reinterpretada, reescrita de certa forma, em cada ato de leitura, de modo que camadas de interpretações vão se superpondo ao longo dos tempos. O original, cujo conceito começa a se dissolver parcialmente, portanto é uma “máquina de significados em potencial” (Arrojo: 1986, p. 23), metáfora bem elucidativa. A do palimpsesto porém talvez caiba melhor à tradução, através da qual se pode vislumbrar tanto a história da recepção, as camadas de sucessivas interpretações, como também o estilo do original, além do seu conteúdo referencial, de modo que a tradução seria o palimpsesto dos palimpsestos.

todo (como um ícone de relações intra-e-extratextuais), não denota, mas conota seu original; este, por seu turno, não denota, mas conota suas possíveis traduções. Ocorre assim uma dialética perspectivista de ausência/presença. A tradução é crítica do texto original na medida em que os elementos atualizados pelos novos *atos ficcionais* de seleção e combinação citam os elementos ausentes; o original, por sua vez, passa a implicar as suas possíveis citações como parte constitutiva de seu horizonte de recepção (a *sobrevida* do original, o seu *perviver*, na terminologia de W. Benjamin).²³

A idéia do tradutor implícito está por assim dizer no ar há muito tempo. Quando Antoine Berman, outro conhecedor da obra benjaminiana, disse que “toute oeuvre prévoit sa traduction dans sa structure”,²⁴ ele parece prefigurá-lo. Vai na mesma direção uma outra frase do falecido tradutor e teórico francês: “Le rapport interne qu’une œuvre entretient avec la traduction (ce qu’elle contient en soi de traduction ou de non-traduction) détermine idéalement son mode de traduction interlangues, ainsi que les ‘problèmes’ de traduction qu’elle peut poser. Ou encore: le rapport que sa langue entretient avec une ou plusieurs autres langues [...] détermine sa traduction dans une autre langue”.²⁵

Euclides tradutor

A idéia da tradução é uma constante na vida e na obra de Euclides. O próprio autor é um viajante entre dois mundos, é mediador, explicador, intérprete, *Übersetzer* e *Übersétzer*, barqueiro entre duas margens e também trasladador de mensagens entre duas linguagens e culturas. Tem valor simbólico a atividade simultânea desse engenheiro letrado como construtor de uma ponte atravessando o Rio Pardo, no interior paulista, e como autor de *Os Sertões*, livro destinado a atravessar o abismo de ignorância e incompreensão entre a população sertaneja e os intelectuais do litoral. É com boas razões que se usa a metáfora da ponte para caracterizar a atividade tradutória, ponte ainda que à primeira vista de mão única, funciona nos dois sentidos, visto que, como já dissemos, a tradução também lança luz sobre o original.²⁶

²³ Campos: 1989, p. 94/95.

²⁴ Berman: 1995, p. 25, nota 25.

²⁵ Berman: 1985, p. 113. Esta citação se refere à tradução do *Paradise Lost* de Milton por Chateaubriand e ao estreito diálogo daquele com o latim, o hebreu, o grego e o italiano, no que foi seguido por seu tradutor. Não fica claro se Berman, quando estudou Benjamin, se referiu à sua idéia da traduzibilidade inscrita nas obras, uma vez que o seu texto publicado sobre o ensaio de Benjamin só é fragmento de artigo maior, ainda não publicado; ver Berman: 1996. Devo o conhecimento deste texto ao psicanalista Marcelo Marques.

²⁶ Ver p. e. o título do livro de José Paulo Paes, *Tradução: A ponte necessária*, São Paulo, Ática, 1990; sobre a metáfora do tradutor como construtor de pontes ver tb. Hönig: 1997, p. 19.

Para tornar a “terra ignota” menos ignota, Euclides basicamente se vale de dois métodos complementares: aproveita a sabedoria e a terminologia do sertanejo, citada em grifos ou não, para denominar, descrever e explicar o sertão como natureza e sociedade, o seu clima, solo, fauna, flora, agricultura, artesanato, cultura, religião, violência. Deixa-se encantar por vezes, como um etnógrafo meio romântico, pela vida patriarcal, quase bíblica do sertanejo, pelo simbiose em que vive com a natureza, e pelo seu folclore, registra e quase continua a auto-representação do povo e de seus cantadores, citando-a e enquadrando-a na linguagem da ciência e da história, praticando uma tradução intralingual, do português do sertão ao português dos letrados urbanos e cosmopolitas, “sertanizando-o” até certo ponto, especialmente na segunda parte, *O Homem* (pgs. 179-255). Outro método tradutório usado por Euclides vai pelo caminho inverso, às vezes se encontrando com o primeiro a meio caminho. Leva a erudição européia ao sertão, jogando sobre ele sua rede terminológica e conceitual, traduzindo B concreta e metaforicamente B os fenômenos desconhecidos do sertão para a linguagem e o ideário do Velho Mundo, com os seus termos científicos, antropológicos ou filosóficos, seus modelos interpretativos, conceitos ideológicos, conhecimentos geográficos, lançando mão de um sem-número enciclopédico de metáforas, alegorias, parábolas, antonomásias ou classificações, estabelecendo filiações, afinidades, analogias e sistematizações por vezes audazes, tomadas do inventário da História universal e de quase todas as ciências, misturando história natural e história humana.

A linguagem que utiliza e que cria, embora enriquecida de numerosos termos regionais, é no entanto transregional, pan-lusitana e até cosmopolita, transcendendo as épocas e as variedades do português, amalgamando palavras e construções sintáticas do Brasil todo, do Amazonas até o Rio Grande do Sul, de Portugal, de Vieira até o Naturalismo e o Parnasianismo, incluindo inúmeros termos técnicos universais. O autor, preocupado com a falta de comunicação e entendimento entre culturas e nações, cria um português que contém numerosos elementos de sua própria tradução para uma língua geral de todos os homens civilizados, em que todos, também os seres emudecidos e vencidos, incluindo as plantas, os animais e as pedras sofridas, tenham vez e voz.

A comparação e a equiparação, por mais elucidativas que sejam, tendem a subordinar o desconhecido ao já conhecido, tolhendo-lhe a sua singularidade, sua imponência, sua força perturbadora. O artista em Euclides, ciente desse perigo, neutraliza-o, principalmente com recursos literários e até ficcionais, ao manter o sertão e sua guerra no semi-mistério, ao enfatizar sua alteridade, sua resistência às categorizações e explicações, sua grandiosidade, transformando-o em mito nacional e saga universal. Ele vai, durante a redação do livro, freando um pouco a tendência comparativa, para abrigar a sua

visão do Brasil, denominando-o e explicando-o mais com recursos nativos. O livro que ia se intitular *A nossa Vendéia*, acabou sendo nacionalizado como *Os Sertões*, título autóctone, autorreferencial, no qual o Brasil não se define mais pela semelhança com aspectos do antigo continente colonizador, mas dele se emancipa.²⁷

Essa estratégia discursiva na representação da realidade, com sua oscilante equidistância entre o descobrir e o encobrir, a incorporação do estranho ao conhecido e o estranhamento do conhecido, caracteriza, grosso modo, também a atividade tradutória ao longo da sua história, principalmente nos últimos dois séculos. Tradutores e pensadores como Hölderlin, Voss, Goethe, Schleiermacher, Benjamin, Berman ou Campos, com muitas diferenças entre si no grau de radicalidade, se dedicaram a equacionar esses dois tipos opostos de exigências: esclarecer e ao mesmo tempo preservar o estranho.²⁸

Euclides não traduz apenas do português ao português, mas está com um pé no francês e nas outras línguas européias, numa língua comum da Civilização mundial, rumo talvez à língua pura da Humanidade, na acepção de Benjamin, realizando elementos de uma tradução interlingual a ser continuada por seus tradutores.²⁹ Pois se por um lado aproveita exaustivamente os recursos da língua portuguesa em todas as suas dimensões e ramificações, acentua também os seus traços transculturais e translinguais. Grande parte das dificuldades com que se vêem às voltas o leitor e o tradutor, provém da extrema riqueza vocabular, cheia de regionalismos, arcaísmos, termos técnicos, eruditos e estrangeiros, dos apelos que o leitor-tradutor implícito faz à nossa cultura geral, necessária para realizar os significados da obra e tomar uma atitude em relação aos eventos narrados e à História Universal. Euclides não inova como os modernistas, não inventa nenhuma palavra, nenhum elemento estilístico, é profundamente conservador, embora use muitas palavras modernas na época, em relação ao material lingüístico, mas a maneira extremada de que usa e abusa dos recursos tradicionais e contemporâneos do português, da retórica e poética ocidental, é inédita, ao mesmo tempo arcaica e moderna na sua mestiçagem discursiva, quase sempre elevada e sublime, mesmo na sua estética da feiúra que lembra o Naturalismo.

²⁷ Euclides, que incorporou tantos estrangeirismos no seu livro, todavia tão genuinamente brasileiro, conseguiu, junto com outros “sertanistas” que o seguiram como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Glauber Rocha, incorporar pelo menos uma palavra aos dicionários de várias línguas européias, *sertão*; ver *Duden*: 1993-95, vol. VI, verbete *Sertão*.

²⁸ Ver Berman: 1984; Milton: 1993; Wuthenow: 1969, Störig: 1973.

²⁹ Sobre os conceitos de tradução intralingual, interlingual e intersemiótica ver Jakobson, 1969, p. 63-72. Euclides também pratica este último tipo de “tradução”, ao fazer de conta de através da narrativa copiar apenas quadros e cenas, Cunha: 1985, p. 178; ver tb. Zilly, 1998.

São elucidativas neste contexto as próprias observações do autor sobre a traduzibilidade de *Os Sertões* para o francês. Já em 1897, antes de ter escrito a primeira linha do livro, havia tratado de procurar um tradutor para o francês, ou seja, escreveu *Os Sertões* visando não apenas ao leitor brasileiro europeizado, mas ao leitor francês e através dele os intelectuais da civilização internacional, da qual o idioma de Renan e Taine era língua geral, até a Primeira Guerra Mundial. Em 15 de maio de 1900, dois anos antes de concluir *Os Sertões*, escreveu ao seu eventual tradutor, o poeta baiano Pethion de Villar:

“Talvez [o livro] não faça jus à consagração de uma versão para o francês a que espontânea e cavalheirescamente te propuseste quando aí estive. Transplantado à mais vibrátil das línguas, por um parisiense dos trópicos, temo que o meu estilo, algo bárbaro, não se afeiçoe a tão delicado relevo”.³⁰

Sabia ou intuía que vigorava na França o ideal da *belle infidèle*, segundo o qual uma tradução tinha que se adequar ao ideal estilístico de clareza apolínea, e que seria difícil resgatar algo do estilo híbrido, meio positivista, meio barroco, altamente retórico, rebuscado, maneirista quase, com sua sinonímia transbordante e seus períodos sintáticos amontoando-se atravancadoramente. Nota-se porém o seu desejo de que a tradução justamente deixasse transparecer esses traços “bárbaros”, arrevesados, desmesurados, hiperbólicos, um estilo escrito “com cipó”, no dizer de Joaquim Nabuco, com pretensão mimética em relação à realidade inóspita, ínvia, áspera, mas grandiosa do sertão, avessa a uma apresentação amena, comedida, ponderada.³¹

³⁰ Galvão / Galotti: 1997, p. 119.

³¹ Sobre a famosa fórmula de Nabuco e o mimetismo do estilo euclidiano ver Andrade: 1960, p. 301 e segs.; também Mosca: 1997.

A primeira tradução francesa só apareceu em 1947, e realmente aplainou os traços rudes e “bárbaros” de *Os Sertões*, de acordo com o “tão delicado relevo” da língua francesa, ao passo que a tradução de Jorge Coli e Antoine Seel, de 1993, tentou, com êxito, seguir o tradutor implícito do original; ver Cunha: 1947; Cunha: 1993. A primeira tradutora para o francês, Sereeth Neu, de finiu o problema da seguinte maneira, justificando implicitamente a estratégia da *belle infidèle*: “Dans le jeu des assonances qui est à la base même du langage, le brésilien apparaît comme un paysage de montagnes et de vallées, avec mille échappées nouvelles, avec des points de vue ou des recoins inattendus, avec des envolées vers les sommets. Son accent tonique évoque l'idée d'une mélodie dont le thème monte, descend, hésite, avant de retomber dans le silence. Le français, c'est la plaine, unie, précise, subtile, aux horizons nuancés, dans des lointains bleus et clairs...”, Cunha: 1947, p. VII. Uma relação das traduções publicadas até 1990 se encontra em Garcia: 1995, p. 17-18.

Os primeiros críticos, como José Veríssimo, ainda que quase unânimes no elogio e até no entusiasmo com a obra em seu conjunto, esbarraram no “gongorismo” do autor que teria “viado seu estilo [...], sobrecarregado a sua linguagem de termos técnicos, de um boleio de frase como quer que seja arrevesado, de arcaísmos e sobretudo de neologismos, de expressões obsoletas ou raras, abusando freqüentemente contra a índole da língua [...]”; ver Riedel/Viegas, 1996, p. 19.

Um livro que pede para ser traduzido

Os Sertões prevê a sua tradução na sua temática, em seu estilo, na sua sintaxe, na retórica, nas alusões a personagens históricas, fatos e doutrinas, nos conhecimentos e valores pressupostos no leitor, tendo um forte excedente semiótico em relação aos leitores brasileiros da época. Se estes já são semi-estrangeiros que vivem de uma “civilização de empréstimo” (p. 241), importante parcela do público-alvo são estrangeiros de verdade, os letrados do mundo civilizado, leigos e acadêmicos, leitores comuns e historiadores de outras culturas e vindouras épocas que só podem ser alcançados através de traduções.³² Nessa pretensão de falar ao mundo, Euclides procura prefigurar o horizonte de expectativa do leitor e erguer umas balizas para a tarefa do tradutor, não hesitando em emular com os melhores autores da literatura e da historiografia universais, através de numerosas alusões às grandes epopéias, tragédias, romances e relatos da humanidade, da Antiguidade até o tempo presente, de Homero até Hugo, de Tucídides até Renan e Taine, marcando a sua ambição de ser clássico e contemporâneo ao mesmo tempo (pgs. 86, 221, 584).³³ É um tom a ser evocado igualmente pelo tradutor, de acordo com a tradição na cultura-alvo.

Já na *Nota Preliminar*, o escritor-historiador deixa claro que o tema do livro não é só a guerra de Canudos, nem só a construção da nação brasileira mas a história da civilização, na sua expansão e luta com culturas atrasadas, periféricas, temática bem moderna, ainda que ele expresse suas considerações na terminologia social-darwinista da época. Se Euclides escreve o livro “ante o olhar de futuros historiadores” (p. 85), não pensa somente nos historiadores brasileiros, que naquele tempo existiam em número ínfimo. Dirige-se ao público brasileiro e internacional, à posteridade, ao futuro, à História una, com maiúscula, que congrega a Humanidade de todos os tempos. “A História não iria até ali” (p. 538), não iria ao “homizão” que é o sertão, terra de crimes, do esquecimento e da impunidade. Todavia, a História foi até ali, representada por

³² Um dos elementos do tradutor implícito em *Os Sertões* é a primeira pessoa do plural, que geralmente significa, além do plural da modéstia: nós os letrados, cultos, civilizados das grandes cidades do Brasil; também: nós, os brasileiros inimigos de Canudos; mas além disso pode significar: nós, os homens civilizados do mundo inteiro.

³³ Ver também o índice onomástico em Cunha: 1998.

A crítica da época logo equiparou *Os Sertões* aos grandes nomes da literatura universal (ver Riedel/Viegas: 1996), a Tolstói (p. 13), Góngora (p. 19, 60; esta última, aliás, a única comparação com intenção menos elogiosa), Michelet (p. 22), Scott (p. 23), Xenofonte (p. 23), Flaubert (p. 23), Dante (p. 31), a Bíblia (o Apocalipse, p. 23 e 55; os profetas de Sã, p. 54), Ernest Renan (p. 36), Humboldt, Martius, Bates (todos p. 58).

Além disso já as primeiras resenhas louvaram o caráter pictorial e escultural das descrições, comparando-as com a fotografia (p. 22), com Rembrandt, com Michelangelo.

seu cronista e advogado Euclides da Cunha, para que escrevesse seu relato-requisitório, obra historiográfica com fortes conotações morais e jurídicas, destinada quase que hegelianamente não ao Juízo Final mas à divindade secularizada do Juízo Universal, que somos todos nós. E o livro termina com as três famosas frases:

“Que a ciência dissesse a última palavra. Ali [no crânio de Antônio Conselheiro] estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura...[,] É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...” (p. 572-573).³⁴

Nas duas primeiras frases, a ciência aparece, no discurso indireto livre, como suprema autoridade dos oficiais e dos médicos cientificistas, que levaram o crânio do inimigo morto triunfal e macabramente para Salvador e dos quais Euclides se distancia pela ironia do tom, questionando o valor da frenologia, pois sabe que os exames do Dr. Nina Rodrigues não tiveram resultados esclarecedores. Na frase final, que por si só constitui um subcapítulo, ele reivindica, em forma de comentário do narrador, uma ciência melhor, a nível internacional, para explicar as loucuras e os crimes, as violências e as guerras de grupos sociais, das nações, dos Estados, não apenas no sertão, mas no mundo. As reticências convidam o leitor a especulações a esse respeito, sendo uma delas a conjectura de que Euclides pode se ter considerado a si mesmo como o tal sábio.

As ferocidades cometidas em Canudos lançam luz sombria sobre a Civilização que deixa de ser civilizada nas suas periferias. Como escritor científico, que não escreve uma epopéia, embora esteja imbuído do espírito desse gênero, Euclides não pode invocar o auxílio de uma musa, mas as freqüentes referências a instâncias universais como futuro e história, ciência, humanidade, civilização desempenham parcialmente esse papel. Devem ajudar o “narrador sincero” (p. 86), como ele se auto-denomina, na sua difícil tarefa de pesquisar e expressar a verdade sobre Canudos, assinalando ao leitor que trata ao mesmo tempo das grandes questões da humanidade. Nota-se tanto no enredo como em alguns comentários do narrador o vislumbre de uma dialética da civilização que, para progredir e expandir, engendra o mal que afirma combater, traindo-se a si mesma, observação que um século mais tarde, depois de duas guerras mundiais e genocídios horrorosos, nos parece mais plausível talvez do que aos contemporâneos do autor que se perfila diante de nós como cronista e profeta dos crimes da civilização, comprometido com valores universais:

³⁴ O título do livro a que se alude reza *Le Crime et la Folie*, na tradução francesa de 1891, portanto ele é invertido por Euclides; ver Andrade: 1960, p. 255. Henry Maudsley (1835-1918), médico e psiquiatra inglês, adepto do determinismo evolucionista, se notabilizou naquela época por suas pesquisas sobre as causas da criminalidade que viu em perturbações mentais, hereditárias e influenciadas pelo meio.

“Nesse investir, aparentemente desafiador, com os singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticezas, obedeci ao rigor incoercível da verdade” (p. 584).

O leitor, e portanto o tradutor, é convidado a ler, entender e transpor para a sua cultura, em um livro só, três modos de enfocar, de pesquisar e de representar essa realidade, correspondendo a três discursos que se haviam distanciado cada vez mais ao longo do século 19 e cuja fusão era inusitada na Europa da época: o discurso científico, o historiográfico-antropológico, o literário.³⁵ Ou seja, Euclides procura conter ou até reverter a crescente diferenciação entre os modos de apropriação e de representação da realidade que no Iluminismo e na primeira metade do século 19 muitas vezes ainda se encontravam em um autor só, d'Alembert, Diderot, Humboldt, Goethe, Martius, Saint-Hilaire e muitos outros. Opõe-se à crescente divisão e especialização do trabalho intelectual ocorrida no século 19, tentando superar a distância entre: 1) as ciências naturais, empíricas, exatas, quantitativas, 2) as ciências sociais e históricas, hermenêuticas, qualitativas, e 3) a abordagem literária, empática, imaginativa, já que os dois primeiros modos de representação se averiguaram insuficientes para captar a complexidade e a contraditoriedade dos fatos. Essa tríade discursiva, hoje em dia na era da mistura dos tipos de discurso menos datada e estranha do que algumas décadas atrás, é ao mesmo tempo uma incumbência ao tradutor, que deve tentar recriá-la na sua língua, reponderando cautelosamente a correlação entre os três discursos, dando menos ênfase à vertente científica, hoje mais datada.³⁶

³⁵ Essas três abordagens – a científica, a sociológica, a literária – correspondem àquilo a que o sociólogo alemão Wolf Lepenies chama de *As três culturas*, não diferenciando porém muito claramente entre a literatura e a crítica literária; ver Lepenies: 1996. Essa tríade discursiva foi detectada claramente por alguns críticos da primeira hora, por exemplo por J. da Penha e sobretudo por José Veríssimo; ver Côrtes Riedel / Viegas: 1996, p. 11, p. 19; ver também p. 33, onde é reproduzido o parecer sobre a admissão de Euclides da Cunha ao IHGB, de 1903.

³⁶ Há meio século atrás, nos Estados Unidos ainda prevalecia o interesse informativo e erudito por *Os Sertões*, de modo que o tradutor para o inglês deu ao livro um cunho predominantemente acadêmico, realçando sua função referencial e publicando-o numa editora universitária, ao passo que as recentes traduções para o francês e para o alemão acentuam a função poética do texto; ver Cunha: 1944; Cunha: 1947; Cunha: 1993; Cunha: 1994. Um critério que salta aos olhos é a colocação das indispensáveis notas explicativas do tradutor que na versão inglesa como também na primeira versão francesa se encontram no pé da página, ao passo que quase todos os demais tradutores, para não intervir no fluxo da leitura e para dar ao livro, já pelo leiaute, um caráter mais literário, preferiram notas finais ou/um glossário, como apêndice. Sobre a versão inglesa ver Milton: 1997.

Um dos recursos de acentuar, na versão alemã, a literariedade do texto, consiste em dar preferência, na translação de termos científicos ou técnicos, ao termo baseado no léxico de origem germânica nos casos em que a língua alemã oferece duas alternativas: um termo mais acadêmico, geralmente de origem greco-latina; e um termo ora popular, ora traduzido como empréstimo semântico, com radical de origem germânica; por exemplo “podômetro” pode ser traduzido como “Podometer” ou como “Schrittzähler”; “cautério”, pode ser “Kauterium” ou, eventualmente, “Brennschere”; “animalidade primitiva” pode ser “primitive Animalität”

Na obra euclidiana se opõem e se revezam o cientificismo por um lado e o ceticismo para com as ciências, inclusive as sociais, por outro lado, sendo de um modo geral as duas atitudes dominadas pela percepção tão exata quanto impressionista e imaginosa do literato, que vê e recria a realidade com olhar de pintor, fotógrafo, dramaturgo ou quase cineasta, induzindo o leitor e portanto o tradutor a vê-la e recriá-la do mesmo jeito. O autor, com toda a força evocativa da sua retórica erudita e no entanto sensorial, subordina, portanto, em última instância, os discursos científico e histórico-antropológico ao literário, que evoca o recente passado como se guiasse os leitores por uma exposição de quadros e por um anfiteatro com cenas de uma tragédia, transmitindo-lhes as suas informações, emoções, perplexidades.³⁷ É programática a reflexão que antecede a conhecida frase “O sertanejo, antes de tudo, é um forte”:

“Sejamos simples copistas. [,] Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, [...] demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão B abandonados B há três séculos” (p. 177/178).

Recentes mudanças na vida intelectual e nas ciências humanas salientam a atualidade de *Os Sertões* como discurso híbrido poético-historiográfico-científico, modificando o papel do leitor e do tradutor inscrito no livro. Se a simultaneidade e até fusão de abordagens intelectuais tão díspares num mesmo livro era na época quase um sinal de atraso, explicável em um país sem universidades, sem cursos de ciências exatas fora da medicina e da engenharia,

ou, eventualmente, “ursprüngliche Tiernatur”; “a natureza estereografa-se” não dá para traduzir literalmente, mas poder-se-ia escrever “die Natur tritt stereographisch hervor”, ou “bietet sich stereographisch dar”, ou “bietet einen stereographischen Anblick”, podendo-se substituir talvez “stereographisch” por “plastisch”, palavra um pouco mais agradável ao ouvido. Soando a palavra “stereographisch” bastante feio em alemão, optei por “die Natur meißelt sich heraus”, o que significaria aproximadamente “a natureza esculpe-se” ou “cinzela-se”, solução menos científica, certo, porém mais plástica e mais acessível, e sobretudo mais sonora, mais poética. De um modo geral os termos científicos alemães de origem estrangeira, principalmente por sua sonoridade estranha, despoetizam o estilo e, enquanto signos imotivados, com seus radicais desconhecidos ao leitor comum, são pouco sugestivos quando muito frequentes em um texto; ao passo que as palavras menos eruditas de origem germânica, geralmente compostas, têm sonoridade mais agradável, sendo além disso mais sensoriais e sugestivas, por seu parentesco reconhecível com outras palavras, ou seja por seu caráter de signos motivados. Devido à pouca elegância fônica de muitos termos científicos em alemão, é difícil escrever nesta língua um texto acadêmico ou instrumental num estilo sensorial e expressivo.

³⁷ Ver Zilly: 1998, 13-37. As numerosas metáforas provenientes das artes plásticas e cênicas são elementos do leitor e do tradutor implícito, incitando o leitor e o tradutor a uma leitura e reconstituição visualizadora. Vários editores e tradutores de *Os Sertões*, justamente para realçar o caráter cênico do livro e também para tomar os longos capítulos mais transparentes através de subdivisões, introduziram entre-títulos, tomados ou do próprio texto euclidiano, ou dos sumários que precedem cada uma das oito partes do livro; ver Galvão: 1985, p. 23.

sem cursos de ciências sociais e de letras, hoje em dia essa poetização do discurso científico e sociológico, essa renúncia ao juízo coerente e ao domínio total da análise e da sistematização, essa plurivocidade também conquistariam boa parte da historiografia e da antropologia. A atitude de observador participante que Euclides reveste, a sua encenação presentificadora dos eventos, apesar do seu gesto por vezes professoral e autoritário, todos esses traços supostamente datados de *Os Sertões* podem ser lidos como prenúncios da nova historiografia, de um Ginzburg, Duby, Le Roy Ladurie, uma escrita histórica menos categorial e analítica, antes cênica, encenatória, empática, dando voz aos perdedores da história, aproximando-se daquilo que o antropólogo Clifford Geertz chama de “descrição densa”.³⁸

Ao passo que a historiografia oficial na Europa de cem anos atrás considerava pouco profissional o estudo de eventos recém-ocorridos, parecendo Euclides, sob esse aspecto, adepto aparentemente ingênuo, amadorístico e retardatário da tradição greco-romana e do ensaísmo iluminista, visto a partir de hoje ele, ao contrário, surge como autor moderno, pois de algumas décadas para cá a história do tempo presente virou disciplina respeitadíssima nas universidades do mundo inteiro.

A literariedade do livro, portanto, não é uma qualidade invariável, visto que o seu grau e o seu caráter dependem em grande parte do leitor, do seu horizonte de expectativa, do seu interesse cognitivo assim como da conjuntura histórica. Na medida em que aumenta a distância cronológica e cultural entre o ato da leitura e a primeira publicação do texto, o seu caráter pragmático, as suas funções referenciais e apelativas vão perder uma parte de sua importância, de modo que o clássico euclidiano hoje em dia, principalmente fora do Brasil, é mais literário do que era no Brasil de 1902. Se os eventos narrados e o seu arcabouço teórico passam cada vez mais ao segundo plano, cabe ao tradutor, dentro da mencionada tríade discursiva, realçar a vertente literária, sem negligenciar as outras. Para o leitor estrangeiro de hoje em dia importa menos se certos detalhes do relato correspondem aos fatos; mais relevantes são o estilo e o modo de narração, a exemplaridade dos temas, as atitudes morais e filosóficas do narrador, vistas diante dos últimos cem anos de Civilização ameaçada por ela mesma que transcorreram desde a publicação de *Os Sertões*.

³⁸ Riisen: 1997. Diferentemente de autores pós-modernos, Euclides, como escritor científico do século 19, mantém naturalmente o conceito da História una e, teoricamente, cognoscível. Sua empatia com o sertanejos e comparsas dos soldados não constitui um princípio da narrativa toda, e apesar da multiplicidade de impressões, perspectivas e vozes ele nem sempre abandona a hegemônica visão racional do narrador erudito que procura pairar acima das contingências da realidade, para entendê-la e explicá-la.

Bibliografia

- Euclides da Cunha, *Os Sertões*, edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, São Paulo, Brasiliense, 1985 [Edição citada; 1ª edição: *Os Sertões (Campanha de Canudos)*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1902].
- Euclides da Cunha, *Os Sertões: Campanha de Canudos*, edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, São Paulo, Ática, 1998.
- Euclides da Cunha, *Obra Completa*, org. por Afrânio Coutinho, 2 vols., Rio de Janeiro, Aguilar, 1966.
- Euclydes da Cunha, *Los Sertones*, tradução de Benjamín de Garay, 2 vols., Buenos Aires, Mercatali, 1938.
- Euclides da Cunha, *Los Sertones: la tragedia del hombre derrotado por el medio*, Buenos Aires, Claridad, 1942.
- Euclides da Cunha, *Los Sertones*, tradução de Estela dos Santos, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1980.
- Euclides da Cunha, *Rebellion in the Backlands (Os Sertões)*, tradução de Samuel Putnam, Chicago, The University of Chicago Press, 1944.
- Euclides da Cunha, *Les Terres de Canudos: Os Sertões*, tradução de Sereth Neu, Rio de Janeiro, Caravela, 1947 [Título na capa: *Les Terres de Canudos: Grand roman historique traduit du portugais par Sereth Neu*].
- Euclides da Cunha, *Hautes Terres: La guerre de Canudos*, tradução de Jorge Coli e Antoine Seel, Paris, Métailié, 1993.
- Euclides da Cunha, *Krieg im Sertão*, tradução de Berthold Zilly, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1994.
- Olímpio de Souza Andrade, *História e interpretação de "Os Sertões"*, São Paulo, Edart, 1960.
- Rosemary Arrojo, *Oficina de tradução: a teoria na prática*, São Paulo, Ática, 1986.
- Joaquim Machado de Assis, "Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade", em J.M.A., *Obra Completa*, organizada por Afrânio Coutinho, 3 vols., Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1986, vol. III, p. 801-809.
- Karlheinz Barck, "A tarefa de traduzir *A tarefa do tradutor* no Rio de Janeiro", in Walter Benjamin, *A tarefa do tradutor*, tradução de Dirce Riedel et alii, revisão de Johannes Kretschmer, Rio de Janeiro, UERJ/Instituto de Letras, 1994, p. 33-40.

- Walter Benjamin, “Die Aufgabe des Übersetzers”, in W.B. *Schriften*, hrsg. v. Th. W. Adorno und Gretel Adorno unter Mitwirkung von Friedrich Podszus, Band I, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1955, p. 40-54.
- Walter Benjamin, *A tarefa do tradutor*, tradução de Dirce Riedel et alii, Rio de Janeiro, UERJ/Instituto de Letras, 1994.
- Antoine Berman, *L'épreuve de l'étranger: Culture e traduction dans l'Allemagne romantique. Herder, Goethe, Schlegel, Novalis, Humboldt, Schleiermacher, Hölderlin*, Paris, Gallimard, 1984.
- Antoine Berman, “La traduction et la lettre, ou: L'auberge du lointain”, in: G. Granel, A. Jaulin, G. Mailhos, H. Meschonnic, *Les tours de Babel: Essais sur la traduction*, Mauvezin, Trans-Europ-Repress, 1985, p. 33-150.
- Antoine Berman, *Pour une critique des traductions: John Donne*, Paris, Gallimard, 1995.
- Antoine Berman, “Commentaire de la *Tâche du traducteur* de Walter Benjamin”, in: *Césure: Revue de la Convention Psychanalytique*, Paris, n° 11, 1996, p. 11-17.
- Jorge Luis Borges, “Pierre Menard, autor del *Quijote*”, em J.L.B., *Obras Completas 1923-1972*, Buenos Aires, Emecé, 1974, p. 444-450 [também publicado em J.L.B., *Ficciones*, Madrid, El libro de Bolsillo/Alianza, 1971, p. 47-59].
- Haroldo de Campos, “Da tradução como criação e como crítica”, in: Haroldo de Campos, *Metalinguagem & outras metas: ensaios de teoria e crítica literária*, São Paulo, Perspectiva, 1992, p. 31-48.
- Haroldo de Campos, “Da Tradução à transficcionalidade”, in *34 Letras*, n° 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 82-101.
- Haroldo de Campos, “A *língua pura* na teoria da tradução de Walter Benjamin”, in *Revista USP*, São Paulo, USP, n° 33, março-maio 1994, p. 160-170.
- Duden: Das große Wörterbuch der deutschen Sprache*, 8 vols., Mannheim; Leipzig; Wien, Zürich, Dudenverlag, 1993-1995.
- Terry Eagleton, *Teoria da Literatura: Uma Introdução*, tradução de Waldensir Dutra, São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- Walnice Nogueira Galvão / Oswaldo Galotti, *Correspondência de Euclides da Cunha (ativa)*, São Paulo, Edusp, 1997.
- Walnice Nogueira Galvão, “Introdução”, in: Euclides da Cunha, *Os Sertões*, edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, São Paulo, Brasiliense, 1985.

- Marcia Japor de Oliveira Garcia / Vera Maria Fürstenau, *O Acervo de Euclides da Cunha na Biblioteca Nacional*, Campinas, Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1995.
- Heidrun Gerzymisch-Arbogast, *Übersetzungswissenschaftliches Propädeutikum*, Tübingen; Basel, Francke, 1994.
- Hans G. Hönl, *Konstruktives Übersetzen*, Tübingen, Stauffenburg, ²1997.
- Alfred Hirsch (org.), *Übersetzung und Dekonstruktion*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1997.
- Wolfgang Iser, *Der implizite Leser: Kommunikationsformen des Romans von Bunyan bis Beckett*. München. Fink, ³1994.
- Wolfgang Iser, *O Fictício e o imaginário: Perspectivas de uma antropologia literária*, Tradução de Johannes Kretschmer, Rio de Janeiro, UERJ, 1996.
- Wolfgang Iser, *O Ato da leitura: uma teoria do efeito estético*, tradução de Johannes Kretschmer, vol. 1, São Paulo, editora 34, 1996.
- Roman Jakobson, “Aspectos lingüísticos da tradução”, in: Roman Jakobson, *Lingüística e comunicação*, tradução de Isidoro Blikstein, São Paulo, Cultrix, 1969, p. 63-72.
- Roman Jakobson, “Lingüística e poética”, in: Roman Jakobson, *Lingüística e comunicação*, tradução de Isidoro Blikstein, São Paulo, Cultrix, 1969, p. 118-162.
- Wolf Lepenies, *As três culturas*, tradução de Maria Clara Cescato, São Paulo, Edusp, 1996.
- John Milton, “A Tradução de Samuel Putnam de *Os Sertões* B *Rebellion in the Backlands*, de Euclides da Cunha”, in: *Pandaemonium Germanicum: Revista de Estudos Germânicos*, São Paulo, USP/DLM/Humanitas, 1997, n° 1, p. 181-185.
- John Milton, *O Poder da tradução*, São Paulo, Ars Poética, 1993.
- Lineide do Lago Salvador Mosca, “A Preservação dos aspectos expressivos na atividade tradutória: uma aplicação a *Os Sertões*, de Euclides da Cunha”, in: *Pandaemonium G Germanicum: Revista de Estudos Germânicos*, São Paulo, USP/DLM/Humanitas, 1997, n° 1, p. 187-198.
- Neue Rundschau*, ano 107, caderno 1, “Der postkoloniale Blick: Eine neue Weltliteratur?”, Frankfurt am Main, Fischer, 1996.
- José Paulo Paes, *Tradução: A ponte necessária*, São Paulo, Ática, 1990.

- Dirce Côrtes Riedel / Ana Cláudia Coutinho Viegas (orgs.), *Os Sertões de Euclides da Cunha e a imprensa da época*, Rio de Janeiro: UERJ, Dep. de Extensão, 1996 (=Cadernos do Centro de Estudos Virgínia Côrtes de Lacerda, vol. 1, n. 1).
- Jörn Rüsen, “História entre a modernidade e a pós-modernidade”, em *História: Questões e Debates*, Curitiba, UFPr, 1997, v. 14, n. 26/27, jul./dez. 1997, p. 80-101.
- Friedrich Schleiermacher, “Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens”, in: Hans Joachim Störig (org.), *Das Problem des Übersetzens*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1973, p. 38-70.
- Adriano Schwartz, “Instinto de universalidade”, em *Folha de S. Paulo*, 28/3/1999, Caderno Mais, p. 6.
- Hans Joachim Störig, “Einleitung”, in Hans Joachim Störig (org.), *Das Problem des Übersetzens*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1973, p. VII-XXXIII.
- Alcides Villaça, “Machado de Assis, tradutor de si mesmo” in *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 1998, n° 51, p. 3-14.
- Ralph-Rainer Wuthenow, *Das fremde Kunstwerk: Aspekte der literarischen Übersetzung*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1969.
- Berthold Zilly, “Um depoimento brasileiro para a História Universal: traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha”, em *Estudos: Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, UFRJ/CPDA, 1997, n° 9, p. 5-15 (versão ligeiramente ampliada do artigo com título idêntico na revista *Humboldt*, Bonn, Inter Nationes, 1996, n° 72, p. 8-16).
- Berthold Zilly, “A guerra como painel e espetáculo: A história encenada em *Os Sertões*”, em *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, suplemento, vol. V, julho de 1998, p. 13-37.

A HERANÇA PARNASIANA NA OBRA DE CAMILO PESSANHA

Barbara Spaggiari

Camilo Pessanha é unanimemente reconhecido como o maior simbolista português e foi, de fato, um intérprete magistral do Simbolismo, mesmo além das fronteiras lusitanas.¹

Apesar disso, é possível reconhecer nalgumas características da sua obra certos vestígios da poética parnasiana e até surpreender fenômenos de intertextualidade, que ligam um pequeno grupo de poemas da *Clepsidra* a *Trophées* de José-Maria de Heredia.

No plano respeitante à própria organização da obra intitulada *Clepsidra*, já foi por nós evidenciada a influência parnasiana na valorização do soneto como elemento estruturante do macrotexto.²

De fato, a 'editio princeps' da *Clepsidra* (que foi publicada em 1920) compreende um total de trinta textos, divididos em duas secções simétricas, formadas respectivamente por «SONETOS» e «POESIAS». São quinze os sonetos e treze os poemas vários. Na realidade, porém, estes chegam também a quinze, incluindo a *Inscrição* e o poema *Final*, que abrem e fecham o livro, como se pode verificar pelo sumário seguinte:

CLEPSYDRA

Poêmas de Camillo Pessanha
Edições Lusitânia - Lisboa 1920

Inscrição

Eu vi a luz em um paiz perdido

¹ A este assunto mais geral está dedicado o nosso volume *O simbolismo na obra de Camilo Pessanha*, Lisboa, 1982 («Biblioteca Breve», 66).

² Veja-se o artigo *A edição crítica da «Clepsidra» de Camilo Pessanha: filologia e crítica*, na revista «Quinto Império», 7 (1996), pp.61-70; e agora a introdução do volume *Camilo Pessanha: «Clepsidra» e outros poemas*, edição crítica (...) por B. Spaggiari, Porto, Lello, 1997 («Obras de Referência»).

Sonetos

*Tatuagens complicadas do meu peito
Cancei-me de tentar o teu sêrêdo [ESTATUA]
Vae declamando um comico defunto [PHONOGRAPHO]
Desce em folhedos tenros a colina
Esvelta surge! Vem das aguas, nua
Depois da lucta e depois da conquista
Quem polluiu, quem rasgou os meus lençoes de linho
Ó meu coração torna para traz
Floriram por engano as rosas bravas
E eis quanto resta do idyllio acabado
Singra o navio. Sob a agua clara
Foi um dia de inuteis agonias
Passou o outono já, já torna o frio...
Quando voltei encontrei os meus passos
Imagens que passaes pela retina*

Poesias

*Quando se erguerão as setteiras
Não sei se isto é amor. Procuro o teu olhar
Rufando apressado
Ao meu coração um peso de ferro
Ha no ambiente um murmurio de queixume [CREPUSCULAR]
Se andava no jardim
Depois das bodas de oiro
O meu coração desce
Chorae arcadas
Só, incessante, um som de flauta chora [AO LONGE OS BARCOS
DE FLORES]
De sob o cómoros quadrangular [EM UM RETRATO]
Na cadeia os bandidos presos!*

Final

Ó cores virtuaes que jazeis subterraneas

A vontade de organizar o volume baseando-se na oposição estrutural entre ‘soneto’ e ‘não-soneto’ é um reflexo evidente das teorias parnasianas. Foi, como é sabido, José-Maria de Heredia quem, no final do séc. XIX, com *Trophées*, relançou a moda do soneto e elaborou a melhor definição de *soneto* («Discours prononcé à l’inauguration de la statue de Joachim du Bellay», publicado em 1894):

«Le sonnet, par la solide élégance de sa structure et par sa beauté mystique et mathématique, est sans contredit le plus parfait des poèmes à forme fixe. Elliptique et concis, d’une composition logiquement déduite, il exige du poète, dans le choix de peu de mots où doit se concentrer l’idée et des rimes difficiles et précieuses, un goût très sûr, une singulière maîtrise. Or nul, ni même Ronsard n’a su faire tenir, dans le cadre étroit de ces quatorze vers, des tableaux d’un art si accompli, aussi puissant que délicat, où l’ingéniosité la plus raffinée s’unit à la plus mâle et à la plus exquise simplicité».³ E o discurso continua elogiando, em Joachim du Bellay, o poder de «évocation, la première des vertus poétiques».⁴

Heredia suscitou uma multidão de imitadores no final do século passado. Num ensaio consagrado ao poeta parnasiano francês (Boston, 1975), o crítico Alvin Harms pôde recensear pelo menos uma dúzia de coletâneas compostas exclusivamente por sonetos, que vieram à luz naquela altura e o conduziram à seguinte conclusão: «The important fact is that between 1893 and 1920 was difficult to write a sonnet without experiencing the awareness and often the influence of *Les Trophées*».

Ora bem, se nos detivermos na data da primeira redação dos poemas de Pessanha (correspondente, de fato, à data de composição e não às revisões posteriores eventualmente conhecidas), poderemos evidenciar vários aspectos de importância primordial.

Nos poemas mais antigos que dele se conservam, compostos entre 1885 e 1887 (todos rejeitados, sem exceção, no momento de selecionar os textos para inserção na *Clepsidra* de 1920), Pessanha alterna os sonetos com outros tipos de poemas que têm metro e medida bastante desiguais.⁵

³ Trad.: «O soneto, pela sólida elegância da sua estrutura e pela sua beleza mística e matemática, é sem dúvida nenhuma o mais perfeito dos poemas de forma fixa. Elíptico e conciso, composto com lógica rigorosa, o soneto exige do poeta -na escolha quer das poucas palavras onde a ideia há-de concentrar-se, quer das rimas difíceis e raras- um gosto sem falha, uma mestria não comum. Agora, ninguém -nemo próprio Ronsard- fez caber, na moldura restrita destes catorze versos, quadros de arte tão primorosa, tão poderosa como delicada, onde o engenho mais requintado vai unir-se à mais viril e sofisticada singeleza».

⁴ É preciso lembrar que o «poder de evocação» é especialmente apontado por Pessanha como sendo uma das qualidades mais relevantes da poesia chinesa, a que se refere com palavras elogiosas (veja-se a introdução da edição crítica acima citada, pp.36-37).

⁵ A variedade e até a irregularidade das formas estróficas e dos versos que o poeta utiliza podem ser avaliadas pelo registro completo que figura na edição crítica acima citada (pp.207-208) e que vem aqui reproduzido mais adiante (notas 14 e 15).

Em 1888, tanto quanto se sabe, não compôs versos novos, ou, pelo menos, nada se conserva que possa remontar àquela data. Confirma-se assim que dedicou todo o ano a reflexões teóricas sobre a poética, o que constitui realmente um *discrímen* na sua produção.⁶

Logo depois, no período que vai de 1889 a 1893, Pessanha escreveu apenas cinco poemas (três sonetos e duas poesias), que – com a exceção de MADALENA – foram destinados à inclusão na *Clepsidra* de 1920.

Em 1894, houve mais uma pausa na atividade criativa do poeta, precedendo a verdadeira explosão de textos compostos no ano de 1895. Foram dez no total, repartidos entre cinco sonetos e cinco poemas vários (dos quais um só – ÁGUA MORRENTE – foi depois excluído da primeira edição da *Clepsidra*):

PAISAGENS DE INVERNO II

«Depois das bodas de oiro»

ÁGUA MORRENTE

NA CADEIA

QUANDO?

QUEDA

NO CLAUSTRO DE CELAS

«Foi um dia de inúteis agonias»

«Quem poluiu, quem rasgou os meus lençóis de linho»

«Quando voltei encontrei os meus passos»

Segundo creio não será demasiado arriscado afirmar que esta produção excepcional do ano 1895⁷ terá sido despoletada pela publicação de *Trophées* de Heredia, em 1893 – até porque existem contactos evidentes, quase ‘ad litteram’, que sugerem uma relação não mediata entre alguns poemas de Pessanha e uns sonetos de Heredia,⁸ além de certos temas que, por serem demasiado comuns na literatura da época, não podem ser atribuídos, com uma certeza absoluta, a uma influência direta.⁹

⁶ Sobre este assunto, veja-se o capítulo 2 da nossa edição crítica.

⁷ Em seguida, o ritmo das composições volta a ser, como antes, mais pausado; nunca, na sua vida, Pessanha voltou a escrever um tão elevado número de poemas num tão curto espaço de tempo.

⁸ Na intenção de identificarmos convenientemente as dívidas de Pessanha e localizarmos os intertextuais, utilizamos mais uma vez o léxico completo da sua obra, que figura no final da edição crítica acima mencionada.

⁹ Todos são motivos típicos da sensibilidade decadente, que exalta o instinto da morte, a associação da violência com o erotismo, da serenidade divina com as cenas de carnagem, etc.

Até o título de *Trophées* parece ecoar no soneto «Tatuagens complicadas do meu peito», incluído na *Clepsidra* a partir da primeira edição de 1920. Não se trata somente do verso¹⁰ 2 (*Tropheos, emblemas, dois leões alados*) que já nos fornece indícios preciosos da procedência hereditária; são sobretudo o v.5 (*o meu brasão*) e o v.14 (*Que realça de oiro um colar de besantes*) os que indicam peremptoriamente a fonte da composição no soneto de Heredia intitulado *Blason céleste*:

BLASON CÉLESTE

*J'ai vu parfois, ayant tout l'azur pour émail,
Les nuages d'argent et de pourpre et de cuivre,
A l'Occident où l'oeil s'éblouit à les suivre,
Peindre d'un grand blason le céleste vitrail.
Pour cimier, pour supports, l'héraldique bétail,
Licorne, léopard, alérion ou guivre,
Monstres, géants captifs qu'un coup de vent délivre,
Exhaussent leur stature et cabrent leur poitrail.
Certe, aux champs de l'espace, en ces combats étranges
Que les noirs Séraphins livrèrent aux Archanges,
Cet écu fut gagné par un Baron du ciel;
Comme ceux qui jadis prirent Constantinople,
Il porte, en bon croisé, qu'il soit George ou Michel,
Le soleil, besant d'or, sur la mer de sinople.*

A inspiração heráldica, os animais apresentados nos brasões, o gosto pelos materiais preciosos da ourivesaria (*émail, argent, cuivre, or*) e pelas suas cores (*or, pourpre*)... Tudo isto pode pertencer em geral à sensibilidade decadente, mas torna-se aqui do maior interesse, precisamente porque vem conjugado com algumas citações pontuais: *blason*, que aparece no título e no v.4 do soneto francês, produz *brasão* no v.5 de *Tatuagens...*; mas é sobretudo o *besant d'or* do v.14 que se repercute no verso, também final, do soneto de Pessanha (*Que realça de oiro um colar de besantes*).¹¹

¹⁰ Adiante, “v.”.

¹¹ O texto da *Clepsidra* de 1920 corresponde à versão publicada na revista *Centauro* e em *A voz da mocidade*, ambas no ano de 1916. Do verso existe uma variante mais prosaica, *Sobre que realça o oiro dos besantes*, que é conservada em manuscrito sem data, no *Notícias de Bragança* (1913) e no *Boletim da Agência geral das Colónias* (1926). Veja-se o aparato crítico do soneto na nossa edição.

Há mais dois sonetos de Heredia que, com certeza, tiveram, sobre dois outros de Pessanha, uma influência direta visível logo nos títulos: *L'oubli* e *La flûte*. O primeiro apresenta a imagem de um templo em ruína, onde a erva solitária cobre, como uma lápide sepulcral, as estátuas quebradas dos deuses e dos heróis. A mesma imagem aparece em dois sonetos de Pessanha: no que começa «E eis quanto resta do idílio acabado» (que foi intitulado, por João de Castro Osório, NO CLAUSTRO DE CELAS) e no outro a que o mesmo editor deu o título de OLVIDO («Desce por fim sobre o meu coração»).

No primeiro, Pessanha descreve um convento abandonado, onde tudo acabou: *no claustro agora viçam as ortigas,/Rojam-se cobras pelas velhas lájeas./Sobre a inscrição do teu nome delido!...Ó doce, ingénua, inscrição tumular* (vv.7-9, 14); e *olvido* figura já como palavra em rima ao v.13.

O mesmo vocábulo *olvido* (= *l'oubli*) aparece no começo do segundo soneto, bem realçado pelo *enjambement* e pela cesura que imediatamente o segue [que vem logo depois]: *Desce por fim sobre o meu coração /O olvido. Irrevocável. Absoluto.*

No outro texto de Heredia já acima indicado (*La flûte*), o som da flauta preenche o céu da tarde, que é sulcado pelo vôo dos pássaros e animado pelo ruído de uma nascente de água, a deslizar entre os junquinhos:

*Voici le soir. Au ciel passe un vol de pigeons.
Rien ne vaut pour charmer une amoureuse fièvre,
Ó chevrier; le son d'un pipeau sur la lèvre
Qu'accompagne un bruit frais de source entre les joncs.* (vv.1-4)

*Ma flûte, faite avec sept tiges de ciguë
Inégales que joint un peu de cire, aiguë
Ou grave, pleure, chante ou gémit à mon gré.* (vv.9-11)

A flauta de Heredia, 'aguda ou grave, chora, canta ou geme' (vv.10-11), assim como a flauta do próprio Pessanha no rondel AO LONGE OS BARCOS DE FLORES:

*Só, incessante, um som de flauta chora,
Viúva, grácil, na escuridão tranquila,
– Perdida voz que de entre as mais se exila,
– Festões de som dissimulando a hora*

*Na orgia, ao longe, que em clarões cintila
 E os lábios, branca, do carmim desflora...
 Só, incessante, um som de flauta chora,
 Viúva, grácil, na escuridão tranquila.
 E a orquestra? E os beijos? Tudo a noite, fora,
 Cauta, detém. Só modulada trila
 A flauta flébil... Quem há-de remi-la?
 Quem sabe a dor que sem razão deplora?
 Só, incessante, um som de flauta chora...*

E «le bruit frais de source entre les joncs» evoca irresistivelmente o primeiro terceto do soneto *Fonógrafo*:

*Muda outra vez: gorjeios, estribilhos
 Dum clarim de oiro – o cheiro de junquinhos,
 Vívido e agro! – tocando a alvorada...*

O maior número de sugestões heredianas manifesta-se em dois poemas, ambos de 1895, *Castelo de Óbidos* e «Esvelta surge», onde Pessanha quer exprimir a exaltação utópica –e portanto dolorosa- de um jovem que aspira a ser herói e guerreiro, a fim de lutar contra o destino e contra a morte: *os antigos e puríssimos lidadores* têm que ressurgir para enfrentar as contendidas e voltar, após tantos trabalhos e perigos, *quase mortos mas vencedores*.

Vários trechos da secção *Hercule et les Centaures*, mas ainda mais o tom geral deste grupo de sonetos, suscitam em Pessanha uma emulação que transcende a inspiração clássica da fonte, para manifestar as pulsões do orgulho ferido junto com o gosto amargo do inevitável desengano. É, aliás, uma atitude bastante comum na geração que sofreu o Ultimatum inglês de 1890.

Veja-se «Esvelta surge!...», v.6-7 sg. *Eis-me formoso, moço e casto, forte./Tão branco o peito! – para o expor à Morte.../A hidra torpe!... Que a estrangulo...Esmago-a/De encontro à rocha onde a cabeça te há-de,/ (...)/Ir inclinar-se, desmaiar de amor,/ Sob o fervor da minha virgindade/E o meu pulso de jovem gladiador*. Os referentes imediatos encontram-se numa série de versos, que pertencem ao grupo de sonetos acima citados, e precisamente: *Nessus*, v.5 «Tel j'ai grandi, beau, libre, heureux», *Centaures et Lapithes*, vv.2-3 «Centaures et guerriers ivres, hardis et beaux;/Et la chair héroïque, au reflet des flambeaux»; *Fuite de Centaures*, v.1 «Ils fuient, ivres de meurtre et de rébellion», v.5 «Ils franchissent, foulant l'hydre et le stellion».E, ainda, *Sphynx* v.7-8 sg. «–Es-tu le Dieu? –Je suis le Héros (...)/–Mais tu

cherches la mort. L'oses-tu braver? –Oui./(...)/–N'approches pas. –Ma lèvre a fait frémir ta bouche.../–Viens donc! Entre mes bras tes os vont se briser».

Para concluir esta resenha dos fenômenos de intertextualidade entre Pessanha e Heredia, falta apenas um confronto, muito pontual, que diz respeito a um só verso do mesmo soneto *Centaures et Lapithes* acima citado: o v.5 *Rires, tumulte...Un cri!...L'Épouse polluée* inspirou com certeza Pessanha, até no ritmo sincopado do verso, ao escrever *Rixas, tumultos, lutas* no v.9 do poema «Porque o melhor enfim»: onde, aliás, *gritos* aparece em rima ao v.40, e *rirme* em rima ao v.47.

Quanto à *l'épouse polluée*, este sintagma de perturbante crueza ecoa no verso inicial do texto mais autobiográfico e mais sofrido que Pessanha compôs, aquele soneto dedicado à mãe que começa: *Quem poluiu, quem rasgou os meus lençóis de linho* (onde os lençóis são o símbolo da pureza virginal da esposa, que fica poluída e perdida para sempre).

Entre os traços comuns que enlaçam José-Maria de Heredia e Camilo Pessanha, não existem apenas a predileção para o soneto e –como acabamos de ver– uma série considerável de coincidências pontuais, mas igualmente muitos aspectos não secundários das vicissitudes que rodearam a obra dos dois poetas.

Segundo o testemunho de Pierre Louys,¹² Heredia planeava recolher cerca de trezentos sonetos num só volume. Contudo, Heredia veio a preferir editar *Trophées*, cedendo assim aos pedidos de alguns amigos que já conheciam os seus poemas, por os terem lido em revistas avulsas, ou ouvido recitar pela viva voz do próprio autor.¹³

Além disso, Heredia costumava oferecer aos amigos cópia de um ou outro poema, ou então enviava sonetos junto com as cartas: o que explica, no seu caso como no de Pessanha, a abundância de manuscritos dispersos, afora do acervo que ficou na posse da família (o genro Louys e as filhas de Heredia), ou dos herdeiros espirituais (Ana e João de Castro Osório, mas também outros confidentes e amigos de Pessanha, como Carlos Amaro e Alberto Osório de Castro).

O conjunto dos autógrafos conservados cria, aliás, várias dificuldades aos editores, quer antigos, quer modernos. Antes de tudo, aos manuscritos falta

¹² Genro do poeta que, ao classificar e organizar-lhe os manuscritos após a morte, procurou salvar-lhe a memória e a obra, à semelhança do que fez João de Castro Osório por Pessanha.

¹³ Não será aqui preciso lembrar como os poetas do Parnasse tinham o hábito de reunir com regularidade no 'entresol du Passage Choiseul', onde falavam de poesia, declamando e trocando os seus versos.

homogeneidade, pois coexistem neles versos isolados e fragmentos mais amplos, ao lado de versões integrais alternativas.¹⁴

Por outro lado, a cronologia dos autógrafos é problemática, pois só uma parte deles é datada pelo próprio autor; muitas vezes, apenas é possível estabelecer uma situação cronológica aproximada e ainda assim mediante o material de escritório utilizado.

Como se vê, a situação é sensivelmente idêntica àquela revelada pelos autógrafos de Pessanha: eles também são caracterizados pelo caráter fragmentário, pela riqueza de redações e pela falta de uma data sempre atendível (ou até, de uma qualquer data).

Depois da primeira edição de *Trophées*, seguindo o conselho de Mallarmé, Heredia eliminou os cantos épicos que figuravam no apêndice do volume, preparando ao mesmo tempo a introdução de mais cinquenta sonetos. O projeto, que ficou inacabado, foi contudo prosseguido de 1893 até 1905 (ano em que Heredia faleceu), encontrando-se, nos autógrafos, sinais do plano de inclusões previsto pelo próprio autor. De fato, a partir de 1884, Heredia começou por agrupar os sonetos em dípticos, trípticos ou em pequenas seqüências.

Depois da morte do poeta, foi Pierre Louys quem inseriu cerca de cento e quarenta sonetos, em boa parte fragmentários, nas cinco secções de *Trophées*, tentando respeitar, por um lado, o plano de Heredia e, por outro, a técnica que ele mesmo tinha aplicado à edição das *Bucoliques* de André Chénier (Maison du Livre, 1905).

O método da edição crítica aprontada por Heredia é explicado, antes, na «Revue des deux Mondes» e, depois, ao longo de *Préface*, no livro de Chénier. Heredia compara a decifração dos manuscritos à reconstituição de uma estátua antiga. O editor «tente de rétablir, de coordonner une oeuvre écrite, fragmentaire et inachevée», afirmando a impossibilidade de «retrouver une composition qui n'était peut-être même pas arrêtée».

Eis aqui, nas palavras de Heredia, a melhor definição possível da obra de Camilo Pessanha: fragmentária e inacabada, talvez até nunca estabelecida e fixada em forma que possa considerar-se definitiva.

Assim sendo, no caso de Heredia, *Trophées* de 1893 constituirá a obra de referência obrigatória para qualquer estudo ou edição crítica, devendo ser deixados de lado os autógrafos anteriores e posteriores à primeira edição (e, portanto, as variantes quer genéticas, quer evolutivas). Da mesma forma, no

¹⁴ Repare-se, ainda, no fato de que *Trophées* apresenta uma média de dez redações por cada soneto (as variantes situam-se principalmente ao nível do verso conclusivo).

caso de Camilo Pessanha, *Clepsidra* de 1920 constituirá o único referente fidedigno para o estabelecimento do texto original.

Os parâmetros culturais em que a obra de Pessanha se insere confirmam incontestavelmente não apenas a legitimidade, mas também a necessidade científica de propor a 'editio princeps' da *Clepsidra*, porque é a única que 'existe' e que foi organizada em vida do poeta, com a sua participação (mesmo parcial) e a sua apreciação explícita. Por conseguinte, cabe mais uma vez sublinhar o fato de que a *Clepsidra* de 1920 nunca foi rejeitada ou desconhecida por Pessanha. Todos os documentos até agora divulgados confirmam esta conclusão; e a menos que sejam achados outros demonstrando o contrário, a edição de 1920 tem a aprovação do próprio autor.

É, portanto, esta edição dos seus poemas que há de considerar-se como definitiva – sempre que possa falar-se de algo definitivo, no que concerne à poesia, virtualmente inacabada, de Camilo Pessanha.

No caso da *Clepsidra*, a discussão teórica sobre o soneto não só pôde confirmar ou, pelo menos, sugerir a bipartição do livro em 'sonetos' e 'não-sonetos' (conforme o conceito parnasiano de macro-texto), como também alimentou o gosto de Pessanha pelo experimentalismo, dentro das formas tradicionais da métrica portuguesa.

Vale a pena, pois, sublinhar o quanto Camilo Pessanha não é poeta de fragmentos ou de versos livres. A sua obra inscreve-se perfeitamente, do ponto de vista formal, dentro dos padrões da tradição. A rigidez extrema dos esquemas métricos por ele escolhidos não está em contradição com a poética da fragmentação da realidade que ele exprime nos seus versos, uma vez que o aspecto técnico-formal do metro é coisa bem diferente da temática que a mensagem poética pretende transmitir.

Porém, mesmo adotando o soneto, que é a forma mais clássica da tradição lírica, Pessanha sabe introduzir uma grande riqueza no esquema rímico, buscando assim na variedade das rimas aquela margem de liberdade que a forma fixa de catorze versos aliás lhe negava.¹⁵

¹⁵ Para melhor ilustrar este aspecto fundamental da lírica de Pessanha, vamos listar, a seguir, os esquemas dos sonetos, em ordem de crescente de frequência: ABBA ABBA CCDEED (nn.32, 33, 34, 35); ABBA CDDC EEFGFG (nn.2, 4, 36); ABBA CDDC EEFGFG (nn.10, 15, 50); ABBA CDDC EFEFGFG (nn.5, 6, 9); ABBA ABBA CDCDCD (nn.3, 14); ABBA BAAB CCD EED (nn.31, 55); ABAB ABAB CDCDCD (n.16); ABAB ACACADA AAD (n.3); ABBA BAAB CDCADA (n.42); ABBA BAAB CDCDEED (n.56); ABBA CAACDDEFEF (n.8); ABBA CDDCAEF FAE (n.12); ABBA CDDC EFE AFA (n.37); ABBA CDDCEFEFEF (n.11); ABBA CDDC EFEFGF (n.7).

Quanto aos poemas vários, Pessanha ilustrou todos os tipos de verso (de quatro até doze sílabas) e pelo menos quinze tipos de estruturas estróficas diferentes, integrando-se tanto na tradição poética nacional, como na literatura européia contemporânea.¹⁶

Também neste aspecto da sua atividade poética Pessanha se confirma em sintonia com os movimentos culturais que marcaram o final do século XIX; e, apesar da irreduzível marginalidade que escolheu como emblema da própria existência, ocupa um lugar de primeiro plano na história da poesia européia, entre o Simbolismo e o Parnasse.

¹⁶ Reproduzimos, aqui, a lista dos metros e da organização estrófica relativa aos poemas vários (por ordem crescente de medida silábica; o número do poema refere-se à nossa edição crítica): quadrisílabo [n.25 (quintilha ABAAB)]; pentassílabo [n.19, 28 (redondilha menor)]; hexassílabo [n.22 (tercetos AAB), n.23, 24, 41, 53 (quartetos ABAB), n.51 (quartetos ABBA), n.46 (quartetos ABAB ACAC DEDE), n.47 (oitavas AAABAAAB)]; heptassílabo [n.49, 52 (quartetos ABBA)]; octossílabo [n.17, 29 (quartetos ABAB), n.40 (rondel)]; eneassílabo [n.43 (quartetos ABAB CDDC EFEFGHHG)]; decassílabo [n.21, 38, 48 (quartetos ABBA), n.1 (quarteto ABAB), n.26 (rondel), n.27 (díísticos AA, BB...), n.54 (dístico AB)]; alexandrino [n.8 (soneto !), n.18 (quartetos ABAB), n.30 (quartetos ABAB + C)]. Versos de medida variável [n.20, 39, 44, 45].

NOTAS E COMENTÁRIOS

Maximiano de Carvalho e Silva

1

EDIÇÕES CRÍTICAS DE CELSO CUNHA: O FILÓLOGO E O MEDIEVALISTA

É com a maior satisfação que registro a iniciativa da publicação num só volume de três das principais contribuições do grande lingüista e filólogo brasileiro Celso Ferreira da Cunha (*1917-†1989) aos estudos da poesia trovadoresca, sob o título *Cancioneiros dos Trovadores do Mar*: a edição crítica dos textos de Paay Gómez Charinho, Joan Zorro e Martin Codax¹.

A reedição conjunta desses trabalhos, sob a chancela da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de Lisboa, tem para nós brasileiros a grata singularidade de ter sido preparada pela Professora Elsa Gonçalves e de trazer uma “Apresentação” do Professor Ivo Castro, ambos da Universidade de Lisboa, e reconhecidos como das grandes figuras no campo dos estudos de Crítica Textual e de Lingüística e Literatura Portuguesa.

Na sua substanciosa “Apresentação”, ressalta em primeiro lugar Ivo Castro que a inclusão do livro na coleção “Filologia Portuguesa” inaugurada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda se justifica por uma das finalidades da mesma: a de “repor em circulação obras que não perderam o viço e a atualidade apesar dos avanços do conhecimento científico” (p. 7). De fato, foi uma feliz idéia a de reunir essas três edições críticas de Celso Cunha, que não tiveram todas elas a merecida divulgação entre os estudiosos da poesia trovadoresca, como trabalhos de “um editor eruditíssimo, dotado de bom senso e finura interpretativa, mas, sobretudo, respeitador das fontes manuscritas” (p. 9). Acentua mais Ivo Castro que, com a noção exata das irregularidades da versificação, Celso Cunha soube como editor resistir “à tradição emendatória nacional”, a que pagaram tributo grandes nomes da Filologia portuguesa; e repete a própria observação do filólogo de que “as infringências de Codax às regras formais da versificação galego-portuguesa, concretamente no caso das

¹ Celso Cunha. *Cancioneiro dos Trovadores do Mar*. Edição preparada por Elsa Gonçalves. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999. 534 p. [“Apresentação” de Ivo Castro.]

vogais paragógicas, não só não eram erros a emendar, como eram deliberados traços estilísticos a preservar e valorizar” (p. 10). Pouco mais adiante, refere-se Ivo Castro aos estreitos laços que uniram Celso Cunha e Luís Felipe Lindley Cintra, igualmente dedicados a estudos de Crítica Textual e a investigações de cunho original sobre os textos medievais, que com o tempo se tornaram co-autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* publicada em 1984 simultaneamente em Portugal e no Brasil. No que se refere ao filólogo brasileiro, seria oportuno acrescentar que os seus conhecimentos básicos dos problemas de edição e comentários de textos, entre eles os relativos à versificação irregular, se firmaram, como ele mesmo teve oportunidade de dizer mais de uma vez, através das lições de seu grande mestre Professor Sousa da Silveira, desde os anos finais da década de 30 em que foi seu aluno no curso de Letras na Universidade do Distrito Federal: o mesmo mestre de quem receberia a inspiração para compor as suas outras gramáticas da língua portuguesa, também mencionadas por Ivo Castro, e de quem seria sucessor na cátedra de Língua Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje UFRJ). Relembrou há pouco tempo a Professora Cilene da Cunha Pereira, filha de Celso Cunha, ao fazer a biografia do pai: “A Sousa da Silveira, professor de Filologia Portuguesa e seu orientador acadêmico, em nível de doutorado, Celso Cunha deveu a sua opção pela Crítica Textual, o gosto pelos Cancioneiros Medievais e pela fidelidade ao texto escrito, que Sousa da Silveira soube transmitir como ninguém aos seus discípulos”².

Termina Ivo Castro a sua nota prévia com importantes observações referentes às relações pessoais de mútuo respeito e profunda admiração e às afinidades no que se refere à lírica trovadoresca que tanto ligaram Celso Cunha e Elsa Gonçalves, o que permitiu à organizadora do livro *Cancioneiros dos Trovadores do Mar* “realçar as virtudes dos textos nele incluídos” sem deixar de “assinalar, com delicadeza e verdade, os seus envelhecimentos pontuais” (p. 13), explicáveis em trabalhos que o autor não teve ocasião de aprimorar e por isso relutava em publicar de novo, apesar das insistências dos amigos.

O volume reproduz em seguida, até a página 508, com extensas notas introdutórias e complementares de Elsa Gonçalves, as três edições críticas de Celso Cunha: *O Cancioneiro de Paay Gómez Charinho, Trovador do Século XIII*; *O Cancioneiro de Joan Zorro – Aspectos lingüísticos – Texto crítico – Glossário*; e *O Cancioneiro de Martin Codax* - cujas únicas edições datam de 1945, 1949 e 1956, respectivamente. Nas páginas finais do livro, em apêndice, encontrará o leitor o artigo “Sobre o Texto e a Interpretação das Cantigas de

² Cf. “Esboço Biográfico”, in *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários - In Memoriam Celso Cunha*, org. por Cilene e Paulo Roberto Dias Pereira, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, p. XVI.

Martin Codax” com que em 1981 Celso Cunha respondeu às críticas ao seu trabalho por parte da filóloga italiana Barbara Spaggiari (p. 511-529), e mais o “Índice Geral” do volume (p. 531-533).

Entre as soluções possíveis, optou Elsa Gonçalves pela reprodução fac-similada das edições de Celso Cunha, precedidas de extensas notas introdutórias, com dados minuciosos sobre as origens e destinação de cada uma delas, sobre os propósitos não atingidos pelo autor de revê-las e reeditá-las, e sobre as objeções que se possam fazer à iniciativa de as colocar de novo ao alcance dos leitores dos nossos dias. No que diz respeito a uma delas - a edição de *O Cancioneiro de Joan Zorro* (1949) - procedeu Elsa Soares às correções de erros tipográficos evidentes assinalados em errata pelo próprio autor, e tendo ao seu dispor numerosas anotações manuscritas ou datilografadas feitas por Celso Cunha, sempre empenhado em aprimorar os seus trabalhos, assumiu o penoso encargo de registrar em “Apostilas” o que colheu no exame cuidadoso de tais apontamentos.

As notas introdutórias e as apostilas de Elsa Gonçalves, que tanto enriquecem com dados informativos e observações críticas o livro em exame, são uma prova evidente de que obras de valor, “que não perderam o viço e a atualidade”, mas representam resultados dos estudos lingüísticos, filológicos e literários ultrapassados em muitos pontos pelos “avanços do conhecimento científico”, se por um lado merecem ser reeditadas como marcos históricos, não prescindem no entanto das necessárias advertências como orientação ao leitor, feitas no tom adequado, “com delicadeza e verdade”, segundo as lúcidas palavras de Ivo Castro.

A primeira das edições críticas de Celso Cunha, a de Paay Gómez Charinho (1945), como se percebe pelo fac-símile, tem as características das teses de concurso da época, com o texto datilografado e policopiado e tiragem limitada. Informa Elsa Gonçalves que o autor projetava publicar uma segunda edição refundida e ampliada, “da qual, no entanto, não parece ter deixado, nem o plano, nem os materiais organizados e dispostos para esse fim” (p. 18). Teve portanto a tese muito pequena divulgação, razão pela qual, a despeito das suas deficiências, compreensíveis inclusive pela exigüidade do tempo da sua elaboração, é de interesse inegável conhecê-la como atestado da evolução dos estudos da poesia trovadoresca, pois antes dela só existiram duas edições “verdadeiramente críticas de trovadores galego-portugueses” (p. 32): a de Don Denis, por Henry R. Lang (1894) e a de Juan Garcia de Guilhade, por Oskar Nobiling (1907). Por todos os motivos, a “Nota Introdutória” de Elsa Gonçalves é modelo para empreendimentos da mesma natureza: graças aos dados que fornece e às suas análises, abre-se o caminho para uma nova edição crítica de Paay Gómez Charinho, de acordo com as exigências do atual estágio da Crítica Textual aplicada aos textos da poesia trovadoresca.

A preparação da reedição de *O Cancioneiro de Joan Zorro*, sem dúvida a mais trabalhosa, deixou Elsa Gonçalves num dilema: deveria simplesmente reproduzir o fac-símile da edição de 1949, ou também levar em conta as anotações do filólogo, de momentos distintos, não organizadas coerentemente, mas escritas com a intenção de servir a um projeto de revisão e atualização do livro? Resolveu então, com firme determinação, assumir a responsabilidade de acrescentar a essa edição de 1949 o que encontrou em tais anotações, ou seja, muitos novos elementos que Celso Cunha aos poucos foi reunindo para favorecer o melhor conhecimento e interpretação das cantigas de Joan Zorro. Creio que a ilustre filóloga seguiu o melhor caminho, e não pode ser alvo de nenhum reparo pela sua decisão. É de presumir que, não tendo havido condições técnicas para reproduzir tais anotações em fac-símile ou em transcrição crítica, continuem elas conservadas em arquivo próprio, à disposição de quem queira consultá-las para dirimir dúvidas a respeito da utilização que delas se fez, o que é no entanto dispensável para os que têm na mais alta conta a competência e a probidade científica de Elsa Gonçalves.

Na nota introdutória de *O Cancioneiro de Martin Codax*, patenteia-se o interesse especial que oferece a reedição do trabalho de Celso Cunha, pois os critérios de fixação do texto adotados pelo filólogo, que tomou como base o testemunho do *Pergaminho Vindel*, e não as lições do *Cancioneiro da Ajuda* e do *Cancioneiro da Vaticana*, foram contestados pela filóloga italiana Barbara Spaggiari, autora de uma outra edição crítica das sete cantigas do trovador, que preferiu adotar as lições dos mencionados cancioneiros italianos. Anexando ao final do volume a resposta de Celso Cunha às críticas de Barbara Spaggiari, datada de 1981, Elsa Gonçalves favorece o acesso a outro importante elemento de confronto aos interessados em resolver mais este problema da Crítica Textual, sobre o qual já se pronunciaram alguns dos maiores especialistas nos estudos da lírica trovadoresca.

2

UMA NOVA EDIÇÃO DAS *HISTÓRIAS DE PROVEITO E EXEMPLO* DE GONÇALO FERNANDES TRANCOSO

No dia 21 de março do corrente ano, tive a honra de participar dos trabalhos da comissão examinadora da tese intitulada *Trancoso e as "Histórias de Proveito e Exemplo": o Texto, a Língua e o Léxico*, com que o professor Fernando Ozorio Rodrigues, da Universidade Federal Fluminense, obteve o título de Doutor em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo as normas a que têm de submeter-se os doutorandos nas Universidades brasileiras, o professor Fernando Ozorio Rodrigues frequentou em quatro semestres, na etapa inicial do Doutorado, entre os anos de 1995 e 1997,

treze cursos de língua e de literatura sobre os mais diversos assuntos, ministrados por ilustres figuras do magistério de Letras, mas alguns deles só remotamente relacionados com as atividades de ensino e pesquisa do candidato ou com a tese que pretendia elaborar. Para a obtenção dos créditos respectivos, preparou monografias que, pela natureza dos estudos e pesquisas empreendidas, praticamente não o deixaram cuidar com tranquilidade do objetivo principal da elaboração da tese de doutorado, que só pôde ser realizada no prazo exíguo de menos de dois anos (1998-1999). Em todo esse percurso, convém acentuar, não esteve Fernando Ozorio Rodrigues dispensado dos seus compromissos docentes na Universidade Federal Fluminense. Tal exemplo, que é o habitual em cursos da mesma espécie, deveria merecer a atenção dos responsáveis pelas atividades da pós-graduação no país, as quais precisam com urgência ser reformuladas, para que exigências descabidas das normas em vigor não prejudiquem o objetivo fundamental de se concentrarem os mestrandos e doutorandos nos estudos básicos, nas pesquisas biobibliográficas, na organização da matéria, na redação final e na editoração das dissertações e teses que devem submeter a julgamento para a obtenção dos títulos almejados.

Portanto, só na fase final do Doutorado, em entendimentos com o seu orientador, pôde o Professor Fernando Ozorio elaborar a sua tese sobre o conhecido autor quinhentista Gonçalo Fernandes Trancoso. Dividida em dois volumes, num total de 697 páginas, a tese em sua “Introdução” fixa como objetivos principais do autor: publicar na íntegra os *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*; conservar na forma e no conteúdo as características do texto conforme a sua versão original, mormente livrando-o das “supressões promovidas pelas censura eclesiástica”; dar ao texto uma feição moderna quanto à paragrafação, à pontuação e à ortografia; favorecer ao leitor todos “os elementos necessários à pesquisa lingüística” (gramática e levantamento do léxico).

Nos dois capítulos iniciais da tese propriamente, há minuciosos dados sobre Gonçalo Fernandes Trancoso e sua época e sobre a composição da obra que nos legou, as fontes a que está ligado e as sucessivas edições da mesma, a partir da primeira, de 1575. Logo após, na parte central do trabalho, em dois outros capítulos, Fernando Ozorio Rodrigues apresenta o seu projeto de edição da obra, indicando os critérios adotados para o estabelecimento do texto crítico, e em seguida faz a reprodução integral das três partes que constituem os *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, com base nas edições príncipes de 1575 (Primeira e Segunda Parte) e 1595 (Terceira Parte). O segundo volume da tese se compõe de um capítulo sobre a gramática do texto (ortografia, sistema fonológico, morfologia, sintaxe), de um outro sobre o léxico (características, critérios de ordenamento, ordenamento alfabético), e finalmente da conclusão, de uma bibliografia e de um resumo em três línguas conforme as normas de dissertações e teses universitárias.

Segundo o ritual das defesas de tese, o candidato fez primeiramente o histórico das suas atividades e expôs o plano de elaboração do extenso trabalho submetido a julgamento. Em seguida, na fase da arguição da tese, sob a presidência do Professor Edwaldo Cafezeiro, Titular de Língua Portuguesa da UFRJ, pronunciaram-se como integrantes da banca examinadora os professores Maximiano de Carvalho e Silva, da Universidade Federal Fluminense (que considerou principalmente os aspectos relativos à Crítica Textual), Evanildo Cavalcanti Bechara, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (que tratou das questões referentes ao português quinhentista na obra de Trancoso), José Carlos Azeredo, da UERJ (que fez ponderações sobre as normas de transcrição do texto crítico adotadas, entre elas as relativas aos sinais de pontuação) e Helênio Fonseca de Oliveira, da UFRJ (que fez comentários sobre a bibliografia e indicou ao candidato vários procedimentos para enriquecer o trabalho numa futura publicação em livro). Concluídos os trabalhos, a banca por unanimidade atribuiu à tese o conceito “excelente”, consignando-se em ata a recomendação da publicação da mesma como livro autônomo. Nos debates, foi sugerido ao Professor Fernando Ozorio que pensasse em dois tipos de edição, tal a importância da obra de Trancoso como documento literário: uma edição crítica, aproveitando todos os elementos já incluídos na tese, destinada ao incremento dos estudos superiores de língua e de literatura; e uma edição para o grande público, com o mesmo texto rigorosamente estabelecido, mas sem o minucioso registro filológico das edições críticas e sem os capítulos sobre a gramática e o léxico de Trancoso, substituídos por um glossário das palavras de particular interesse para o leitor comum.

Ficou bem evidente nessa defesa de tese a absoluta necessidade de se pôr ao alcance dos estudiosos uma edição fidedigna integral dos *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*. Com efeito, as edições que estão ao nosso alcance ou são incompletas e oferecem dificuldades de leitura aos não afeitos às características da tipografia do século XVI (como a fac-similar do texto de 1575, com apenas a Primeira e a Segunda Parte da obra, editada em 1983 pela Biblioteca Nacional de Lisboa), ou absurdamente reproduzem o texto com alterações de forma e de conteúdo (como acontece na que foi publicada pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, de Lisboa, em 1974, da responsabilidade de João Palma-Ferreira, que toma como texto de base o da edição de 1624, desfigurado pela censura da Inquisição e por outras interferências descabidas, conforme já advertira em 1956 Serafim da Silva Neto num dos capítulos de *Ensaio de Filologia Portuguesa*³.

³ São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956, p. 225-232.

3

NOTAS SOBRE EDIÇÕES E ESTUDOS MAIS RECENTES
DA “CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA”

Entre as mais importantes comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil devem-se apontar os ciclos de estudos promovidos por instituições culturais e as várias edições referentes ao acontecimento histórico e ao documento singular que é a *Carta de Pero Vaz de Caminha*.

No Liceu Literário Português, como promoção do Instituto de Língua Portuguesa, realizou-se de 29 de março a 31 de maio um curso sobre o descobrimento do Brasil e o primeiro documento da sua história. Em sessões semanais sucessivas, foi feita a análise pormenorizada dos diferentes aspectos desse documento, com uma aula inaugural do Dr. Antônio Gomes da Costa sobre as razões das comemorações do Descobrimento do Brasil e lições sucessivas dos professores Maximiano de Carvalho e Silva (sobre o texto da Carta e as suas principais edições), Evanildo Bechara (aspectos lingüísticos), Horácio Rolim de Freitas (o léxico), Rosalvo do Vale (anotações de leitura), Gladstone Chaves de Melo (aspectos religiosos) e Antônio Basílio Rodrigues (a *Carta* e outros documentos contemporâneos).

É desejável que as lições proferidas no curso se convertam em publicações, reunidas ou autônomas, para que sejam oferecidos a um público maior os resultados das múltiplas pesquisas atualizadas que os referidos conferencistas tiveram oportunidade de fazer, tendo em vista propiciar maior valorização e melhor compreensão desse texto de tanta significação em nossa história.

As lições que proferi sobre edições mais antigas ou mais recentes do documento levaram às seguintes conclusões mais relevantes: a) são numerosas as edições da *Carta* ao alcance do grande público, mas é muito diversa a qualidade do texto e dos estudos prévios ou notas explicativas que apresentam; b) entre as edições, várias delas fazem reproduções fac-similadas do original, mas fica patente que é indispensável acrescentar aos fac-símiles uma transcrição diplomática ou uma transcrição crítica para a leitura corrente do documento; c) entre as leituras diplomáticas até agora propostas há discrepâncias que pedem a revisão do que já foi feito, para dirimir as dúvidas; d) não há nenhuma transcrição atualizada da *Carta* que preserve com todo o rigor, na reprodução das formas lexicais e construções sintáticas, as características morfosintáticas do texto original; e) a modernização do texto, a que têm procedido muitos editores com a finalidade de torná-lo mais acessível aos leitores, não tem obedecido a normas que permitam saber o que no texto atualizado foi posto em lugar das formas e expressões do original; f) sendo solução ideal a de num mesmo volume apresentar-se o texto original em fac-símile, em transcrição

diplomática e em transcrição crítica, esta última deveria obedecer às normas propostas por Serafim da Silva Neto para a reprodução dos textos daquela época ⁴.

Já estava o curso do Liceu Literário Português em bom andamento quando me chegou às mãos o livro *A Carta de Caminha: Testemunho Lingüístico de 1500*⁵, organizado por Rosa Virgínia Mattos e Silva, ilustre professora da Universidade Federal da Bahia: era uma dádiva de Evanildo Bechara, que adquiriu alguns exemplares na Bienal do Livro em São Paulo.

Faz gosto verificar que, num momento de descaso pelos estudos históricos ou do pouco relevo que têm em alguns cursos superiores de Letras, o livro está ligado a um “Programa Para a História da Língua Portuguesa” vinculado desde 1991 ao Departamento de Letras Vernáculas e ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFBA. Trata-se de uma coletânea de 12 capítulos, em que se estudam diferentes questões de natureza lingüística, antecédidos de uma “Apresentação”, na qual a organizadora e coordenadora do projeto de pesquisa faz o histórico da iniciativa e importantes observações sobre os artigos, de autoria dos pesquisadores Ilza Ribeiro (“A Ordem dos Constituintes”), Narina Augusto e Maximiliano Guimarães (“O Sujeito”), Tânia Lobo (“A Sintaxe dos Clíticos”), Therezinha Barreto (“Predicadores e Argumentos”), Therezinha Barreto e Sílvia Rita Olinda (“Perseguindo as Conjunções”), Therezinha Barreto (“Estruturas Relativas”), “*Ser / Estar*” (Maria do Socorro S. Netto), “A Variação *Haver / Ter*” (Rosa Virginia Mattos e Silva), “Adverbiais” (Sônia Bastos Borba Costa), “Verbos de Padrão Especial: um Breve Estudo Descritivo e Comparativo” (Norma Lúcia de Almeida e Zenaide Carneiro), “As Terminações -*õ*, -*ã*, -*ão*” (Carla Luzia Borges), “Os Nomes de Caminha Para as Coisas do Brasil” (Denise Dias).

Devo dizer com franqueza que em vários desses artigos causa espécie, a um velho professor e pesquisador como eu, guiado em seus primeiros passos no magistério pelo saber filológico e lingüístico e pela simplicidade dos professores Sousa da Silveira e Serafim da Silva Neto e fiel à orientação fundamental que lhe deram, o emprego a meu ver excessivo e despropositado de certa nomenclatura que mais serve para dificultar do que para facilitar a compreensão dos fatos em exame, bem como o emprego de siglas e esquemas tão ao gosto dos gerativistas. Por outro lado, o fato de ter sido adotada como norma, quanto aos exemplos que ilustram a teoria gramatical, a apresentação do texto da *Carta* em transcrição diplomática, cria uma dificuldade maior ainda

⁴ V. *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, p. 21-25.
⁵ Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1996, 291 p.

ao leitor, obrigando-o a um esforço concentrado para, em meio a grafias tão diferentes das atuais, e às vezes até enigmáticas ao não iniciados, localizar a ocorrência do fato em foco. Não há dúvida, porém, de que a coletânea merece leitura atenta, por ser uma apreciável contribuição à mais exata avaliação do significado da *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Entre as boas qualidades dos artigos devem ser ressaltados os fatos de trazerem subdivisões que favorecem ao leitor a apreensão da matéria e de a cada capítulo se seguir uma bibliografia própria, com a inclusão de trabalhos fundamentais sobre as questões em causa.

4

PUBLICAÇÕES DA DIREÇÃO E DO SETOR RUIANO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

No ano de 1970, ao assumir o cargo de Diretor do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa, que exerci até 1975, tomei conhecimento de que um dos setores do Centro, o chamado Setor Ruiano, criado em 1968, tinha como principal incumbência a de dar continuidade ao plano de edições das obras completas do Patrono da instituição. Concluí desde logo que as publicações a cargo desse Setor, pela própria natureza da instituição, mas também por imposição legal, deveriam ter absoluta prioridade em nossas atividades.

No Setor Ruiano tive na chefia do grupo de pesquisadores Norah Levy e como principais colaboradoras Rejane Mendes Moreira de Almeida Magalhães e três estagiários selecionados entre alunos do Curso de Letras da Universidade Federal Fluminense - Eny Valentim Torres, Solange Campello Taraciúk e Sydnei Cordeiro Kenupp. Era um grupo extremamente empenhado em fazer cumprir extenso plano de publicações: as das obras completas e de obras avulsas de Rui e as de estudos e depoimentos relativos ao Patrono da Casa. Tudo se organizava sob a supervisão do Presidente da Fundação, Américo Jacobina Lacombe, grande historiador e a maior autoridade no Brasil em assuntos ruianos.

Em 1970 já estavam publicados 95 tomos. Eram organizados com base em apontamentos manuscritos de Américo Lacombe, que o historiador revia por ocasião da preparação de cada um deles. Senti sem demora a necessidade de estabelecer normas editoriais mais rigorosas e de dar uma feição mais coerente e completa às anotações de Américo Lacombe, de tal modo que tivessem daí por diante os pesquisadores do Setor Ruiano um levantamento exaustivo das fontes à sua disposição, o que permitiria a preparação mais rápida e segura dos novos tomos, com matéria de uns poucos livros ainda não reeditados,

dispersos em jornais, autos processuais, etc., e os inéditos de Rui. Na direção do Centro, tive a grata satisfação de ver publicados mais alguns tomos, entre eles o 100º da coleção (de *Discursos Parlamentares* do ano de 1914), e também alguns estudos sobre a obra ruiana, de um dos quais cuidei pessoalmente⁶. Tendo supervisionado o desempenho dos pesquisadores na preparação dos originais para a composição tipográfica e na revisão final, a que procediam com extrema dedicação, resolvi que daí por diante, por dever de justiça, se faria numa das páginas iniciais de cada tomo o registro do tipo de colaboração prestada pelos integrantes da equipe (o que hoje se denomina registro dos créditos). Quanto aos apontamentos de Américo Lacombe, devidamente transcritos, atualizados e postos em ordem, graças à competência e dedicação de Norah Levy e Rejane de Almeida Magalhães, tive também o prazer de vê-los editados em dois alentados tomos com o título de *Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa*, antecédidos de um prefácio em que me refiro aos motivos e a todas as etapas da sua elaboração. Devo acrescentar que de 1975 até o ano de 1999 já saíram outros tomos das obras ruianas, totalizando 137; e que ainda estão sendo planejados os tomos que completarão a coleção.

Todas estas recordações me vieram à memória no momento em que, por atenção do atual Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Mário Brockmann Machado, recebi pelo correio várias excelentes publicações datadas de 1999, comemorativas do sesquicentenário de nascimento do grande brasileiro, cujo nome se inscreve em nossa história principalmente pelo que fez em defesa da dignidade da pessoa humana e dos valores da vida democrática. É alentador verificar que, a despeito do pouco caso com que as questões de educação e cultura continuam a ser tratadas no Brasil, a Fundação Casa de Rui Barbosa continua a desenvolver as suas atividades de um dos mais importantes centros de pesquisa histórica, filológica, lingüística e literária em nosso país. Tenho a satisfação de estar ligado à vida da instituição e de ter de algum modo contribuído para maior divulgação das suas atividades naqueles anos de 1970 a 1975, em que sob a presidência de Américo Jacobina Lacombe e a diligente e dinâmica direção executiva de Irapoan Cavalcanti de Lyra pude promover em 1972 a organização inicial e instalação do Arquivo-Museu de Literatura, e realizar em 1973 um amplo programa de atividades, de que participou a Universidade Federal Fluminense, o chamado Programa Especial UFF-FCRB, que compreendeu uma série de cursos em nível de pós-graduação, o Ciclo de Estudos Ruianos comemorativo do cinquentenário da morte de Rui Barbosa, e mais o Congresso Internacional de Filologia Portuguesa e a II Reunião Internacional de Camonistas, com a

⁶ Emílio Federico Moran, *Rui e a Abolição*, tradução de Carly Silva, prefácio de Maximiano de Carvalho e Silva, publicado em 1973; Rui Barbosa, *Correspondência: Primeiros Tempos*, 1973; J. Soares de Melo, *História da "Oração aos Moços"*, 1975.

participação de numerosos convidados estrangeiros e brasileiros e o lançamento de cerca de 20 publicações de mais alta relevância. Em 1974, com o ensejo de passar três meses em Portugal, tive a satisfação de distribuir pessoalmente, a renomados pesquisadores ou a instituições, as principais publicações da Casa, sempre recebidas com o maior interesse.

Entre as publicações de 1999 que acabo de mencionar figuram a fotobiografia de Rui Barbosa em magnífica apresentação gráfica, com 119 páginas, organizada por Mário Brockmann Machado, e a segunda edição revista do livro organizado por Rejane Mendes Moreira de Almeida Magalhães - *Rui Barbosa: Cronologia da Vida e da Obra*, com 308 páginas e 17 ilustrações, e índice remissivo onomástico e de assuntos preparado por Eny Valentim Torres, diplomada em Letras pela Universidade Federal Fluminense. Na Apresentação desta segunda edição da *Cronologia*, assinada por Rachel Valença, atual Diretora do Centro de Pesquisas, há uma expressiva referência à “apaixonada competência” da organizadora do volume, que depois de ter trabalhado tantos anos sob a direção de Norah Levy hoje continua no exercício do cargo de chefia a manter em alto nível a tradição de trabalho sério, metódico e permanente do Setor Ruiano.

Outra publicação recente preparada pelos pesquisadores da FCRB e editada pelo Senado Federal (Brasília, 1999, 448 p.) é a seleção de textos *Pensamento e Ação de Rui Barbosa*, com prefácio de Mário Brockmann Machado. Trata-se de uma antologia **representativa dos vários aspectos da atuação de Rui Barbosa como deputado, ministro, advogado, diplomata, senador, candidato à presidência da República e jornalista.**

No próximo número de *Confluência* farei o **registro e alguns comentários** sobre as publicações mais recentes do **Setor de Filologia e do Arquivo-Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa, de grande valor para o incremento dos históricos, lingüísticos, filológicos e literários relativos ao Brasil e à cultura brasileira.**

5

O PROFESSOR JOSÉ ADERALDO CASTELO ENSAÍSTA E EDITOR DE TEXTOS

Data de muitos anos o meu conhecimento da profícua atuação de José Aderaldo Castelo no ensino universitário, como professor de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo (USP), e como ensaísta e editor de textos.

Na USP exerceu também o cargo de diretor do Instituto de Estudos Brasileiros, fundado a 1962, como sucessor de Sérgio Buarque de Holanda e Egon

Schaden. No período da sua administração, de 1968 a 1981, imprimiu a esse importante centro de pesquisas as marcas da uma atuação dinâmica e eficiente, até hoje lembrada no meio cultural brasileiro. Como editor de textos, promoveu com o apoio do Conselho Estadual de Cultura de São Paulo a publicação não apenas de obras avulsas como também a de coleções como *O Movimento Academicista no Brasil: 1641 - 1820/22* (14 tomos, publicados de 1969 a 1978), *Textos que Interessam à História do Romantismo no Brasil* (2 volumes, publicados em 1961 e 1963), e por encomenda da editora Livros Técnicos e Científicos dirigiu uma coleção de edições críticas, cuja preparação confiou a grandes figuras do magistério de Letras no Brasil.

Pertence Aderaldo Castelo à estirpe dos especialistas em Teoria e História da Literatura que valorizam devidamente como estudos básicos os das áreas de Linguística Portuguesa (sincrônica e diacrônica) e de Crítica Textual, do que é exemplo a sua preocupação de cuidar da apresentação dos textos em edições fidedignas, pois sabe ele dos descaminhos a que se expõem os não poucos professores de Literatura que, atuando no ensino universitário, se valem de quaisquer edições para os seus trabalhos, demonstram não saber valorizar os conhecimentos lingüísticos na interpretação de textos, e não ter noção das possibilidades de aproveitamento do registro de variantes numa edição crítica para o estudo da gênese e evolução da obra literária.

A mais recente obra de José Aderaldo Castello intitula-se *A Literatura Brasileira: Origens e Unidade (1500-1960)*, e se compõe de dois alentados volumes de bela apresentação gráfica, lançados pela EDUSP em 1999¹. A obra, após a “Introdução: Conceito de Literatura Brasileira”, divide-se em cinco partes: I - “As Fundações: o 1º Período ou o Período Colonial”; II - “O 2º Período ou o Período Nacional - I - O Século XIX e a Identidade Debatida”; III - “O 3º Período ou o Período Nacional - II - O Século XX: o Modernismo Como Reformulação”; IV - “Reconsiderações Gerais”. No final do Volume I há um “Índice Remissivo de Autores”; e do Volume II, em “Apêndices”: “I - A Literatura Brasileira: História e Pesquisa”, “II - Roteiro Bibliográfico”, “III - Índice Remissivo de Autores”.

Nas páginas densas desses dois volumes, o autor constantemente entrelaça os fatos da história literária com os da história política, econômica e social do Brasil, e fornece ao leitor, em notas de rodapé ou nos índices finais de cada volume, numerosas e ricas indicações bibliográficas para o aprofundamento das questões suscitadas. Agrada-me sobremaneira a posição isenta por ele assumida de, sem deixar de ter os seus próprios conceitos, nada omitir para

¹ Volume I: São Paulo, EDUSP (Editora da Universidade de São Paulo), 1999. 464 p. // Volume II: idem. 584 p.

favorecer o juízo crítico do leitor, não deixando de mencionar por motivos ideológicos nenhum escritor de inegáveis méritos literários, seja qual for a sua posição político-religiosa, que de fato não deve interferir em juízos no plano estético-literário: é o que faz por exemplo com o escritor Gustavo Corção, que alguns críticos e historiadores da nossa vida literária, ligados ao pensamento da chamada “esquerda radical”, simplesmente fingem desconhecer, sendo embora o autor de obras-primas como o livro de memórias *A Descoberta do Outro* ou o romance *Lições de Abismo*, consagrados não apenas pelo julgamento de Alceu Amoroso Lima (seu companheiro de militância no Centro Dom Vital) mas também pelo de escritores insuspeitos por não terem com ele afinidades ideológicas, políticas ou religiosas mais estreitas, como Oswald de Andrade, Nelson Rodrigues, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Raquel de Queirós, Guimarães Rosa ou Gilbetro Freire, para citar somente alguns nomes bastante expressivos.

Não podendo estender-me em muitas outras considerações, limitar-me-ei a comentar apenas três outros pontos que particularmente me sensibilizam em *A Literatura Brasileira: Origem e Unidade (1500-1960)*. Considerando como merecedores de leitura atenta todos os documentos que aqui se produziram no Século XVI, admite José Aderaldo Castelo “como nosso primeiro documento literário” a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, que anuncia “o princípio da interação dos influxos externos com os internos” na formação da nossa cultura. Ao tratar da figura do Padre José de Anchieta, tem o cuidado de situá-lo no contexto histórico-cultural em que desenvolveu as suas atividades, em função das quais expandiu a sua vocação de escritor e produziu criações múltiplas - como prosador, poeta, autor de peças teatrais que “apresentam características e valor literários indiscutíveis”. Mais adiante, quando fala da oratória religiosa do século XVII, ressaltando o papel do Padre Antônio Vieira, lembra que “enquanto jesuíta é ao mesmo tempo o exemplo mais significativo e evidente de escritor que se reparte e o é indistintamente de Portugal, do Brasil Colônia e da Companhia de Jesus, com a particularidade de ser um clássico da língua portuguesa”.

Esta obra de José Aderaldo Castelo creio que por vários motivos está fadada a ter novas edições, que o autor, como costuma acontecer, gostará de ver melhoradas e até ampliadas. Nessa perspectiva, tomo a liberdade de fazer-lhe algumas sugestões que me parecem oportunas.

Em certos capítulos, seria melhor que em tópicos nitidamente distintos se tratasse de cada uma das figuras principais. O item da bibliografia seletiva da produção literária no final do volume deveria arrolar separadamente as obras de cada autor e os artigos e livros que sobre elas se escreveram: em muitos casos se transfeririam para lá os registros já feitos em notas de rodapé, e em

outros casos se acrescentariam informações valiosas sobre a existência de bons estudos biobibliográficos e interpretativos relativos a cada um dos autores.

A organização da matéria dos apêndices, em quatro partes, com tantas informações bibliográficas, certamente terá custado muito trabalho. Natural, portanto, que neles se verifiquem omissões de autores e de obras, muitos dos quais todavia é óbvio que José Aderaldo Castelo conhece e aprecia, não tendo sido relacionados por motivos alheios à sua vontade. Na bibliografia, assim como há um tópico para o registro de antologias gerais e parciais, seria bom que houvesse outro para as edições especiais dos autores, e entre elas para as edições críticas.

Tudo isto é dito como que para reafirmar o verdadeiro apreço com que tenho acompanhado e continuarei a acompanhar a trajetória do ilustre professor, ensaísta e editor de textos José Aderaldo Castelo.

6

UM ARTIGO SOBRE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ficam para o próximo número da nossa revista outras notas e comentários biobibliográficos que me parecem importantes. Um deles, certamente será sobre a *Revista Portuguesa de Filologia*, editada pelo Instituto de Língua e Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, que durante longos anos teve como Diretor o benemérito professor Manuel de Paiva Boléo (*1904-†1992), a quem a direção da revista *Confluência* prestou a devida homenagem com a publicação do número 6, de 1993, a ele dedicado.

Não resisto, no entanto, ao desejo de antecipadamente dar notícia de que o último volume publicado da *Revista* (vol. XXI, 1996-1997, p. 421-425) traz importante artigo de Clarinda de Azevedo Maia, professora da Universidade, com o título “Algumas Reflexões Sobre a Disciplina ‘História da Língua Portuguesa’”, que deveria ser lido com atenção, não só por docentes da área de Língua Portuguesa entre os quais absurdamente se infiltrou o descaso pelos estudos históricos, mas também pelos da área de Literatura, onde não se vê de modo geral a preocupação de aprofundar os conhecimentos de Linguística Portuguesa e de Crítica Textual indispensáveis ao estudo da peculiaridade dos textos e das edições e de relacioná-los com os das Ciências da Literatura (Teoria da Literatura, História da Literatura, Análise Literária).

A certa altura do seu artigo (p. 426-427) frisa Clarinda de Azevedo Maia que “a correta abordagem de textos de autores não contemporâneos, anteriores ao século XIX, só é possível se o professor tiver uma boa preparação no domínio da história da língua que lhe permita captar e explicar a relação

direta entre o que nesses textos se comunica e a língua neles utilizada”. Em nota de rodapé, cita a esse propósito as seguintes expressivas e oportunas palavras do escritor José Saramago: “A minha inteligência, sabe-lo já, não ultrapassa uma honesta mediania, mas pode surpreender-se ao ver estudar, por exemplo, a História da Literatura como se o suporte dessa literatura não fosse a língua, como se fosse indiferente, para cada tempo literário, o estudo concreto do processo de transformação desse mesmo suporte. Mais ainda, como se não houvesse relação direta entre uma impressão que se quer comunicar e o instrumento que tornará a expressão dela possível”⁸.

⁸ José Saramago, “A necessária reinvenção da língua portuguesa”, in *O Ensino - Revista Portuguesa de Sociopedagogia e Sociolingüística*, n° 18-22, 1987, p. 369.

NOTICIÁRIO

Realizou-se no dia 19 de novembro de 1999 no salão nobre do Liceu Literário Português a sessão especial para o lançamento do volume 17-18 da revista *Confluência*, dedicado à memória do Professor Sílvio Edmundo Elia, ao completar um ano do seu falecimento, o qual desde a fundação do Instituto de Língua Portuguesa em 1992 dirigiu incansavelmente as múltiplas atividades do Instituto de que se colheram tão benéficos e permanentes resultados. Esse número da revista, distribuído pela Secretaria do Liceu a numerosas instituições culturais, educacionais e universitárias do Brasil, de Portugal e de outros países e a pesquisadores altamente qualificados, tem sido um divulgador eficiente da vida e obra do nosso homenageado, pelos dados biobibliográficos nele reunidos e pelos textos dispersos ou inéditos de Sílvio Elia organizados para essa publicação por Evanildo Bechara, que acompanhou de perto a trajetória do homenageado à frente do Instituto.

Na sessão ouviram-se as palavras de justificativa da homenagem proferidas pelo Comendador Manuel Paulino, Presidente do Liceu, e o louvor da atuação de Sílvio Elia feito pelo Dr. Antônio Gomes da Costa, Presidente da Confederação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Diretor do Centro de Estudos Luso-Brasileiros, que em 1992 dera a Sílvio Elia a incumbência de levar adiante o plano da criação do Instituto de Língua Portuguesa. Em nome dos integrantes da Diretoria do Instituto, o Professor Maximiano de Carvalho e Silva teve oportunidade de dizer as seguintes palavras alusivas à solenidade:

HOMENAGEM A SÍLVIO EDMUNDO ELIA

Senhor Presidente do Liceu Literário Português,
Comendador Manuel Paulino.
Senhor Diretor do Centro de Estudos Luso-Brasileiros,
Dr. Antônio Gomes da Costa.
Minhas senhoras e meus senhores.

Por solicitação do Diretor da revista *Confluência*, Professor Evanildo Bechara, tenho a honra de pronunciar algumas palavras nesta solenidade que nos congrega, e o faço em nome de todos os companheiros da Diretoria do Instituto de Língua Portuguesa.

Há exatamente um ano, nos primeiros momentos do dia 16 de novembro de 1998, nesta mesma cidade do Rio de Janeiro, em que nascera a 4 de julho de 1913, falecia o Professor Sílvio Edmundo Elia, aos 85 anos de uma existência em que se assinalara a sua presença no nosso meio pelos extraordinários exemplos de vida e pelos extraordinários serviços prestados não só ao Brasil mas também à comunidade dos povos de língua portuguesa, cujos interesses comuns sempre soube defender com grande saber e determinação.

Os companheiros e amigos que sob a sua liderança cumpriam desde 1992 os planos de trabalho e as tarefas de que fora incumbido o Instituto de Língua Portuguesa tivemos logo em seguida de retomar as atividades habituais, como recomendaria o próprio Professor Sílvio Elia, que nos dera exemplo de dedicação sem limites ao Liceu e ao nosso Instituto.

Passados alguns meses, já sob a coordenação do Professor Gladstone Chaves de Melo, e estando investido Evanildo Bechara, segundo a distribuição de tarefas que estabelecêramos, da direção executiva do Instituto, tivemos de pensar na organização do número seguinte da revista *Confluência*, que como se sabe tem cada um dos seus números dedicado a uma grande figura no campo da Lingüística e da Filologia no Brasil ou em Portugal. Acharnos todos que o número 17 devia ser de homenagem a Sílvio Elia, e nos dispusemos a colaborar para que fosse levada a termo a proposta do Diretor da revista de que se aproveitasse a ocasião para reunir no volume o maior número de estudos inéditos ou dispersos do homenageado, assim favorecendo o acesso a tantos escritos seus que merecem a mesma atenção dos seus livros de fundamental importância e dão uma medida mais exata da amplitude e dos diversos setores da sua atuação.

Encarregando-se de preparar a matéria do volume, surpreendeu-nos algum tempo depois Evanildo Bechara, numa outra reunião do nosso grupo, com a apresentação de uma lista extensa de escritos dispersos ou inéditos de Sílvio Elia, a que ele deu a seguinte classificação, como consta agora do número publicado: a) Lingüística, Filologia, Crítica Literária; b) Filosofia; c) Educação, Didática; d) Cidadania; e) Vária; f) Resenhas Críticas.

A lista inicial se manteve, acrescida de alguns outros títulos, sugeridos por quem deles se lembrava ou resultantes de novas buscas nos arquivos pesquisados. Ao final do levantamento realizado, ficou-nos a dupla convicção de que a publicação de tudo não caberia num só volume com o número de páginas habitual, e de que por outro lado não deveríamos eliminar nenhum artigo, pois perderíamos a oportunidade de divulgar tantos múltiplos aspectos da atividade intelectual de Sílvio Elia, como a forma mais efetiva de marcar a nossa homenagem. Evanildo Bechara encontrou a solução para o problema,

propondo que os dois números correspondentes ao ano de 1999 - o 17º e o 18º - fossem reunidos num só volume, como de fato aconteceu.

Portanto, o que hoje temos diante dos olhos é uma esplêndida coletânea de escritos que no dizer de Bechara representam um retrato de Sílvio Elia “de corpo inteiro”: não apenas do festejado lingüista e filólogo, mas também do crítico literário, do estudioso de filosofia, do educador e didata, e sobretudo do cidadão atento aos problemas nacionais e internacionais, que não poucas vezes se manifestou em relação aos desconcertos do mundo, aos desmandos dos governantes e aos desrespeitos aos direitos assegurados pela Constituição e pelas leis em vigor. O plano traçado, para cuja execução houve a indispensável colaboração da viúva e da filha do homenageado, D. Maria José e Maria Cristina da Fonseca Elia, ainda inclui valioso estudo prévio e minuciosa bibliografia, preparados pela Professora Hilma Ranauro, hoje sucessora de Sílvio Elia na Academia Brasileira de Filologia. Podemos dizer, pois, que entre as numerosas publicações de trabalhos de Sílvio Elia é este número duplo de *Confluência* a de maior importância: contém os principais dados da sua biobibliografia e escritos variados que contribuem para que se tenha a imagem mais completa da ação missionária que desenvolveu o nosso homenageado, e para que mais nitidamente se perceba a sua singularidade entre os nossos estudiosos das ciências da linguagem - a de ter um raro embasamento filosófico, religioso, histórico, cultural e pedagógico que lhe permitiu tratar de tantos temas diversos e ir tão longe na sua análise dos acontecimentos do passado ou dos acontecimentos atuais.

Entre os escritos da coletânea, figuram muitas cartas enviadas aos nossos jornais de maior circulação, nas quais Sílvio Elia se manifestou sobre pessoas e fatos em evidência no noticiário da imprensa nacional. Inclusive ele assim se tornou a voz de protesto de muitos leitores em relação ao preconceituoso e indigno tratamento que desde algum tempo se vem dispensando aos funcionários públicos, e em especial aos aposentados e pensionistas, apresentados distorcidamente por autoridades do governo federal e por parlamentares do Congresso Nacional como se fossem eles os responsáveis pela situação de descalabro da Previdência Social no país. Nessas páginas, em boa hora recolhidas por Evanildo Bechara e agora reproduzidas na íntegra no número duplo de *Confluência*, Sílvio Elia frisou muito bem que foram os desmandos e o jogo de ambições dos maus políticos, inclusive algumas autoridades máximas do atual governo, que estabeleceram no Brasil o clima de empreguismo e de complacência que consagraram tais desmandos e as múltiplas irregularidades de há muito verificadas no âmbito governamental. Ao Professor Sílvio Elia feria profundamente a agressão que o governo tem cometido aos aposentados, como se não tivéssemos feito jus ao que recebemos

pelos serviços prestados à comunidade brasileira, e como se estivéssemos recebendo proventos comparáveis aos chamados “marajás” do serviço público, que fazem ou fizeram parte dos altos escalões do Poder Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, como tem sido fartamente denunciado nos nossos jornais e revistas por figuras insuspeitas que militam na política ou no jornalismo. Sílvia Elia denunciou com veemência o fato de não se tomarem providências efetivas contra os grandes privilegiados e os grandes sonegadores de impostos, que deveriam ser - eles sim - alvo das medidas governamentais mais duras em defesa do tesouro nacional. Lembro-me de uma das últimas conversas minhas com o nosso inesquecível companheiro, em que ele manifestava a sua indignação pelo fato de o atual Ministro da Educação, em entrevista publicada pela revista *Época*, de 20/7/1998, haver caracterizado nas Universidades federais o afastamento por aposentadoria de tantos professores, entre os quais nos incluímos os diretores do Instituto de Língua Portuguesa, como uma forma de se livrarem essas instituições da “velharia” que no dizer do Ministro atravanca o seu verdadeiro progresso. [Palavras textuais do Ministro: “A saída desses professores acabou melhorando a Universidade. / ... / Não quero generalizar, mas quem está se aposentando são esses velhos que não valiam nada. O fato é esse. Melhorou o perfil dos professores. A Universidade federal é melhor hoje do que há quatro anos.”]

Havendo neste número 17-18 da revista, junto com os artigos doutrinários sobre Lingüística, Filologia e Literatura, muita matéria polêmica, lembrou-se Evanildo Bechara de fazer as seguintes lúcidas observações no que chamou “Nota da Direção” [da revista]:

Ao apresentarmos este número da *Confluência* totalmente dedicado às atividades intelectuais do nosso saudoso Amigo e Colega Sílvia Elia foi nossa intenção traçar-lhe o retrato por inteiro, sem omitir nenhuma vertente do seu pensamento, quer no âmbito dos diversos domínios das ciências da linguagem que cultivou, quer no perfil do filósofo e do cidadão preocupado com o destino dos brasileiros e do Brasil como instituição.

Está claro que neste extenso quadro de atividades e preocupações nosso homenageado proclamou lições e emitiu pareceres que nem sempre tiveram, têm e terão unanimidade e aceitação entre os especialistas e o público em geral. Mas esta adesão às suas opiniões, de um lado, e esta crítica a elas, do outro, são naturais no mundo das idéias, e é isto que estimula à reflexão, à pesquisa e ao magistério.

Quem conheceu Sílvia Elia sabe que, no confronto de opiniões, nunca saiu da esfera das idéias e dos ideais para enveredar pelo campo do desmerecimento e da descompostura às pessoas.

É justamente esse cavaleiro andante em defesa do que considerou as boas e nobres causas que procuramos retratar neste número a ele dedicado, como exemplo do homem, do intelectual e do cidadão que soube cumprir sua missão. Enfim, um padrão neste País.

Comentando o que aí diz Evanildo Bechara, cumpre-me acrescentar, a título de exemplo, ter resultado de solicitação minha a inclusão no volume da excelente recensão crítica de Sílvio Elia ao livro do Professor Alfredo Bosi, da Universidade de São Paulo, intitulado *Dialética da Colonização* (1992). Neste artigo, como nas cartas que escreveu sobre o método de alfabetização do Professor Paulo Freire ou sobre as posições doutrinárias assumidas por Frei Leonardo Boff, por exemplo, estão verdadeiros modelos de análise crítica do pensamento alheio: vendo-se compelido por dever de consciência a refutar o que considerava falsas teses e observações descabidas, não deixou Sílvio Elia de reconhecer o direito de cada autor de expô-las como expressão de suas convicções próprias. No caso de Alfredo Bosi, após fazer as referências que merece por outros trabalhos publicados, Sílvio Elia no entanto mais uma vez se coloca na posição de defensor dos grandes valores da colonização portuguesa do Brasil, que hoje se tenta contestar com uma ótica histórica anacrônica ou uma insuficiente e falsa visão do passado.

A homenagem que estamos prestando ao Professor Sílvio Elia se efetivou com o pleno apoio da alta direção do Liceu Literário Português e do Centro de Estudos Luso-Brasileiros, sabedores como sempre foram o nosso Presidente Comendador Manuel Paulino e o Dr. Antônio Gomes da Costa, que no correr destes anos se tornaram amigos particulares do homenageado, dos grandes esforços por ele empreendidos ao longo de toda a vida em favor da preservação dos valores da comunidade de língua portuguesa, de que foi perseverante e tenaz servidor.

Permitam-me agora dizer o quanto nós os integrantes da Diretoria do Instituto de Língua Portuguesa nos sentimos felizes com a homenagem, tantos foram os laços de apreço e estima que nos ligaram ao companheiro Sílvio Elia. Deu-nos ele no exercício das funções de direção do Instituto de Língua Portuguesa alguns exemplos que deverão orientar-nos para sempre, como o de agir sempre em consonância com a alta direção do Liceu e do Centro de Estudos Luso-Brasileiros, a que estamos vinculados, sem cuja anuência prévia nenhum projeto procurava levar a termo, como vimos tantas vezes.

O atual coordenador das atividades do Instituto, Professor Gladstone Chaves de Melo, tem com Sílvio Elia a afinidade maior de serem ambos discípulos desde os anos finais da década de 30 daquele que no meu entender é o maior dos nossos mestres de Línguística e Filologia Portuguesa, o Professor

Sousa da Silveira, de quem foram assistentes na cátedra de Língua Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Desde então militaram ambos não apenas no magistério da nossa língua, mas no campo mais amplo da Cultura Geral e da Cultura Religiosa, a que puderam prestar inestimáveis serviços por terem tido excepcional formação filosófica e doutrinária, seguindo as diretrizes do pensamento de grandes figuras da Igreja Católica, como no passado Santo Tomás de Aquino ou neste século Jacques Maritain. Sílvio Elia e Gladstone tiveram por isso a oportunidade de um longo convívio, participando de encontros de caráter religioso e de programas culturais, seja com os monges beneditinos no Mosteiro de São Bento ou no Centro Dom Vital sob a presidência de Alceu Amoroso Lima, seja no Centro de Estudos de Língua Portuguesa dirigido por Sousa da Silveira ou na Comissão Organizadora do Programa Especial UFF-FCRB que tive a honra de organizar e dirigir.

No que diz respeito ao Diretor da revista *Confluência*, nosso companheiro Evanildo Bechara, a quem se devem as diligências maiores para a publicação destes números 17 e 18, gostaria de realçar os íntimos laços que o ligaram ao homenageado, a cujo lado esteve sempre para que se cumprisse à risca, como desejava Sílvio Elia, a programação de atividades que deram projeção ao Instituto de Língua Portuguesa: o lançamento dos 16 números anteriores da revista e da coletânea *Na Ponta da Língua* (cujo segundo volume já está organizado para publicação); a realização de cursos variados de língua portuguesa, latim, grego e cultura geral, de que têm sido encarregados grandes figuras do magistério brasileiro; os encontros de especialistas e congressos internacionais para tratar de assuntos do maior alcance. Evanildo Bechara pode dar testemunho do empenho permanente de Sílvio Elia de fazer o Instituto corresponder em seu funcionamento aos sonhos do idealizador da instituição, Dr. Antônio Gomes da Costa, e dos dois outros Presidentes do Liceu Literário Português com quem tivemos ou temos tido a felicidade de trabalhar, o Dr. Edison Chini e o Comendador Manuel Paulino.

Do Professor Antônio Basílio Gomes Rodrigues, o mais moço dos nossos Diretores, poderíamos ouvir agora outro significativo depoimento sobre as suas ligações tão amistosas com o Professor Sílvio Elia, que sempre cercou de manifestações de profunda admiração, respeito e estima, movido do propósito de ser entre nós o agente da concórdia para aplinar naturais dúvidas e dificuldades no relacionamento humano dos diretores do Instituto.

O mais novo dos integrantes da Diretoria do Instituto, Professor Horácio Rolim de Freitas, certamente também participa do coro de louvores desta hora de homenagem, pois sempre acompanhou com o mais vivo interesse o labor científico de Sílvio Elia e dele foi sincero e devotado admirador.

Quanto a mim, gostaria de lembrar que conheci Sílvio Elia em encontros ocasionais na antiga Livraria Acadêmica, onde nos reuníamos em torno da figura oracular de Serafim da Silva Neto, a quem todos os da sua geração reverenciavam como “primus inter pares”. Sílvio Elia foi ali como um irmão e o principal colaborador do Professor Serafim, que na qualidade de Diretor da *Revista Brasileira de Filologia* desenvolvia notável trabalho de aproximação Brasil-Portugal no setor dos estudos lingüísticos, filológicos, literários e etnográficos, para isso convocando a colaboração das maiores figuras do magistério luso-brasileiro e de muitos lusitanistas famosos. No correr dos anos, acompanhei a atuação de Sílvio Elia, e pude ter idéia da extensão e profundidade das suas realizações culturais. Tive a honra de em 1972 através do Reitor da Universidade Federal Fluminense indicar o seu nome para integrar a Comissão designada pelo governo brasileiro para programar a comemoração do quarto centenário da publicação de *Os Lusíadas*, e de no ano seguinte o colocar como representante da Pós-Graduação em Letras da UFF no posto de Vice-Presidente da Comissão Organizadora do Programa Especial, que eu presidia na condição de Diretor do Instituto de Letras da UFF e de Diretor do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa. Fui testemunha desde então da operosidade do Professor Sílvio Elia, a quem ficamos devendo durante as celebrações camonianas o trabalho de coordenação da excelente edição escolar de *Os Lusíadas*, os estudos que divulgou sobre a épica e a lírica do Poeta, e a conferência sobre Joaquim Nabuco e a Camonologia, proferida por ocasião de uma das memoráveis sessões da II Reunião Internacional de Camonistas realizadas no Real Gabinete Português de Leitura.

Forçoso é acrescentar que a nós se associa de modo especial para entoar a sua louvação a Diretora Bibliotecária do Liceu, Professora Maria Lêda de Moraes Chini, lembrando-se de que contou com a presença e a participação de Sílvio Elia nos Encontros na Biblioteca que tem organizado mensalmente.

Por tudo isto, minhas senhoras e meus senhores, não podíamos deixar de comemorar o lançamento dos números 17 e 18 da *Confluência*, na certeza de que o Liceu Literário Português assim assinala o seu reconhecimento ao valor da colaboração permanente e desinteressada que Sílvio Elia lhe deu, em seis anos de presença constante nos grandes momentos da vida da instituição. Neste ensejo, fique bem claro que continuaremos a sentir sempre essa presença constante de Sílvio Elia entre nós, e que continuaremos a ter na mais alta conta as figuras de Dona Maria José da Fonseca Elia, com quem ele chegou a completar 60 anos de vida conjugal, e da filha Maria Cristina da Fonseca Elia, definitivamente incorporadas à nossa vida social, participantes como foram de todos os eventos que o Liceu tem promovido para celebrar as suas grandes datas. Para terminar, sugiro a todos os leitores do número 17-18 da

Confluência que no volume publicado não deixem de ler com interesse maior, com toda a atenção e carinho, o comovedor retrato que Maria Cristina traçou da figura humana de seu Pai, hoje envolto em muita luz e em plena paz, acolhido pela misericórdia de Deus após toda uma longa vida marcada pela fidelidade aos princípios do Cristianismo.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

BARBARA SPAGGIARI. Professora da Universidade de Perugia, Itália, romanista e especializada em Crítica Textual, aluna que foi do grande mestre Gianfranco Contini. Entre publicações de real valor, cite-se a recente edição crítica, fixação do texto, introdução e notas de *Clepsidra e outros poemas*, de Camilo Pessanha (Lello Editores, 1997).

BERTHOLD ZILLY. Germanista e romanista alemão, professor de Português do Brasil e Literatura Brasileira da Universidade Livre de Berlim. Tem exercido as funções de Professor Visitante em várias universidades brasileiras e, em 1994, a editora Suhrkamp publicou sua tradução de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (*Krieg im Sertão*), elogiadíssima pela crítica especializada. Cf. *Confluência*: 9 (1995).

CARLOS FALCÃO UCHÔA. Professor Titular de Lingüística da Universidade Federal Fluminense. Livre-docente em Lingüística pela mesma Universidade.

CASTELAR DE CARVALHO. Professor Doutor em Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ; autor dos livros *Para compreender Saussure* (9.^a ed.), *Ensaio gracilianos* (esg.) e *Noel Rosa, língua e estilo* (com o professor Antônio Martins de Araújo); membro da Academia Brasileira de Filologia.

EVANILDO BECHARA. Professor Titular aposentado dos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da UERJ e UFF. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; nesta atua presentemente como Professor Visitante. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA. Professor Titular aposentado de Filologia (Crítica Textual) da Universidade Federal Fluminense. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.